São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 Sexta, 29, Sábado, 30, Domingo 31 de Março e Segunda-feira, 01 de Abril de 2024 Edição N º 995

datamercantil.com.br

Conta de luz deve cair 3,5% com MP que antecipa recursos da Eletrobras

O governo espera redução de 3,5% na conta de luz dos brasileiros com a antecipação de recursos da privatização da Eletrobras, segundo minuta de MP (medida provisória) à qual a reportagem teve acesso. O impacto já poderá se sentido pelo consumidor este ano.

A MP está na Casa Civil e deve ser publicada em breve no Diário Oficial. Ao mesmo tempo, o governo propõe a prorrogação de prazo para que projetos de energias renováveis ganhem desconto no uso do sistema de transmissão de energia.

A possibilidade de antecipação dos recursos da privatização da Eletrobras já havia sido antecipada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Um das maiores preocupações é evitar alta de 44% na conta de luz do Amapá, que já é uma das mais caras do país.

No processo de privatização, a Eletrobras se comprometeu a aportar recursos na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), que custeia subsídios a consumidores e geradores de energia. A MP não fala no valor a ser antecipado, mas Silveira havia mencionado a cifra de R$ 26 bilhões.

Os recursos serão usados para quitar antecipadamente prestações de dois empréstimos feitos pelo setor elétrico em momentos de crise, a Conta Covid (que cobriu perdas com a queda no consumo na pandemia) e a Conta Escassez Hídrica (que bancou térmicas durante a seca de 2022).

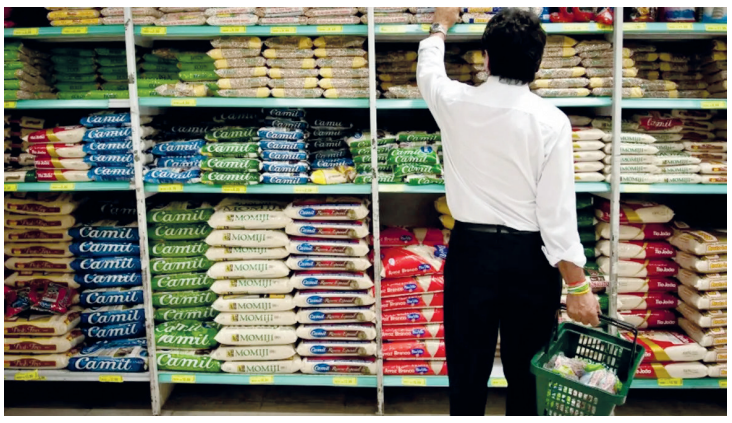
Com relação ao Amapá, a distribuidora local de energia pediu em 2023 um reajuste de 44%, o que faria da conta de luz no estado a mais cara do país. O aumento foi suspenso pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) enquanto o governo debatia uma solução.

"O impacto deletério desse reajuste no orçamento das famílias e na economia local demanda que se adotem contramedidas urgentes", diz a minuta da MP. O dinheiro da Eletrobras vai antecipar recursos de fundos regionais ao quais a distribuidora local tinha direito, suavizando o aumento.

A minuta da MP prorroga por 36 meses o prazo para conclusão de projetos eólicos e solares aptos a ter descontos no uso do sistema de transmissão. Mas o benefício vale apenas para empreendimentos que estão habilitados a receber o incentivo.

Nicola Pamplona/Folhapress

Economia



Consumo dos lares em fevereiro subiu 1,71% ante um ano antes, afirma Abras

Página - 03

Forte no Sudeste e Centro-Oeste, etanol enfrenta barreiras para avançar no restante do país

Pág - 03

Gol reduz prejuízo líquido recorrente em 94,3% no 4º trimestre ante 1 ano, para R$ 21,8 mi

Pág - 28

Magazine Luiza (MGLU3): BTG aumenta participação na varejista; saiba mais

Pág - 28

Política

Combinei com Haddad não tratar PEC de autonomia financeira do BC pela mídia, diz Campos Neto

Página - 04

Gilmar opina sobre Bolsonaro antes de STF julgar casos e abre debate sobre imparcialidade

Página - 04

No Mundo

Aliança Democrática em Portugal tem 1º tropeço e busca solução à esquerda

A Aliança Democrática (AD), coligação de partidos da direita tradicional que venceu as eleições legislativas em Portugal, falhou em seu primeiro teste no Parlamento: a eleição do presidente da Casa, o terceiro posto mais importante da República portuguesa.

A situação mostra que o futuro governo de Luís Montenegro, que toma posse em 2 de abril, deve encontrar resistências para aprovar seus projetos entre os deputados. A coalizão tem apenas dois assentos a mais do que o Partido Socialista (PS), que sai do governo para se tornar oposição.

Sem o apoio da legenda de ultradireita Chega, a AD só conseguiu desbloquear a aprovação de seu indicado à presidência no segundo dia de tentativas, após fechar um acordo que prevê a partilha da liderança com os socialistas. O arranjo prevê uma solução intermediária em que a direita estará no comando nos dois primeiros anos da legislatura, dando lugar a um socialista na metade final do mandato.

Líder parlamentar do PS, Eurico Brilhante Dias afirmou que esse modelo permitiu "acabar com um impasse que degrada a imagem das instituições". Para ele, "esta é uma solução politicamente possível entre duas instituições e entre cavalheiros".

Apesar do acordo, os socialistas reafirmaram que não darão sustentação parlamentar à coligação de direita. "Nada altera a condição do PS como força política que lidera a oposição", disse Dias.

Os novos parlamentares assumiram seus cargos na terça-feira (26) em uma sessão prevista para ser essencialmente burocrática, com a eleição para posições diretivas no Parlamento, incluindo a presidência e as vice-presidências.

Giuliana Miranda/Folhapress

Rússia diz ter comprovado ligação da Ucrânia com atentado em Moscou

O Comitê de Investigação da Rússia afirmou nesta quinta-feira (28) ter provas de que a Ucrânia tem ligações com o ataque terrorista em Moscou da semana passada. De acordo com a comissão, os autores do atentado receberam dinheiro de "nacionalistas ucranianos".

"Como resultado do trabalho com terroristas detidos (...) foram obtidas evidências de sua conexão com nacionalistas ucranianos", diz o comitê em comunicado, sem apresentar as supostas provas. "A investigação tem à sua disposição dados confirmados de que os autores do ataque terrorista receberam quantias significativas de dinheiro e criptomoedas da Ucrânia que foram utilizadas na preparação do crime."

Ainda segundo a nota, um suspeito de estar envolvido no alegado financiamento dos terroristas foi detido. Nas primeiras 24 horas após o ataque, na sexta-feira passada (22), onze pessoas foram presas, e oito delas, incluindo os quatro supostos atiradores, foram colocadas em prisão preventiva. Sete são do Tajiquistão e a outra, do Quirguistão.

Folhapress

Ucranianos renunciam a vidas comuns para treinamento de 5 semanas para a guerra

Hanna, 43, era uma professora de ensino infantil na Ucrânia quando sua vida foi diretamente impactada pela invasão do seu país pela Rússia, no início de 2022. Depois de se mudar de cidade repetidas vezes, todas ocupadas pelas forças russas, ela reuniu sua família e anunciou: estava decidida a virar combatente.

"Minha decisão foi um pouco inesperada para minha família porque eu estava pensando sozinha [sobre esse assunto] há algum tempo. No início eu hesitei, mas quando eu tomei a decisão, eu disse a eles. Ficaram um pouco chocados --talvez não pouco--, mas eles entenderam que era a minha decisão e que eu precisava fazer isso", diz Hanna.

Por questões de segurança, os entrevistados para esta reportagem forneceram apenas o primeiro nome.

Ela comunicou ao Exército ucraniano que gostaria de lutar e acabou recrutada no início deste ano. Juntou-se a outros 80 compatriotas sem experiência militar alguma e foi para um treinamento militar no Reino Unido de cinco semanas de duração.

A professora diz que fisicamente ainda não está pronta para se tornar uma sniper --essa será sua função na linha de frente do combate, apesar de não ter pegado em armas antes de 2023.

"Moral e emocionalmente, eu estou preparada. Fisicamente ainda não, mas estou treinando e me dedicando para ficar pronta o mais rápido possível", conta.

Na primeira semana de março, Hanna pegou pela primeira vez em um rifle semiautomático. O início da primavera ainda é muito frio, e os ventos cortam as mãos da professora. É difícil ajustar a mira nessas condições --na Ucrânia, apesar das baixas temperaturas, a ventania não é tão forte quanto no Norte da Inglaterra, onde ocorrem os treinamentos.

"No começo foi um pouco assustador, mas depois me acostumei e agora ela [arma] é minha amiga", afirma Hanna.

Cézar Feitosa/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da* abra legal

Consumo dos lares em fevereiro subiu 1,71% ante um ano antes, afirma Abras

O consumo dos lares brasileiros subiu 1,71% em fevereiro, na comparação com o mesmo período de 2023, de acordo com a Associação Brasileira de Supermercados (Abras). Já em relação ao mês imediatamente anterior, houve queda de 1,54% – o recuo é devido ao efeito calendário, disse o vice-presidente da entidade, Marcio Milan.

O aumento de renda da população, com aumento real do salário mínimo e queda do desemprego, tem contribuído para aumento constante do consumo, aponta Milan. "A constância para usuários do Bolsa Família tem permitido que eles possam se planejar cada vez mais", afirma. A projeção da entidade para o fim de 2024 é um avanço de 2,5% no consumo dos lares.

A Abras informa ainda que foram inauguradas 67 novas lojas de varejo alimentar entre janeiro e março. Foram 37 supermercados e 30 atacarejos, além de 15 reinaugurações após reformas.

Índice Abrasmercado

O Indicador Abrasmercado, cesta dos 35 produtos de largo consumo nos supermercados monitorados pela Abras, teve alta de 0,79% em fevereiro ante janeiro. Foi uma desaceleração, visto que no primeiro mês do ano o avanço havia sido de 1,40%.

O valor da cesta ficou em R$ 738,49 em fevereiro, uma variação negativa de 1,80 em relação ao mesmo mês de 2023.

Em relação aos produtos, houve recuo entre as carnes. No acumulado de 12 meses, os cortes bovinos dianteiros, por exemplo, acumulam queda de 10,68% nos preços. Já os ovos de galinha têm alta de 0,88% em um ano. De janeiro para fevereiro, o item teve aumento de 2,43%.

Outros destaque de alta são o da cebola, que encareceu 7,37% em um mês, a batata (+6,79%), o feijão (+5,07%), o arroz (3,69%) e o leite longa vida (+3,49%).

"Na análise regional, todas as regiões permaneceram em alta", disse Marcio Milan. A maior variação mensal foi no Nordeste, com alta de 0,98%. Em seguida, o Sudeste registrou avanço de 0,85%. Sul mostrou variação positiva de 0,41%, a Norte de 0,40% e a Centro-oeste, de 0,09%.

Isto é Dinheiro

Leilão de itens de luxo tem lances a partir de R$ 1,5 mil

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, irá leiloar mais de 100 artigos de luxo, incluindo bolsas de grife, quadros de pintores famosos, joias e relógios.

Lances mínimos variam entre R$ 1,5 mil e R$ 382,2 mil. O leilão eletrônico está sendo realizado entre os dias 26 de março até 17 de abril. Os itens estão disponíveis para lances na página do Leiloeiro Público Oficial Renato Guedes (alguns dos itens podem ser conferidos aqui), segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública.

79 bolsas de grife estão disponíveis para os lances dos interessados. Entre as marcas de luxo estão Chanel, Christian Dior, Gucci, Louis Vuitton, Prada e Hermès. O leilão também conta com 16 obras de artes de pintores como Cícero Dias, Carlos Scliar, Manoel Santiago, Manabu Mabe, Orlando Teruz, Sílvio Pinto, Heitor dos Prazeres, Carybé e Roberto de Souza.

Leilão tem sete joias com diamantes. Elas são das marcas de luxo Cartier e Bulgari. Um relógio da Cartier Swiss, com liga metálica com predominância de ouro e cravejada de diamantes.

Interessados poderão visitar e examinar as bolsas e quadros presencialmente. Os endereços, período e horários para cada um dos lotes podem ser conferidos no anexo do edital de leilão (confira aqui). "As joias e o relógio poderão ser examinados no site Leiloeiro Público Oficial, que possui documentos que comprovam a originalidade e autenticidade do acessório", informou o ministério.

Folhapress

Forte no Sudeste e Centro-Oeste, etanol enfrenta barreiras para avançar no restante do país

Apesar de a maioria dos veículos leves vendidos no país ser flex --85%--, o etanol está longe de ser o preferido pelos motoristas no momento de abastecer nos postos de combustíveis. Isso acontece por uma série de fatores, mas principalmente pelo preço praticado em alguns estados, onde o litro do combustível derivado da cana-de-açúcar chega a representar mais de 90% do valor da gasolina.

Somente 30% dessa frota utilizou etanol em janeiro no Brasil, segundo estudo da consultoria Datagro, índice abaixo do recorde de 41,5% de 2018, ainda assim considerado aquém do potencial do combustível, ambientalmente mais sustentável que a gasolina.

O combustível não foi competitivo em fevereiro em 11 das 27 Unidades da Federação, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), especialmente nas regiões Norte e Nordeste do país, devido a fatores logísticos, agrícolas e tributários.

Historicamente, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal respondem por mais de 85% das vendas, por concentrarem as usinas de moagem da cana ou por terem alíquotas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) mais atrativas.

"Quando o [vice-presidente, Geraldo] Alckmin, no governo paulista, reduziu o ICMS do etanol [de 25% para 12%, em 2003], foi para beneficiar o estado, não o setor, já que a sonegação diminuiu e a arrecadação cresceu. Reduzir impostos não significa abrir mão de receita", disse o empresário Maurilio Biagi Filho, presidente da Maubisa e uma das referências históricas do setor sucroenergético.

Essa fórmula, de maneira geral, foi seguida por outros estados que figuram no ranking dos principais consumidores, segundo Luciano Rodrigues, diretor de inteligência setorial da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia).

"São estados que têm algum tipo de política tributária que diferencia o etanol do seu combustível fóssil. Esse é um ponto fundamental", disse.

Marcelo Toledo/Folhapress

Política

STF discute ampliação do próprio poder de julgar autoridades com foro especial

O STF (Supremo Tribunal Federal) começa a discutir nesta sexta-feira (28) se amplia novamente seus poderes para julgar autoridades com foro por prerrogativa de função.

O julgamento ocorrerá em ambiente virtual e vai até 8 de abril. Até lá, os ministros devem incluir seus votos por escrito no sistema interno da corte. Caso algum magistrado peça destaque, a discussão é obrigatoriamente remetida ao plenário físico.

Uma ala do tribunal defende mudar as regras estabelecidas há quase seis anos, quando a corte restringiu o alcance da própria competência para analisar processos criminais de parlamentares e integrantes do primeiro escalão do governo federal.

Em 2018, na esteira da Lava Jato e do aumento no número de ações penais em curso no Supremo, a corte decidiu que apenas crimes cometidos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo deveriam ficar em sua alçada.

Na ocasião, as novas regras foram aprovadas por uma maioria apertada, com apenas seis votos favoráveis, o mínimo necessário. De lá para cá, houve mudança em quatro dos 11 assentos da corte.

Do ponto de vista jurídico, há ministros que afirmam que a regra atual tem lacunas que precisam ser preenchidas para não gerar insegurança jurídica, o que justifica a rediscussão do tema. Sob o aspecto político, uma ala defende a ampliação das hipóteses de julgamento de autoridades pela corte como uma forma de fortalecer o Supremo perante os demais Poderes.

Por outro lado, no entanto, também há a avaliação de que ampliar o número de investigações criminais de integrantes do Legislativo e do Executivo em curso no STF aumentaria a possibilidade de atritos e desgastes para o tribunal.

Agora, o julgamento ocorrerá em um contexto em que a Suprema Corte julga inúmeras pessoas sem cargo que atraia foro especial devido às investigações relacionadas aos atos de 8 de janeiro, quando as sedes dos três Poderes foram invadidas e vandalizadas.

Matheus T./Folhapress

Combinei com Haddad não tratar PEC de autonomia financeira do BC pela mídia, diz Campos Neto

Após ser criticado na quarta-feira, 27, pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, por não ter discutido a proposta antes com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, voltou a pedir hoje que a autonomia financeira da autarquia não seja debatida por meio da imprensa.

"Esse tema não é para ser tratado na mídia, foi o que combinei com o ministro Haddad", disse Campos Neto ao ser questionado sobre o assunto na coletiva do Relatório Trimestral de Inflação (RTI).

Ele frisou que a proposta de emenda constitucional que trata da autonomia financeira do BC não foi encaminhada pela autarquia, mas sim pelo Legislativo. A sua atuação, explicou, tem sido no sentido de "aproximar" ao governo a ideia apresentada no Congresso.

"Onde puder, o BC vai ajudar a fazer a conexão entre governo e Congresso, mas não foi um projeto encaminhado pelo Banco Central, mas sim pelo Legislativo", declarou Campos Neto.

Ele afirmou ainda que é um erro o entendimento de que a proposta de autonomia financeira visa só a remuneração dos servidores, uma vez que se trata de uma proposta de modernização administrativa para permitir à autarquia levar adiante projetos de inovação, como foi o Pix. Mais uma vez, Campos Neto observou que 90% dos bancos centrais que têm autonomia operacional contam também com a autonomia financeira.

Isto é Dinheiro

Gilmar opina sobre Bolsonaro antes de STF julgar casos e abre debate sobre imparcialidade

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), tem feito uma série de críticas relacionadas a casos que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

As falas antecedem a chegada dos processos contra Bolsonaro e sobre golpismo à pauta de julgamentos da corte e levantam questionamentos já feitos anteriormente sobre possível prejulgamento e quebra da imparcialidade.

A Lei Orgânica da Magistratura Nacional veda aos magistrados "manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem".

Apesar disso, é improvável que Gilmar seja afastado do caso ou mesmo sofra qualquer sanção, avaliam especialistas, seja porque o STF jamais aceitou um pedido de impedimento ou suspeição de ministros, seja porque os casos mencionados pelo ministros estão ainda na fase de inquérito --o das milícias digitais.

O próprio Gilmar já teve a imparcialidade questionada no debate público ou em juízo por emitir opiniões antes do julgamento em outros casos, como o da nomeação do atual presidente Lula (PT) para ministro da Casa Civil de Dilma Rousseff (PT) e na Lava Jato. Nunca chegou a ser afastado de um julgamento em razão disso.

Em relação a Bolsonaro, o ministro afirmou em evento no dia 19 que houve um salto "de especulações para provas" ao comentar investigações que levaram a Polícia Federal a indiciar o ex-presidente no caso que apura a falsificação de certificados de vacinas de Covid-19.

"Em se tratando das investigações gerais, e eu como um observador da cena já há muito tempo, raramente a gente teve avanços tão significativos", afirmou.

No mesmo evento, o ministro declarou que o Brasil superou "armadilhas ditatoriais".

Ele já havia dito, no fim de fevereiro, que Bolsonaro teria feito uma confissão ao tentar explicar a origem da minuta golpista, elaborada contra as eleições de 2022, durante discurso feito em ato na avenida Paulista.

"Parece [que foi uma confissão], que todos sabiam", afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo.

Matheus Vargas e Angela Pinho/Folhapress

Publicidade Legal

Axa Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 19.323.190/0001-06 - NIRE 35.300.471.113

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25/03/2024

Data, Hora e Local: Aos 25/03/2024, às 10 hs, na sede Companhia. **Quórum:** Acionista presente representando a totalidade do Capital Social. **Convocação:** Dispensável a convocação. **Mesa: Presidente:** Erika Medici Klaffke. **Secretário:** Antoine Paul Joseph Gerard. **Ordem do Dia**: **(I)** Apreciar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório Anual da Diretoria, o Parecer dos Auditores Independentes Contábil e Atuarial, assim como a Demonstrações Contábeis Consolidadas e respectivas notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **(II)** Deliberar sobre o resultado referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, determinando sua destinação; **(III)** Fixar o limite anual da remuneração global dos administradores da Companhia, até a próxima Assembleia Geral Ordinária; e em **matéria extraordinária: (IV)** Reeleger membros da Diretoria; **(V)** Ratificar a composição da Diretoria e as funções específicas dos Diretores perante a SUSEP; **(VI)** Reeleger membros do Conselho de Administração e **(VII)** Ratificar a composição dos membros do Conselho de Administração. **Deliberações**: **(i)** Aprovar, as contas dos administradores, o Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes Contábil e Atuarial e as demais Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, publicados no dia Folha de São Paulo em 26 de fevereiro de 2024; **(ii)** Aprovar a destinação do lucro referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 47.589.295,97 para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados, para redução dos prejuízos acumulados; **(iii)** Aprovar a remuneração anual e global dos administradores da Companhia no valor de R$ 24.636.799,00 a ser distribuída entre seus membros até a AGO de 2025. **(iv)** Reeleger como membros da Diretoria, visando unificar todos os mandatos até a AGO de 2027: a) **Erika Medici Klaffke**, RG nº 10.637.764-1, DIC/RJ, CPF/MF nº 074.973.707-74, como Diretora Presidente; b) **Alexander Galli**, R.N.M. nº F066424-6, CPF/MF Nº 098.580.691-54; c) **Ana Carolina Iervolino Pereira Mello**, portadora da carteira de identidade n° 9162267, emitida pelo SSP/SP, CPF/MF n° 147.814.858-63; d) **Arthur Felipe Mitke Moreira**, portador da carteira de identidade n° 103215406, emitida pelo DETRAN/RJ,CPF/MF n° 043.975.827-00; e) **Alexandre Campos De Souza**, portador da carteira de identidade n° 19842910-1 SSP/SP, CPF/MF nº 166.653.698-97; f) **Antoine Paul Joseph Gerard**, RNE nº V333179- P, órgão emissor CGPI/DIREX/DPF, CPF/MF nº 232.881.288-02; g) **Bruno Scioli Porte**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n° 30936999, emitida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n° 316.654.088-12, residente e domiciliado na Avenida Leonardo da Vinci, nº 2566, bloco 02, apartamento 94, Vila Guarani, São Paulo/SP, CEP 04313-002; h) **Karine Doria Brandão**, portadora da carteira de identidade n° 088627641, emitida pelo IFP/RJ, CPF/MF n° 018.534.857-21. **(v)** Ratificar a composição da Diretoria e as funções dos Diretores responsáveis por área perante a SUSEP: **Início do Mandato - Início do Mandato - Término do Mandato:** Erika Medici Klaffke - Presidente - 25.03.2024 - AGO de 2027; Alexander Galli - 25.03.2024 - AGO de 2027; Alexandre Campos de Souza - 25.03.2024 - AGO de 2027; Antoine Paul Joseph Gerard - 25.03.2024 - AGO de 2027; Ana Carolina Iervolino Pereira - 25.03.2024 - AGO de 2027; Arthur Felipe Mitke Moreira - 25.03.2024 - AGO de 2027; Bruno Scioli Porte - 25.03.2024 - AGO de 2027; Karine Doria Brandão - 25.03.2024 - AGO de 2027. **1.** Funções de caráter executivo ou operacional: 1.1. Diretor responsável pelas relações com a Susep (Art. 1º, I da Circular nº 234, de 28/08/2003), Sra. Erika Medici Klaffke; 1.2. Diretor responsável técnico (Art. 1º, II da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 3º, II da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sra. Ana Carolina Iervolino Pereira Mello; 1.3. Diretor responsável administrativo-financeiro (Art. 1º, III da Circular nº 234, de 28/08/2003), Sr. Antoine Paul Joseph Gerard; 1.4. Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (Art. 3º, III da Resolução nº 432, de 12/11/2021), Sr. Antoine Paul Joseph Gerard; 1.5. Diretor responsável pelo cumprimento das obrigações de registro das apólices e endossos emitidos e dos cosseguros aceitos pelas sociedades seguradoras em contas específicas e exclusivas (Art. 2º da Resolução nº 143/2005), Sr. Arthur Felipe Mitke Moreira; 1.6. Diretor responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados (Art. 22 da Resolução nº 431, de 12/11/2021), Sra. Karine Doria Brandão; 1.7. Diretor responsável pelo cumprimento do registro eletrônico de operações (Art. 13 da Resolução nº 383 de 20/03/2020), Sr. Bruno Scioli Porte; 1.8. Diretor responsável pela política institucional de conduta (Art. 12 da Resolução nº 382 de 04/03/2020), Sr. Arthur Felipe Mitke Moreira; **2.** Funções de caráter de fiscalização ou controle: 2.1. Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei 9.613/98, referente a crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro (Art. 1º, IV da Circular nº 234, de 28/08/2003 e Art. 12 da Circular nº 612, de 18/08/2020), Sr. Alexandre Campos de Souza; 2.2. Diretor responsável pelos controles internos (Art. 9º da Resolução nº 416, de 20/07/2021), Sr. Alexander Galli; **(vi)** Reeleger como membros da Conselho de Administração, com mandato até a AGO de 2027: a) **Erika Medici Klaffke**, RG nº 10.637.764-1, emitida pelo DIC/RJ, CPF/MF nº 074.973.707-74; b) **Melina Andrea Cotlar,** portadora do passaporte de n.º AAB839533, expedido pelo RENAPER, emitido em 22/04/2014, CPF/MF nº 717.180.201-98; e c) **Nuria Fernandez Paris**, portadora do passaporte nº PAF650660, inscrita no CPF/MF n° 717.873.421-31. **(vii)** Ratificar a composição do Conselho de Administração: **Início do Mandato - Início do Mandato - Término do Mandato:** Erika Medici Klaffke - Presidente - 25.03.2024 - AGO de 2027; Melina Andrea Cotlar - 25.03.2024 - AGO de 2027; Núria Fernández Paris - 25.03.2024 - AGO de 2027. **Administradores:** Presentes os administradores da Companhia, consoante o disposto no art. 134, §1º, da Lei 6.404/76. **Auditores Independentes e Atuário**: Foi dispensada a presença dos Auditores Independentes e do Atuário. **Conselho Fiscal**: O Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados na sede da Sociedade, devidamente autenticados pela mesa, os documentos submetidos à apreciação da Assembleia, referidos nesta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar. **Assinaturas**: **Presidente:** Sra. Erika Medici Klaffke**;** e **Secretário:** Antoine Paul Joseph Gerard; **Acionista**: Voltaire Participações S.A., representada por sua Diretora, Erika Medici Klaffke. São Paulo, 25/03/2024.

Multilaser Industrial S.A.

CNPJ/MF nº 59.717.553/0001-02 - Código CVM nº 02603-4 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 26 de Abril de 2024

Convocamos os senhores acionistas da **Multilaser Industrial S.A.** ("**Companhia**"), a se reunirem, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de abril de 2024, às 10h00 ("**AGOE**"), de modo exclusivamente digital, com participação por meio de sistema eletrônico ou por meio dos mecanismos de votação a distância, sem a possibilidade de comparecimento físico, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (ii) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Deliberar sobre a eleição do Sr. Edward James Feder ao cargo de membro do Conselho de Administração; (ii) Deliberar acerca da caracterização do Sr. Edward James Feder como conselheiro independente; (iii) Deliberar sobre a alteração da denominação social da Companhia para "Grupo Multi S.A."; e (iv) Alterar e consolidar o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), contemplando: (a) a alteração da denominação social da Companhia no cabeçalho e no art. 1º do Estatuto Social, conforme item da ordem do dia descrito acima; e (b) a inclusão de atividades secundárias no objeto social da Companhia, com a consequente alteração do artigo 3º do Estatuto Social. Instruções e Informações Gerais: A participação dos acionistas na AGOE será de forma digital, por meio da plataforma eletrônica "*TEN Meetings*", ou por meio de boletim de voto a distância. O acionista que desejar participar da AGOE de forma digital deverá acessar o link previsto no Manual de Participação e Proposta da Administração e preencher os dados de cadastro para AGOE da Companhia, **até o dia 24 de abril de 2024, inclusive.** Ao realizar o cadastro, o acionista deverá anexar todos os documentos necessários para participação na AGOE, conforme descrito no Manual de Participação e Proposta da Administração da AGOE disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados. A Companhia avaliará os documentos e informações disponibilizados pelo acionista e, após aprovação do cadastro, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma através do e-mail cadastrado. Caso a Companhia não aprove o cadastro, o acionista receberá um e-mail informando os documentos pendentes ou não aprovados pela Companhia para que possa reapresentar tais documentos. **O login e senha recebidos serão pessoais e não poderão ser compartilhados sob pena de responsabilização.** Ao acessar o link acima, o acionista terá acesso ao "Manual da Plataforma de Assembleia" para orientá-lo na realização do cadastro para AGOE. Tendo em vista a necessidade de adoção de medidas de segurança na participação a distância, a Companhia enviará, para o e-mail cadastrado, o login e a senha necessários para participação do acionista por meio da plataforma digital somente àqueles acionistas que tenham apresentado corretamente sua solicitação no prazo e nas condições apresentadas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos de sua identificação e representação. Os acionistas que não enviarem a solicitação de cadastramento e envio dos documentos necessários no prazo acima referido (ou seja, até o dia 24 de abril de 2024, inclusive) não poderão participar digitalmente da AGOE. O acionista que optar por exercer seu direito de voto através do boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**"), que encontra-se disprnível nos endereços indicados abaixo, poderá: (i) transmití-lo diretamente às instituições e/ou corretoras que mantém suas posições em custódia; (ii) transmití-lo diretamente ao escriturador das ações da Companhia, qual seja o BTG Pactual Serviços Financeiros S/A DTVM, conforme instruções estabelecidas no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados; (iii) preenchê-lo e e enviá-lo diretamente à Companhia, conforme instruções contidas no Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGOE; ou (iv) preenchê-lo e transmití-lo digitalmente por meio da plataforma eletrônica "*TEN Meetings*", conforme instruções contidas no Manual de Participação e Proposta da Administração para a AGOE. Para mais informações, observar as regras previstas na Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), no Manual de Participação e Proposta da Administração e no Boletim de Voto. Sem prejuízo da possibilidade de participar e votar na AGOE, conforme instruções contidas neste Edital de Convocação e no Manual de Participação e Proposta da Administração, a Companhia recomenda aos seus acionistas que utilizem e seja dada preferência ao Boletim de Voto para fins de participação na AGOE, evitando que problemas decorrentes de equipamentos de informática ou de conexão à rede mundial de computadores dos acionistas prejudiquem o exercício do seu direito de voto na AGOE. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://ri.multilaser.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da AGOE. São Paulo/SP, 27 de março de 2024 Edward James Feder - Presidente do Conselho de Administração. **(28, 29/03/2024 e 02/04/2024)**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 20.247.322/0037-58 – NIRE 35.300.465.369 – Código CVM nº 02533-0 – *Companhia Aberta*

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30 de abril de 2024

Allied Tecnologia S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A."), e dos artigos 4º e 6º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81/2022 ("RCVM 81/22)", convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia ("Assembleia" ou "AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 14h30, de modo exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. As demonstrações financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do relatório e parecer dos auditores independentes e do relatório anual e parecer do comitê de auditoria, bem como o relatório da administração e as contas dos administradores, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 1.2. A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e 1.3. A proposta da administração acerca da fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2024. **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. A extinção dos Planos de Opção de Compra de Ações aprovados em (i) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/12/2014; e (ii) Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28/09/2018. **Informações Gerais: Documentos à disposição dos acionistas:** A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando toda documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia, o boletim de voto a distância ("Boletim") e todos os demais documentos previstos na RCVM 81/22 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto foram disponibilizados, nesta data, e encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.995, 22º (parte) e 23º andares, Brooklin Paulista, CEP 04578-911, bem como nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br). **Participação dos acionistas na AGOE:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá se dar: (a) via Boletim, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para o exercício do voto a distância constam do 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Allied Tecnologia S.A. e do modelo de Boletim, os quais podem ser acessados nos *websites* da Companhia (https://ri.alliedbrasil.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br); e/ou (b) via Plataforma Digital Zoom ("Plataforma Digital"), pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na AGOE, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital:** Os acionistas que desejem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão enviar para o e-mail ri@alliedbrasil.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 02 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia – ou seja, até o dia **28 de abril de 2024 (domingo)** – os seguintes documentos: (i) comprovante ou extrato expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou pela bolsa de valores, demonstrando a titularidade das ações em até 08 (oito) dias antes da data da realização da Assembleia; (ii) quando pessoa física: documento de identidade com foto do acionista e, quando representado por procurador, documento de identidade de seu representante legal e cópia do documento que comprove os poderes do signatário; (iii) quando pessoa jurídica: cópia do último estatuto ou contrato social, ata de eleição de Conselho de Administração (se houver) e ata de eleição de Diretoria que comprovem a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia e/ou procuração, bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); e (iv) quando fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, desde que com foto: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas. **Não** será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto, nos termos do artigo 6º, § 3º, da RCVM 81/22. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para a sede social da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista que tenham sido originalmente lavrados em língua inglesa ou espanhola, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. Excepcionalmente para fins desta AGOE, a Companhia admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, através de plataforma de assinatura digital certificada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória 2.200-2/2001. Os Boletins de voto à distância poderão ser enviados pelos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme disposto no item 1.2 do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia e no modelo de Boletim. Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGOE, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, constam do Manual de Participação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que pode ser acessado nos *websites* da Companhia (http://ri.alliedbrasil.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br). **Rafael Patury Carneiro Leão** – *Presidente do Conselho de Administração*. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Intellitix Brasil Soluções de Tecnologia Ltda.

CNPJ nº 24.223.031/0001-70 – NIRE 35.229.753.841

Distrato Social

Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir identificadas: **Intellitix Technologies Inc.,** CNPJ/ME nº 24.975.060/0001-98 e **1128737 Ontario Limited**, CNPJ/ME nº 24.975.059/0001-63, representadas pelo seu procurador, Sr. **Alexandre Junior da Silva Nogueira**, RG nº 22.377.497-2 SSP/SP e CPF nº 130.049.868-41, Únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **Intellitix Brasil Soluções de Tecnologia Ltda.**, com sua sede em São Paulo-SP, na Rua Conceição de Monte Alegre, nº 107, 10º Andar, Conjunto 101, CV 3072, Torre B, Cidade Monções ("**Sociedade**"), resolvem acordar o presente Instrumento Particular de Distrato Social para Dissolução, Liquidação e Extinção da Sociedade: **Considerando** que as sócias têm a intenção de proceder com a sua dissolução, decidem promover o presente Instrumento de Distrato Social ("**Distrato Social**"), por este ato societário, nas seguintes condições: **I – Da Dissolução: 1**. As sócias detentoras da totalidade das quotas representativas do capital social da Sociedade, declaram por unanimidade não possuir mais nenhum interesse em prosseguir com a atividade empresarial da Sociedade e, portanto, decidem pela dissolução da Sociedade. **2**. As sócias resolvem nomear e investir para o cargo de liquidante, o Sr. **Alexandre Junior da Silva Nogueira**, RG nº 22.377.497-2 SSP/SP e CPF nº 130.049.868-41. **3**. Os atos de gestão do liquidante ficam limitados à gestão dos negócios inadiáveis da Sociedade, ficando vedadas quaisquer novas operações em nome dela. **4**. Compete, ainda ao liquidante, representar a Sociedade e praticar todos os atos necessários à sua liquidação, inclusive alienar bens móveis ou imóveis, transigir, receber e dar quitação. **II – Da Liquidação. 5**. O liquidante da Sociedade, procedeu à arrecadação de bens, livros e documentos da Sociedade, bem como elaborou o inventário e o balanço patrimonial geral do ativo e do passivo. Realizou o ativo, pagou todo o passivo existente e finalizou o processo de liquidação. **6**. O liquidante apresentou às sócias o relatório da liquidação e as contas finais da Sociedade, os quais foram lidos e integralmente aprovados pelas sócias da Sociedade. **7**. De acordo com o balanço patrimonial de encerramento, o relatório da liquidação e contas finais da Sociedade, todas as obrigações receberam as devidas quitações. **8**. Na possibilidade de existir qualquer importância repartida entre as sócias, este acervo remanescente será devolvido à sócia Intellitix Technologies Inc, com a expressa anuência da sócia 1128737 Ontario Limited. **III – Da Extinção: 9**. A Sociedade é, neste ato, declarada totalmente dissolvida, liquidada e extinta. **10**. A posse dos livros da Sociedade, ora extinta, ficará a cargo do Sr. **Alexandre Junior da Silva Nogueira**. **11**. O liquidante Sr. **Alexandre Junior da Silva Nogueira** compromete-se, ainda, a promover o arquivamento do presente Distrato Social na Junta Comercial competente, para que a Sociedade seja então legalmente considerada extinta. **12**. As sócias e, particularmente, o liquidante nomeado declaram, expressamente e para todos os fins de direito, não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. São Paulo, 31 de dezembro de 2023. **Intellitix Technologies, Inc** e **1128737 Ontario Limited,** P.p Alexandre Junior da Silva Nogueira. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 22.254/24-9 em 12/01/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Juros: taxas terminam trimestre em alta, de olho em Fed e no plano de voo do BC

O mercado de juros termina a semana com viés de alta em toda a estrutura, embora o movimento seja comportado frente ao visto no câmbio e nos Treasuries hoje. A percepção de analistas é de que as taxas já haviam incorporado nos últimos dias um cenário mais conservador e que, assim, os recados nesse sentido dos indicadores do mercado de trabalho e do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) já não tinham mais espaço para ressoar nos preços. No mês e no trimestre, a curva ganhou inclinação, sob influência do comportamento dos Treasuries.

O DI para janeiro de 2025 subiu de 9,907% no ajuste de ontem para 9,920%. O janeiro 2026 saía de 9,891% para 9,900%. O janeiro 2027 passava de 10,142% para 10,160%. E o janeiro 2029 avançava de 10,638% para 10,670%.

O dia foi bastante movimento no front ao qual a curva de juros é sensível, embora sem grandes novidades. No RTI, o Banco Central avançou pouco em relação ao que já havia tratado no comunicado e na ata do Comitê de Política Monetária (Copom), reforçando relativa cautela da autoridade e o cenário-base já estabelecido.

Assim, a expectativa se deslocou para a entrevista com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o diretor de Política Econômica, Diogo Guillen. Também, mais uma vez, o tom foi de reforço das mensagens recentes.

Isto é Dinheiro

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Publicidade Legal

Hidrovias do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
a ser realizada em 30 de abril de 2024

A **Hidrovias do Brasil S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fradique Coutinho, nº 30, 7º andar, conjunto 71, Pinheiros, CEP 05416-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.648.327/0001-53 ("Companhia"), vem, pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") convocar os senhores acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, § 2º, inciso I e artigo 28, §§ 2º e 3º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 10:00 horas, através da plataforma digital Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as notas explicativas, acompanhadas do Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, e dos Pareceres do Comitê de Auditoria não Estatutário e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; **2.** Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **3.** Aprovação da Proposta da Administração para a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **4.** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **5.** Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; **6.** Deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e **7.** Deliberar sobre a instalação e a fixação do número de assentos do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social de 2024; **8.** Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal; e **9.** Aprovação da remuneração anual e global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Diante da celebração em 22 de março de 2024 de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças entre, de um lado, HBSA Co-Investimento – Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Brasil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Patria Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Sommerville Investments B.V. (em conjunto os "Vendedores") e, de outro lado, Ultrapar Logística Ltda. ("Compradora"), com a interveniência anuência da sua controladora, Ultrapar Participações S.A., por meio do qual os Vendedores comprometeram-se a transferir à Compradora, a totalidade das 128.369.488 ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Vendedores, sujeito à verificação de determinadas condições suspensivas usuais para transações dessa natureza, de acordo com os termos e condições previstos no referido contrato ("Transação"), **deliberar**, nos termos do Artigo 45, Parágrafo 8º, do Estatuto Social da Companhia, sobre a dispensa, com eficácia sujeita à implementação da Transação, da obrigação da Compradora e/ou de pessoa que, direta ou indiretamente controle, seja controlada por, ou esteja sob controle comum da Compradora ("Afiliadas") de realizar uma oferta pública de aquisição das ações de emissão da Companhia em razão do atingimento de participação societária relevante na Companhia decorrente da Transação e qualquer aumento de participação subsequente até o atingimento de participação societária igual a 40% do capital social da Companhia, sendo certo que caso a Compradora e/ou suas Afiliadas venham a adquirir ou se tornem titulares, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 40% do capital social da Companhia, a Compradora e/ou suas Afiliadas, conforme o caso, ficarão obrigadas a realizar a oferta pública de aquisição de ações prevista no Artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, observados todos os termos e condições ali previstos (incluindo em seus respectivos parágrafos), com exceção do percentual de participação relevante, que deverá ser interpretado como "superior a 40%", ao invés de "igual ou superior a 20%". **Informações Gerais**: **1.** Documentos à disposição dos acionistas: A Proposta da Administração ("Proposta") contemplando todas as orientações detalhadas para participação ("Manual para Participação dos Acionistas"), bem como toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia e o Boletim de Voto a Distância ("Boletim"), foram disponibilizados aos acionistas da Companhia nesta data, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, e podem ser acessados através dos *websites* da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). **2.** Participação e votação na Assembleia: A Assembleia Geral será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do acionista somente poderá ser: (a) via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam do Boletim e do Manual de Participação dos Acionistas, que podem ser acessados nos *websites* mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 28, § 2º, inciso II, e § 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia Geral, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia Geral, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim e que, caso queira, vote na Assembleia Geral, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. **3.** Documentos necessários para acesso à Plataforma Digital: Nos termos do artigo 6º, § 3º da Resolução CVM 81, os acionistas que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão enviar para o e-mail ri@hbsa.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até 2 (dois) dias antes da Assembleia Geral (i.e., **até o dia 28 de abril de 2024**), solicitação de suas credenciais de acesso à Plataforma Digital acompanhada dos documentos indicados no Manual para Participação dos Acionistas. **A Companhia ressalta que não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto**. **4.** Documentos de representação dos acionistas: A Companhia dispensará a necessidade de notarização, consularização, apostilamento e tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista, e do envio das vias físicas dos documentos de representação dos acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. **5.** Informações para participação e votação na Assembleia Geral: Informações detalhadas sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia Geral, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital e para envio do Boletim, estarão disponíveis na Proposta e demais documentos a serem divulgados nos *websites* da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). **6.** Votação por meio de Boletim: O Boletim poderá ser enviado pelos Acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, conforme orientações constantes do Manual e Boletim, que podem ser acessados nos websites da CVM (www.gov.br/cvm), da Companhia (ri.hbsa.com.br) e da B3 (www.b3.com.br). **7.** No que se refere à deliberação para eleição dos membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, conforme parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital social da Companhia. São Paulo, 28 de março de 2024. **Felipe Andrade Pinto** – Presidente do Conselho de Administração. (29/03, 02 e 03/04/2024)

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 – NIRE 3530058278-1

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária
a ser realizada às 15:00 horas do dia 29 de abril de 2024

Ficam convocados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho 2020 ("IN DREI 81"), os acionistas da CIP S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ sob o nº 44.393.564/0001-07 ("Núclea" ou "Companhia"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2024, às 15:00 horas, exclusivamente de modo digital, conforme orientações abaixo, por meio da plataforma digital "Microsoft Teams" ("Plataforma Digital"), a qual terá como ordem do dia, as seguintes deliberações: **(I) Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: a)** Reforma Global e Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **b)** Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos Comitês estatutários da Companhia, para o exercício de 2024, nos termos do artigo 11, alínea "e" do Estatuto Social. **(II) Em sede de Assembleia Geral Ordinária: a)** Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, com a aprovação (i) do Relatório da Administração, (ii) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2023, e (iii) o Relatório dos Auditores Independentes da Companhia; **b)** Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023; **c)** Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício de 2024; **d)** Eleição dos membros do Conselho de Administração com a fixação do número efetivo da sua composição; **e)** Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados pelos administradores neste fim. Orientações gerais: O acionista que desejar participar e votar na Assembleia por meio da Plataforma Digital deverá enviar e-mail para o endereço: **governancacorporativa@nuclea.com.br,** preferencialmente com no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, manifestando seu interesse em participar da Assembleia e solicitando o *link* de acesso ao sistema ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá conter: (i) a identificação completa do acionista, incluindo seu CPF ou CNPJ, e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, que comparecerá à Assembleia; (ii) telefone e endereço de e-mail do solicitante e/ou do procurador, conforme o caso; e (iii) cópia simples dos documentos necessários para legitimação e representação, incluindo, no caso de acionistas pessoas jurídicas (a) cópia do último contrato ou estatuto social registrado na junta comercial competente; e (b) da documentação societária que outorgue poderes e representação (ato de eleição do administrador e, conforme o caso, procuração) ("Documentos Necessários"). Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º da Lei das S.A., devendo o instrumento de procuração observar o disposto no artigo 654 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante o previsto no artigo 126, § 1º da Lei das S.A. No caso de acionistas pessoas jurídicas, estas poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. Após a verificação da regularidade dos documentos enviados para participação na Assembleia, a Núclea enviará ao acionista as instruções para acesso à plataforma eletrônica e participação na Assembleia. Na hipótese de o acionista não receber o *link* (Teams) de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, o acionista deverá entrar em contato com a Governança Corporativa, por meio do e-mail: **governancacorporativa@nuclea.com.br** para que seja prestado o suporte necessário. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia são pessoais e intransferíveis e não poderão ser compartilhados com terceiros, sob pena de responsabilização do acionista. Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível com 30 (trinta) minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 (trinta) minutos de antecedência. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Orientações para o envio de Boletim de Voto à Distância: Nos termos da IN DREI 81, também será considerado presente à reunião o acionista que enviar boletim de voto à distância que tenha sido considerado válido nos termos do presente Edital. O boletim de voto à distância, cujo modelo encontra-se disponível para acesso e impressão endereço seguinte endereço eletrônico: https://www2.nuclea.com.br/Documents/Boletim_Voto_Distancia.pdf deverá ser impresso, preenchido e assinado pelo acionista que desejar participar da assembleia por tal modalidade. O boletim de voto à distância preenchido poderá ser enviado por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de carta, sendo que (a) no caso de e-mail, o acionista deve enviar cópia digitalizada do boletim de voto à distância, em formato PDF, em conjunto com a digitalização dos Documentos Necessários (acima especificados) para o e-mail **governancacorporativa@nuclea.com.br** ou (b) no caso de carta, o acionista deve enviar a via física assinada do boletim de voto à distância em conjunto com os Documentos Necessários (abaixo especificados) para o endereço: **CIP S.A. | Núclea –** *Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.485, Torre Norte, 4º andar, CEP 01452-002, São Paulo, SP. A/c: Governança Corporativa.* Vale ressaltar que os boletins de voto à distância somente serão recepcionados e considerados válidos se recebidos pela Núclea **até o dia 25 de abril de 2024**, tendo a Núclea, em até 2 (dois) dias do recebimento de cada boletim de voto à distância, que comunicar: (a) o recebimento do boletim de voto a distância, bem como que o boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido; ou (b) a necessidade de retificação ou reenvio do boletim de voto a distância ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Cada acionista poderá retificar ou reenviar o boletim de voto a distância ou os documentos que o acompanham, observado o prazo previsto acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente à Assembleia através da Plataforma Digital e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim enviado será desconsiderado. São Paulo, 01 de abril de 2024. ***Ede Ilson Viani*** *– Presidente do Conselho de Administração.* (29/03, 02 e 03/04/2024)

REC SS Aclimação Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 26.074.834/0001-35 – NIRE 35.300.495.594

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, em São Paulo-SP, na Avenida Lins de Vasconcelos, nº 1.794, Cambuci. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa:** Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, **de** R$ 25.777.067,00, dividido em 25.777.067 ações, **para** R$ 24.625.110,00, dividido em 24.625.110 ações, mediante o cancelamento de 1.151.957 ações ordinárias, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 1.146.197,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 5.760,00. **2.** O capital social passará a ser de R$ 24.625.110,00, dividido em 24.625.110 ações das seguintes espécies e classes: 24.625.110 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 24.625.110,00, dividido em 24.625.110 ações das seguintes espécies e classes: 24.625.110 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 31.500.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** A presente redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata e seu arquivamento. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Augusta Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 29.639.997/0001-06 – NIRE 35.300.513.436

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10h00, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa:** Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 13.730.000,00, dividido em 13.730.000 ações, **para** R$ 13.456.346,00, dividido em 13.456.346 ações, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 272.587,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 1.067,00. **2.** O capital social passará a ser de R$ 13.456.346,00, dividido em 13.456.346 ações das seguintes espécies e classes: 13.456.336 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 13.456.346,00, dividido em 13.456.346 ações das seguintes espécies e classes: 13.456.336 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na formado art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 50.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Campo Belo Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 26.128.437/0001-07 – NIRE 35.300.495.616

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa:** Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** Aprovada a redução do capital social, excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 26.090.000,00, dividido em 26.090.000 ações, **para** R$ 24.939.146,00, dividido em 24.939.146 ações, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 1.146.136,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 4.718,00. **2.** O capital social passará a ser de R$ 24.939.146,00, dividido em 24.939.146 ações das seguintes espécies e classes: 24.939.136 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 24.939.146,00, dividido em 24.939.146 ações das seguintes espécies e classes: 24.939.136 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Casa Verde Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ/ME nº 18.897.466/0001-05 – NIRE 35.300.458.176

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa:** Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 11.774.640,00, dividido em 11.774.640 ações, **para** R$ 11.574.640,00, dividido em 11.574.640 ações, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 199.020,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 980,00. **2.** O capital social passará a ser de R$ 11.574.640,00, dividido em 11.574.640 ações das seguintes espécies e classes: 11.754.630 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 11.574.640,00, dividido em 11.574.640 ações das seguintes espécies e classes: 11.754.630 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 15.100.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 4,9956 / R$ 4,9962 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,0120 / R$ 5,0140 *
Turismo - R$ 5,0281 / R$ 5,2081
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: 0,68%

OURO BM&F
R$ 343,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,33%
Pontos: 128.106
Volume financeiro: R$ 21,515 bilhões
Maiores altas: Marfrig ON (12,80%), Casas Bahia ON (7,96%), São Martinho ON (3,78%)
Maiores baixas: Azul PN (-7,65%), CVC ON (-4,29%), Braskem PNA (-3,72%)
S&P 500 (Nova York): 0,11%
Dow Jones (Nova York): 0,12%
Nasdaq (Nova York): -0,12%
CAC 40 (Paris): 0,01%
Dax 30 (Frankfurt): 0,08%
Financial 100 (Londres): 0,26%
Nikkei 225 (Tóquio): -1,46%
Hang Seng (Hong Kong): 0,91%
Shanghai Composite (Xangai): 0,59%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,52%
Merval (Buenos Aires): -0,1%
IPC (México): 0,28%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Fevereiro 2023: 0,84%
Março 2023: 0,71%
Abril 2023: 0,61%
Maio 2023: 0,23%
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%

Publicidade Legal

Polimport – Comércio e Exportação Ltda.

CNPJ sob o nº 00.436.042/0047-52 - NIRE 35.217.472.191

Convocação Reunião de Sócios

Prezado Sócio e Administrador, **João Boschilia Appolinário**, brasileiro, casado, empresário, portador de Cédula de Identidade RG nº 4.479.028-4 SSP/SP, inscrito no CPF nº 008.727.938-00, residente e domiciliado na Av. Nove de Julho, nº 5.835, apto. 175, Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01407-200, na qualidade de administrador e sócio representante de 50% do capital social da Sociedade, com base no artigos 1.072 e 1.073, inciso I, ambos do Código Civil, vem pela presente CONVOCÁ-LO para Reunião de Sócios da **Polimport – Comércio e Exportação Ltda.** ("Sociedade"), a realizar-se, presencialmente, no dia 10 de abril de 2024, às 10h00min, em primeira convocação, e no dia 17 de abril de 2024, às 10h00min, em segunda convocação, na Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215, 6º andar, bloco E, escritório E6 do "Centro Empresarial de São Paulo", bairro Jardim São Luís, Município de São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre: (I) o aumento do capital social da Sociedade de R$ 2.275.000,00 para R$ 30.000.000,00, considerando a exigência de comitê de crédito do principal financiador da Sociedade e consequente urgência na captação dos recursos considerando a atual crise financeira da Sociedade e as providências necessárias para a estabilização financeira e o fortalecimento das suas operações; (ii) a destituição do Sr. Carlos Marcos de Olivera Neto do cargo de administrador Sociedade, em razão do seu não envolvimento operacional contínuo no dia a dia da administração e afastamento de fato da Sociedade desde julho de 2023, o que acarreta sobretudo dificuldades adicionais neste período de crise financeira; (iii) ratificação das medidas financeiras, operacionais e legais, incluindo medidas processuais, em curso para o soerguimento da Sociedade e outros assuntos de interesse da Sociedade relacionados ao seu soerguimento operacional e financeiro; e (iv) a alteração e consolidação do Contrato Social da Sociedade para refletir as deliberações dos itens (i) e (ii) acima. Este documento é assinado digitalmente, em consonância com o disposto no artigo 10 da Medida Provisória n.º 2.200/2001 no padrão ICP-Brasil, fica expressa e irrevogavelmente presumida a autenticidade e a validade de forma da presente convocação. São Paulo/SP, 01 de abril de 2024. **João Boschilia Appolinário -** Sócio-administrador. **(01, 02 e 03/04/2024)**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com

OTP S.A.

CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86

Relatório da Administração

A Administração da OTP S.A. ("OTP" ou "Companhia") submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Mensagem da Administração

A Administração da OTP permanece empenhada na busca da sustentabilidade econômico-financeira da Companhia, de modo a cumprir com suas obrigações junto a seus credores, fornecedores e demais stakeholders, preservando os interesses e garantias de seus acionistas, por meio do programa de desmobilização de ativos, das renegociações de seus endividamentos, da monetização de ativos contingentes e da mitigação de passivos contingentes.

Em 2023, dando sequência ao processo de desmobilização de seus ativos, a Companhia concluiu a alienação das participações societárias indiretas detidas na Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") e na Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca"). Com a alienação da CRO, as garantias prestadas pela OTP S.A. e pela OTP Rodovias S.A., da ordem de R$ 1 bilhão, foram liberadas e as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas.

Com a alienação do VLT Carioca, as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP Mobilidade S.A., no âmbito do financiamento junto ao BNDES, no montante de R$ 134 milhões, foram liberadas, bem como foi dada quitação de todas as obrigações constantes do Acordo de Acionistas da investida e o processo de arbitragem foi extinto. Ao final do exercício, houve também avanço no processo de alienação da participação societária detida na Concessionária Litoral Norte S.A., com previsão de concretização no primeiro semestre de 2024.

Ainda no âmbito das desmobilizações, a Administração permanece empenhada em busca da conclusão, pela controlada Agrovia do Nordeste S.A., do processo de resilição do Contrato de Arrendamento do Terminal Açucareiro, localizado na Zona Industrial Portuária de Suape-PE ("Contrato de Arrendamento"), junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério dos Portos e Aeroportos.

Adicionalmente, a Administração pretende dar sequência ao encerramento do Contrato de Parceria Público-Privada firmado pela Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. com o Estado de Goiás, em 2014, uma vez que não há expectativas de apresentação das garantias exigidas pelo Poder Concedente para eficácia do referido contrato.

Em 9 de junho de 2022, foi homologado o Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Rio Trens Participações S.A. ("RTP") e as suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia"). Com a aprovação do Plano, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal.

No âmbito das renegociações dos endividamentos financeiros, que continuam sendo prioridade para a Administração da OTP, a Companhia, juntamente com suas empresas controladas, tem conseguido administrar os vencimentos dos endividamentos previamente contratados, evitando potenciais execuções judiciais ou excussões de garantias disruptivas para a Companhia. Com os avanços nos processos de desmobilização de ativos e desonerações de garantias, a OTP segue em tratativas com seus credores para reestruturação do seu endividamento.

Rentabilidade

O resultado negativo de R$ 208.185 decorre principalmente do resultado financeiro negativo de R$ 132.103 e do resultado de participações societárias no montante de R$ 56.299, impactado principalmente pelo reflexo das variações do patrimônio líquido da Supervia.

O EBITDA da Companhia e suas controladas foi negativo de R$ 26,5 milhões, representando uma variação negativa de R$ 6,5 milhões, quando comparado ao ano de 2022. Essa pioria está relacionada ao acréscimo de gastos com assessorias financeira e jurídica, em função da conclusão da alienação dos ativos, destacando-se os custos com o encerramento do processo arbitral do VLT Carioca.

O resultado financeiro teve um incremento negativo de 2,5% quando comparado a 2022, sendo:

Resultado Financeiro (em Milhares de Reais)			
Descrição	**2023**	**2022**	**Var. (%)**
Receitas Financeiras	38.631	5.161	648,5%
Despesas Financeiras	(170.734)	(133.986)	27,4%
Resultado Financeiro Líquido	**(132.103)**	**(128.825)**	**2,5%**

O acréscimo das receitas financeiras decorreu principalmente da variação no valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações. Por outro lado, o aumento nas despesas financeiras decorreu em especial pela apropriação de juros sobre as dívidas corporativas que foram afetadas pela variação do CDI (em 2023, o CDI acumulado ao longo dos 12 meses foi de 13,04%, enquanto o de 2022 foi de 12,38%).

Governança Corporativa

A Companhia possui uma estrutura de Governança Corporativa que segue as melhores práticas de mercado, na busca da transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, facilitando, assim, a condução dos negócios e fortalecendo a confiança e o relacionamento da Companhia com seus principais stakeholders. A estrutura de Governança inclui 3 (três) instâncias de decisão: a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, sendo que o Conselho de Administração conta com o apoio de 4 (quatro) Comitês Consultivos, sendo eles: (i) o Comitê Financeiro e de Investimentos; (ii) o Comitê de Conformidade; (iii) o Comitê de Pessoas e Organização; e o (iv) Comitê de Partes Relacionadas.

O Conselho de Administração da Companhia ("CA-OTP") é composto por até (7) sete membros. O Acionista Controlador tem o direito de indicar 4 (quatro) membros e os Acionistas Minoritários (FI-FGTS e BNDESPAR) tem o direito de indicar 3 (três) membros. Os membros do CA-OTP são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, respeitados os termos e condições do Acordo de Acionistas, Estatuto Social da Companhia e o Regimento Interno do CA-OTP, para cumprimento do mandato de 1 (um) ano, com possibilidade de reeleição.

Os Comitês Consultivos, que servem de apoio às atividades de competência do CA-OTP, atualmente são integrados por membros ou não membros do CA-OTP.

Compliance

A OTP, desde a finalização do processo de monitoramento pelas autoridades americanas e brasileiras em 2020 e do direcionamento estratégico definido por seus Acionistas, em 2017, no sentido de desmobilização das suas operações, vem seguindo sua diretriz de atuação empresarial responsável e diligente respaldada na manutenção do seu Programa de Conformidade, adequada à dimensão da sua operação. Neste sentido, mantém vigente Linha de Ética (canal disponibilizado para que Integrantes, Terceiros, Fornecedores, Clientes e demais colaboradores possam, de forma segura, sigilosa e responsável, comunicar eventuais irregularidades que atentem contra seu Código de Ética e Conduta) e Plataforma Digital para análise reputacional de prestadores de serviços (CNPJ) e de novos integrantes (CPF), quando aplicável, ambos sistemas administrados por Terceiros.

Mensalmente, são realizadas reuniões dos membros do Comitê de Conformidade da Companhia para atualizações sobre a Conformidade da Companhia.

Pessoas

Com a alienação da CRO, o Grupo encerrou o exercício com um efetivo de 7 colaboradores. Esse número reflete a proximidade de conclusão do processo de desmobilização da OTP e de suas investidas, que vem ocorrendo, desde 2017, de forma planejada, tendo a Administração o desafio de manter a motivação, o comprometimento e o engajamento de seus Integrantes frente aos desafios impostos nesta reta final da Companhia.

A Administração

Balanços Patrimoniais – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	119.722	65.400	191.301	113.305
Demais contas a receber	8		38.858		68.155
Tributos a recuperar		5.625	4.132	9.340	9.192
Dividendos a receber	11(d)	1.553	4.125		1.492
Outros contas a receber com partes relacionadas	9	3.432	4.077	1.912	2.452
Outros ativos		201	735	669	–
		130.533	**117.327**	**203.222**	**194.596**
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10 (a)	**5.455**	**–**	**5.455**	**2.126.693**
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	131.679	126.431
Partes relacionadas	9	5.292	4.765		
Outros ativos		–	53	8.966	9.019
		5.292	**4.818**	**140.645**	**135.450**
Investimentos	11	245.043	287.735	19.483	78.450
Imobilizado	12	14.493	16.509	70.799	70.695
Intangível		–	–	1	5
		259.536	**304.244**	**90.283**	**149.150**
Total do ativo não circulante		**264.828**	**309.062**	**230.928**	**284.600**
Total do ativo		**400.816**	**426.389**	**439.605**	**2.605.889**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.140.081	982.339	1.215.005	1.045.645
Fornecedores		1.671	2.024	2.577	2.331
Obrigações sociais e trabalhistas		3.041	2.054	4.221	5.729
Impostos, taxas e contribuições sociais		99	137	1.122	1.259
Arrendamento mercantil operacional	14	686	424	686	424
Dividendos a pagar	9			1.035	1.755
Outros passivos		6.328	6.327	8.178	8.144
		1.151.906	**993.305**	**1.232.824**	**1.065.287**
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10 (a)	–	–	–	**2.126.693**
Passivo não circulante					
Arrendamento mercantil operacional	14	25.363	23.434	25.363	23.434
Partes relacionadas	9	97.476	88.589	58.708	49.822
Provisão para perda de investimento	11	23.445	12.162		
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	15	1.439	1.286	1.485	1.286
Outros passivos		–	–	11.956	11.810
		147.723	**125.471**	**97.512**	**86.352**
Total do passivo		**1.299.629**	**1.118.776**	**1.330.336**	**3.278.332**
Passivo a descoberto					
Capital social	16 (a)	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reserva de capital		621.483	621.483	621.483	621.483
Ajuste de avaliação patrimonial	16 (b)	31.513	31.373	31.513	31.373
Prejuízos acumulados		(3.162.522)	(2.955.956)	(3.162.522)	(2.955.956)
		(898.813)	**(692.387)**	**(898.813)**	**(692.387)**
Participação dos acionistas não controladores		–	–	7.003	19.372
Participação dos acionistas não controladores nas operações descontinuadas		–	–	1.079	572
Total do passivo e passivo a descoberto		**400.816**	**426.389**	**439.605**	**2.605.889**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	11 (b)	(96.090)	(15.687)	–	–
Gerais e administrativas	17	(13.232)	(11.857)	(29.174)	(23.621)
Outras receitas e despesas, líquidas	17	1.288	1.507	981	(10.120)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro, líquido		**(108.034)**	**(26.037)**	**(28.193)**	**(33.741)**
Resultado de participações societárias	11 (e)	–	–	(56.337)	3.328
Resultado financeiro, líquido	18	(157.767)	(123.485)	(132.103)	(128.825)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(265.801)**	**(149.522)**	**(216.633)**	**(159.238)**
Imposto de renda e contribuição social corrente		–	–	(63)	(23)
Prejuízo das operações continuadas		**(265.801)**	**(149.522)**	**(216.696)**	**(159.261)**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Operações descontinuadas					
Resultado das operações descontinuadas	10 (b)	59.430	(9.839)	8.474	748
Prejuízo do exercício		**(206.371)**	**(159.361)**	**(208.222)**	**(158.513)**
Atribuível a					
Acionistas da Companhia		–	–	(206.371)	(159.361)
Participação dos não controladores		–	–	(1.289)	1.334
Participação dos não controladores nas operações descontinuadas		–	–	(562)	(486)
Prejuízo do exercício		**–**	**–**	**(208.222)**	**(158.513)**
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia no final do exercício (expresso em R$)	19	(0,96)	(0,74)	–	–

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Passivo a Descoberto – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

		Atribuível aos acionistas da controladora						
	Nota	**Capital social**	**Reserva de capital**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Prejuízos acumulados**	**Total**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Total do passivo a descoberto**
Saldos em 1º de janeiro de 2022		1.610.713	621.483	30.826	(2.796.595)	(533.573)	30.820	(502.753)
Prejuízo do exercício		–	–	–	(159.361)	(159.361)	848	(158.513)
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**(159.361)**	**(159.361)**	**848**	**(158.513)**
Ganho e perda na variação de participação de investidas	16 (b)	–	–	547	–	547	432	979
Redução de capital de controladas distribuida a não controladores		–	–	–	–	–	(10.400)	(10.400)
Dividendos de controladas destinados a não controladores		–	–	–	–	–	(1.756)	(1.756)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.610.713**	**621.483**	**31.373**	**(2.955.956)**	**(692.387)**	**19.944**	**(672.443)**
Prejuízo do exercício		–	–	–	(206.371)	(206.371)	(1.851)	(208.222)
Total resultado abrangente do exercício		**–**	**–**	**–**	**(206.371)**	**(206.371)**	**(1.851)**	**(208.222)**
Redução de capital de controladas distribuida a não controladores	10 (c)	–	–	–	–	–	(9.317)	(9.317)
Aumento de capital em controladas realizado por não controladores		–	–	–	–	–	19	19
Dividendos de controladas destinados a não controladores	10 (d)	–	–	–	–	–	(763)	(763)
Ganho e perda na variação de participação de investidas	16 (b)	–	–	(55)	–	(55)	55	–
Realização de ajustes de avaliação patrimonial em investida	16 (b)	–	–	195	(195)	–	–	–
Outros	16 (b)	–	–	–	–	–	(5)	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.610.713**	**621.483**	**31.513**	**(3.162.522)**	**(898.813)**	**8.082**	**(890.731)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

continua …

… continuação

OTP S.A.

Demonstração dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	(206.371)	(159.361)	(208.222)	(158.513)
Total do resultado abrangente do exercício	**(206.371)**	**(159.361)**	**(208.222)**	**(158.513)**
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	(206.371)	(159.361)	(206.371)	(159.361)
Participação dos não controladores	–	–	(1.851)	848
	(105.982)	**(66.979)**	**(106.739)**	**(66.040)**
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	(265.801)	(149.522)	(216.696)	(159.261)
Operações descontinuadas	59.430	(9.839)	8.474	748
Resultado abrangente do exercício	**(206.371)**	**(159.361)**	**(208.222)**	**(158.513)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	**(265.801)**	**(149.522)**	**(216.633)**	**(159.238)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social nas operações descontinuadas	59.430	(9.839)	12.493	11.055
Ajustes para reconciliação do prejuízo das operações continuadas				
Resultado de equivalência patrimonial	96.090	15.687	56.299	(3.328)
Outros ajustes de equivalência patrimonial	–	–	38	–
Depreciação e amortização	2.012	2.022	2.044	2.061
Baixa de ativo imobilizado e intangível	5	16	18	1.319
Ajuste a valor presente	2.742	2.491	2.742	2.491
Juros e variações monetárias, líquidos	165.557	140.291	165.862	148.894
Provisão para contingências	153	1.286	199	1.286
Ajuste a valor justo	–	–	(21.334)	7.498
Outros	(1.542)	(3.439)	(1.542)	1.420
Total dos ajustes	265.017	158.354	204.326	161.641
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) nas operações descontinuadas	(59.430)	–	57.916	394.567
Lucro (prejuízo) ajustado das operações descontinuadas	**–**	**(9.839)**	**70.409**	**405.622**
Variações dos ativos e passivos				
Demais contas a receber	39.746	38.588	69.713	67.683
Tributos a recuperar	(1.493)	(1.579)	(2.258)	(4.129)
Outros ativos	1.232	(199)	1.901	12.400
Fornecedores	(353)	(1.142)	(1.742)	(1.931)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	949	1.008	(1.358)	(1.313)
Outros passivos	–	75	–	(3.341)
Total das variações	**40.081**	**36.751**	**66.256**	**69.369**
Pagamento de juros e encargos financeiros	–	(9.299)	–	(9.299)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(58)	(1.084)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**39.297**	**36.284**	**53.891**	**61.389**
Variações nos ativos e passivos das operações descontinuadas	–	–	(6.470)	(131.055)
Juros pagos das operações descontinuadas	–	–	(1.976)	(54.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos das operações descontinuadas	–	–	(554)	(2.896)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	**–**	**(9.839)**	**61.409**	**216.913**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Adições ao investimento	(872)	(841)	–	–
Redução de capital social em controladas	13.976	15.600	(9.317)	(10.400)
Titulos e valores mobiliários	–	–	16.086	–
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	2.472	1.253	248	419
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	**15.576**	**16.012**	**7.017**	**(9.981)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos nas operações descontinuadas	–	–	**(13.666)**	**(149.931)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	(54.664)	–	(54.664)
Arrendamento mercantil	(551)	(233)	(551)	(233)
Partes relacionadas	–	(1.726)	–	–
Pagamento de dividendos a não controladores	–	–	(1.483)	(557)
Aumento de capital social realizado por não controladores	–	–	19	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	**(551)**	**(56.623)**	**(2.015)**	**(55.454)**
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos nas operações descontinuadas	–	–	**(438)**	**(105.115)**
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	(28.202)	(38.653)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**54.322**	**(14.166)**	**77.996**	**(80.832)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	65.400	79.566	113.305	194.137
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	119.722	65.400	191.301	113.305
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**54.322**	**(14.166)**	**77.996**	**(80.832)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais – A OTP S.A. ("Companhia" ou "OTP" e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, "Grupo"), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010, tendo por objeto social: (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros; (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas, arrendamentos ou empreendimentos privados, atuando nos estudos de viabilidade, na implantação, na operação e manutenção, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e (iii) A participação em consórcios ou em sociedades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima. A Companhia integra o Grupo Novonor, sendo controlada pela Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial ("Novonor"). **(a) Contratos de Concessão: Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO"):** A CRO, controlada indireta, foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015, tendo como objeto explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos, conforme contrato de concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Conforme vinha sendo negociado, em 02 de maio de 2023, após satisfeitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a controlada OTP Rodovias S.A. ("OTP Rodovias") concluiu da totalidade das ações da CRO à MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR") pelo valor de R$ 1,00. Como parte do acordo, a MTPAR adquiriu os créditos detidos pelos credores da CRO; as garantias prestadas pela Companhia e pela OTP Rodovias foram liberadas; as contragarantias outorgadas no âmbito do seguro da CRO foram exoneradas; e parte do mútuo devido pela CRO à OTP Rodovias foi pago. **Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO"):** A VLT GO, controlada indireta, firmou com o Estado de Goiás, em 21 de fevereiro de 2014, o Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos, no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos ("Contrato de PPP VLT GO"), contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no Contrato de PPP VLT GO, o que não ocorreu até o momento. A Companhia, por intermédio de terceiros, vinha prospectando potenciais interessados na aquisição da participação acionária do VLT GO, no entanto como não houve evolução nesse processo, a Companhia permanece avaliando os trâmites necessários para eventual rescisão do Contrato de PPP VLT GO. **Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT RJ"):** O VLT RJ, investida indireta, firmou com o Município do Rio de Janeiro, em 14 de junho de 2013, um Contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade concessão patrocinada, para realização de obras e fornecimento de material rodante, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos ("Contrato de PPP VLT RJ"). A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários e faz jus ao recebimento de aportes e contraprestações pecuniárias a serem pagos pelo Poder Concedente. Em 03 de julho de 2019, foi ajuizada, perante a Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ação de rescisão do Contrato de PPP VLT RJ, tendo como fundamento as diversas inadimplências contratuais do Poder Concedente, inclusive inadimplementos pecuniários superiores a 90 dias. O contrato de financiamento celebrado pelo VLT RJ com o BNDES ("Contrato de Financiamento"), prevê a recomposição da Conta Suporte pelas Patrocinadoras do VLT RJ, em caso de insuficiência de saldo na referida conta. Nos casos em que a recomposição não seja efetuada por alguma Patrocinadora, as demais Patrocinadoras são chamadas a cobrir tal insuficiência e, ao fazê-lo, as acionistas/Patrocinadoras adimplentes adquirem automaticamente, com o valor aportado, as ações de titularidade da acionista cuja Patrocinadora tenha inadimplido com sua obrigação de suporte, por metade do valor patrimonial. Nessa sistemática, a acionista que não dispuser de recursos suficientes para cobrir sua Conta Suporte fica sujeita à alienação compulsória das ações de sua titularidade para a acionista que promoveu a recomposição da Conta Suporte. Seguindo esse mecanismo contratual, como a Administração do VLT RJ deixou de amortizar as parcelas devidas do Contrato de Financiamento, a acionista controladora, CIIS – Companhia de Investimento em Infraestrutura e Serviços ("CIIS"), empresa controlada da CCR S.A., passou a realizar aportes nas Contas Suportes, com a diluição das demais acionistas do VLT RJ, que não realizaram os correspondentes aportes. Dessa forma, a participação societária da OTP Mobilidade S.A. ("OM"), vinha sendo constantemente diluída, desde 2019, na medida em que a recomposição da Conta Suporte a ela vinculada está sendo realizada pela acionista CIIS. Como consequência, em 22 de novembro de 2019, foi instaurado um procedimento arbitral pela Companhia e sua controlada OM, acionista direta do VLT RJ, em face da CIIS e do VLT RJ. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 09 de outubro de 2020, a OTP e a OM ("Requerentes") apresentaram suas alegações iniciais, requerendo, dentre outros pleitos, os seguintes provimentos: (i) Declaração de nulidade do Ato Societário de Ratificação do Memorando de Entendimentos ("MOU") celebrado com o Município do Rio de Janeiro em 09 de outubro de 2019, e/ou torne sem efeito o MOU, determinando que as Requeridas adotem as medidas necessárias ao prosseguimento da ação de rescisão do Contrato de PPP VLT RJ, inclusive com a tomada de medidas para o cumprimento da decisão judicial liminar, notadamente no que concerne à implementação e operacionalização da Garantia Pública, sob pena de multa; (ii) Condenação das Requeridas em todos os prejuízos, perdas e danos sofridos pelas Requerentes em decorrência da celebração do MOU; (iii) Declaração da extinção, em relação às Requerentes, do Acordo de Acionistas do VLT RJ, desonerando-as de toda e qualquer obrigação nele prevista ou, subsidiariamente, que se reconheça o direito de voto da OM, enquanto detentora de participação acionária no VLT RJ, sendo defeso às Requeridas adotarem qualquer medida que atente contra os seus direitos políticos, e declare a nulidade das deliberações em que a OM foi impedida de votar; (iv) Determinação para que a CIIS assuma e substitua a OM nas obrigações de garantia, impostas às Requerentes, no âmbito do VLT RJ ou, subsidiariamente, determine que a CIIS preste contra garantia bancária em favor das Requerentes, em valor e período suficientes para contra garantir toda e qualquer obrigação e garantia que as Requerentes tenham se obrigado e prestado no âmbito do VLT RJ, e (v) Condenação das Requeridas a indenizar as Requerentes por todos os prejuízos, perdas e danos a serem apurados nesse procedimento arbitral, ou em sede de liquidação de sentença. Em 26 de novembro de 2020, a CIIS apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, postulando o reconhecimento da improcedência do pleito formulado pelas Requerentes, bem como formulou pedidos contrapostos, entre os quais o reconhecimento de que o MOU foi validamente celebrado pela administração do VLT RJ e ratificado pelas suas acionistas e a declaração de validade da interpretação de normas do Acordo de Acionistas. Na mesma data, o VLT RJ apresentou sua resposta às Alegações Iniciais, salientando que as Requerentes agiram em manifesto abuso de minoria, de forma contraditória e em contrariedade ao interesse social atinente à continuidade do serviço público, requerendo que sejam os pedidos das Requerentes julgados improcedentes e também formulou Pedidos Contrapostos com destaque para o de condenação das Requerentes ao pagamento de multa especificamente prevista no Acordo de Acionistas decorrente do não acompanhamento de todos os aportes de capital. Em dezembro de 2021, a pedido das partes, o Tribunal deferiu o pedido de suspensão da Arbitragem, que ficou suspensa por um aproximadamente um ano. Em 28 de fevereiro de 2023, foi assinado contrato de compra e venda de ações, cessão de direitos creditórios e outras avenças para a alienação da participação societária detida pela OM, além da liberação de todas as obrigações e garantias assumidas, junto ao BNDES no VLT RJ, pela Companhia e pela OM, sujeito a condições suspensivas. Diante disso, em 28 de fevereiro de 2023, o Tributal Arbitral deferiu, a pedido das partes, a suspensão do procedimento arbitral até o final do prazo para cumprimento das condições suspensivas do Contrato de compra e venda, comprometendo-se as partes a comunicar imediatamente o Tribunal Arbitral a eventual verificação das condições suspensivas no prazo a elas aplicáveis e o eventual fechamento da transação acima mencionada, com o consequente pedido de extinção do procedimento arbitral. Em 14 de julho de 2023, após satisfeitas as condições precedentes e cumpridos os atos de fechamento constantes do Contrato de Compra e Venda de Ações, Cessão de Direitos Creditórios e Outras Avenças, foi concluída a alienação da totalidade das ações da VLT RJ detidas pela OM para a CCR. Com isso, as garantias prestadas pela Companhia, OM e Mitsui & Co. Ltd. ("Mitsui") no âmbito dos financiamentos do VLT RJ foram liberadas, tendo sido dada quitação das obrigações constantes do Acordo de Acionistas do VLT RJ, com a consequente extinção do processo de arbitragem. **Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia"):** A Agrovia foi constituída em 02 de julho de 2013, tendo como objeto a execução do contrato celebrado junto ao Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros ("SUAPE") para arrendamento da área localizada na Zona Industrial Portuária – ZIP de Suape, no Município de Ipojuca-PE, destinada à implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar a granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem. A Agrovia celebrou Contrato de Arrendamento nº 029/2012 ("Contrato de Arrendamento") cujo objeto era a construção, transferindo a titularidade de todos os direitos e obrigações da construção e exploração do terminal açucareiro na ZIP de Suape para a Companhia. O contrato foi celebrado com prazo de 25 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Tendo em vista a crise no mercado de açúcar da região Nordeste, com a consequente redução na movimentação de cargas, a Administração da Agrovia iniciou a busca por alternativas para a diversificação das cargas a serem movimentadas, com a finalidade de maximização da utilização do Terminal de Açúcar. Todavia, com o agravamento dos desequilíbrios contratuais e a crise na demanda, ainda que ocorresse a diversificação das cargas, não se vislumbrava a viabilidade para a manutenção do Terminal, uma vez que seriam necessárias mudanças substanciais no objeto do Contrato de Arrendamento original. Desta forma, a Administração da Agrovia decidiu paralisar as operações do Terminal. Assim, em 27 de agosto de 2019, foi protocolado o pedido de resilição do Contrato de Arrendamento junto à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"). O pedido foi recebido pelo Poder Concedente de forma amigável e considera, além da devolução da área, um pedido de indenização dos investimentos realizados e não amortizados na construção e implantação do Terminal, cujos recursos farão frente aos passivos da Agrovia. Nesse contexto, em 14 de agosto de 2020, foi publicada a "Medida Cautelar" administrativa para entrega da área arrendada à Autoridade Portuária, sendo a entrega formalmente efetuada em 21 de agosto de 2020, por meio da assinatura de Termo de Recebimento e de relatório técnico-fotográfico com a situação atual das instalações. Com tal medida, todas as obrigações contratuais do Contrato de Arrendamento foram suspensas. Em continuidade à esse processo, em 01 de dezembro de 2021, foi concluída a análise do processo pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), que deferiu parcialmente o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento, considerando o valor de R$ 42.312 a ser ressarcido à Agrovia (na data base de agosto de 2020), líquido da quitação das obrigações de pagamento de movimentação mínima contratual ("MMC") não cumpridas, à razão de 75% da projeção tendencial, e da quitação das obrigações de pagamento de arrendamento variável, ficando a cargo do Ministério da Infraestrutura a definição da melhor forma da liquidação dos valores e a avaliar a pertinência da declaração de caducidade do Contrato de Arrendamento. O processo seguiu para avaliação pelo Departamento de Gestão de Contratos de Arrendamento e Concessão ("DGCO") da SNPTA, que elaborou uma minuta do Termo de Resilição, o qual foi submetido à análise, sob o aspecto formal, pela Consultoria Jurídica ("CONJUR") da SNPTA. A minuta do Termo de Resilição prevê, entre outros termos e condições, o dever de liquidação do montante devido à Agrovia por SUAPE. Da instrução da DGCO/SNPTA foram abordados aspectos afetos a não ocorrência de caducidade e reconhecimento do crédito devido à Agrovia, conforme apurado pela ANTAQ, ao qual será aplicado a devida correção contratual, quando do seu pagamento. A Administração da Agrovia espera que não sejam apuradas perdas patrimoniais e financeiras no referido processo de resilição que possam afetar de forma significativa as suas demonstrações contábeis. **(b) Capital Circulante Líquido ("CCL"):** Em 31 de dezembro de 2023, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia apresentam passivo circulante superior ao ativo circulante o montante de R$ 1.021.373 e R$ 1.029.602 (31 de dezembro de 2022: R$ 875.978 e R$ 870.691), respectivamente. Em 31 de dezembro 2022, o saldo consolidado deixou de refletir a posição de CCL negativo da CRO, no montante de R$ 930.251, tendo em vista que o investimento passou a ser classificado em Ativo não Circulante Mantido para Negociação. A Companhia e suas controladas permanecem executando ações para assegurar sua higidez financeira e consolidar sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a cumprir com suas obrigações perante seus credores. Dessa forma, vêm simplificando suas estruturas, tendo como meta principal a redução de seus riscos financeiros. Dentre as principais ações estão a restruturação financeira das dívidas e a negociação com a Autoridade Portuária de Suape para recebimento da indenização referente a devolução amigável da concessão da Agrovia, já tendo concluídas a alienação do controle acionário da CRO e a alienação da participação no VLT RJ, com a liberação das garantias outorgadas no âmbito dos contratos de financiamentos, conforme detalhado anteriormente. **(c) Transações e Eventos Societários Relevantes:** Recuperação judicial da Rio Trens Participações S.A. – em Recuperação Judicial ("RTP"): Em 07 de junho de 2021, a RTP e as suas controladas, incluindo a SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. ("Supervia") ("Grupo RTP"), investidas indiretas da Companhia, ajuizaram, em conjunto, pedido de Recuperação Judicial. O pedido teve como principais objetivos: (i) a adoção de medidas necessárias à reestruturação global do passivo das empresas, por meio de estruturas de readequação global de endividamento; (ii) a preservação de empregos, diretos e indiretos, e dos direitos dos credores do Grupo RTP, sempre com o objetivo de permitir o soerguimento e a superação de sua atual crise econômico-financeira, bem como levando-se em consideração a sua estruturação de capital após a reestruturação; e (iii) a continuidade da prestação dos serviços para os quais as empresas foram contratadas, especialmente os serviços públicos essenciais, no caso da Supervia, o Contrato de Concessão, considerando o redimensionamento das atividades após a reestruturação. Após regular trâmite do procedimento, o Plano de Recuperação Judicial apresentado pelas Recuperandas e negociado com os credores foi aprovado em Assembleia Geral de Credores ocorrida em 31 de maio de 2022 e homologado em 9 de junho de 2022. Ainda, com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, todos os créditos estão sendo pagos na forma e condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial, conforme opção escolhida por cada credor, mediante notificação formal. Nesse contexto, através do Decreto Estadual 48.325 de 13/01/2023, o Governo do Estado do Rio de Janeiro implementou, pelo período de 12 meses, a partir de 02/02/23, a tarifa social no valor de R$ 5,00, para passageiros da Supervia habilitados no Programa Bilhete Único Intermunicipal (BUI). Em 02 de janeiro de 2024, foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, a Deliberação da Agetransp no 1.352, de 21 de dezembro de 2023, onde foi homologada a nova tarifa de referência para o sistema ferroviário de passageiros no período 2024/2025, a partir de 02 de fevereiro de 2024, no valor de R$ 7,10 (sete reais e dez centavos). Em 31 de janeiro de 2024, foi publicado, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, o Decreto Estadual no 48.938 de 30 de janeiro de 2024, prorrogando o valor da tarifa social e temporária do serviço público de transporte ferroviário, em R$ 5,00 (cinco reais), até o dia 01 de fevereiro de 2025. **(d) Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas: Ativos Não Circulantes Mantidos para Negociação:** A Companhia permanece comprometida com o plano de alienação de determinados ativos, aprovado pelos Acionistas da Companhia em dezembro de 2017. Neste contexto, conforme mencionado no item (a) desta Nota, concluiu, em 2023, a alienação da participação detida na CRO. Além disso, em 01 de dezembro de 2023, foi firmado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para a alienação das ações detidas pela Companhia na Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN"), com previsão de concretização no primeiro semestre de 2024. Devido ao avanço das negociações, o valor correspondente à participação societária detida na CLN foi reclassificado para Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2023. Em 2022, em decorrência das negociações que estavam em andamento à época, os saldos de ativos e passivos da CRO passaram a ser apresentados nas rubricas de "Ativos não circulante mantidos para negociação" e "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação", no Balanço patrimonial. De forma similar, os resultados e fluxos de caixa dos exercícios, passaram a ser apresentados em rubrica de "Operações descontinuadas", na Demonstração de resultado e na Demonstração de fluxos de caixa, respectivamente. O registro vinha sendo contabilizado pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, sendo os efeitos apresentados na Nota 10. **Operações Descontinuadas:** Tendo em vista a paralisação das atividades da Agrovia desde agosto de 2021, conforme descrito nesta, no item 1(a) acima, os resultados da Agrovia estão sendo tratados como Operação Descontinuada e apresentados nas demonstrações dos resultados dos exercícios no fluxo de caixa de forma consolidada, juntamente com os resultados dos "Ativos não circulantes mantidos para negociação". Por sua vez, os ativos e os passivos da Agrovia continuam a ser refletidos nas demonstrações contábeis consolidadas, conforme apresentados a seguir:

Ativo	**2023**	**2022**	**Passivo**	**2023**	**2022**
Ativo circulante			**Passivo circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	55	80	Fornecedores e contas a pagar	1.760	1.758
Tributos a recuperar	5	2.171	Debêntures	74.924	63.306
	60	**2.251**	Obrigações sociais e trabalhistas	54	30
			Impostos, taxas e contribuições sociais	248	207
				76.986	**65.301**
Ativo não circulante					
Imobilizado	56.256	54.089	**Passivo não circulante**		
Intangível	1	5	Partes relacionadas	3.707	3.363
	56.257	**54.094**	Impostos, taxas e contribuições sociais	147	413
				3.854	**3.776**
Total do ativo não circulante	**56.257**	**54.094**	**Total do passivo**	**80.840**	**69.077**
			Passivo a descoberto		
			Capital social	65.069	64.197
			Prejuízos acumulados	(89.592)	(76.929)
				(24.523)	**(12.732)**
Total	**56.317**	**56.345**	**Total**	**56.317**	**56.345**

(e) *Compliance*: A Companhia, juntamente com as suas empresas controladas, possui compromisso de, continuamente, atuar com transparência e integridade, conforme as melhores práticas de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis. Nesse sentido, foi desenvolvido e vem sendo constantemente aprimorado desde 2017, um sistema de conformidade, que visa garantir e zelar por uma conduta baseada em princípios e valores éticos. **(f) Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF"):** Ao longo da década iniciada em 1990, algumas empresas obtiveram decisões favoráveis do Poder Judiciário para o não recolhimento da CSLL, embasadas pelo argumento de que, por ser calculada sobre a mesma base de cálculo do IRPJ haveria uma possível bitributação e, portanto, sua cobrança seria inconstitucional. Em 2007 houve julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ("ADI 15") na qual o STF reconheceu a constitucionalidade da CSLL e, consequentemente, a obrigatoriedade de seu recolhimento. Desde então era aguardado o julgamento dos Recursos Extraordinários ("RE") 949.297 e 955.227, em sede de repercussão geral, para que o STF apreciasse o limite da coisa julgada em matéria tributária, o que ocorreu no último dia 8 de fevereiro de 2023. Como resultado, o STF determinou que uma decisão definitiva (transitada em julgado, sem possibilidade de recurso), quando atribuída sobre tributos – não só sobre CSLL – recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos a partir do pronunciamento do STF em sentido contrário (não houve modulação dos efeitos). Com base na referida decisão, mesmo após a decisão final, transitada em julgada, de um processo específico para afastar a incidência de determinado tributo, em havendo decisão posterior contrária do STF, fixada em repercussão geral ou em controle concentrado de constitucionalidade, o contribuinte será obrigado a fazer o seu recolhimento desde que respeitado o princípio da anterioridade nonagesimal. Assim os pressupostos para que que os processos já transitados em julgado deixem de produzir seus efeitos passam a ser: • A Companhia tenha uma sentença transitada em julgado afastando a exigência de um tributo; e • O STF defina, em repercussão geral, a constitucionalidade da exigência afastada pela decisão anterior obtida pela Companhia em momento posterior ao do trânsito em julgado. Como resultado do julgamento acima

continua …

… continuação

OTP S.A.

abordado, a Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, avaliou seu histórico de processos tributários, não se limitando à matéria tratada na ADI 15, mas em busca de outras que possam ser afetadas pela decisão do STF proferida no dia 08 de fevereiro de 2023 e, como resultado desta avaliação, não identificou ações sujeitas aos impactos da decisão do STF conforme acima e, portanto, concluiu não haver impactos negativos relevantes em suas demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2. Resumo das Principais Políticas Materiais – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 27 de março de 2024. **2.1. Base de Preparação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3. Conforme descrito na Nota 1(b), a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que tenha recursos para dar continuidade aos seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto. **2.2. Demonstrações contábeis individuais:** As demonstrações contábeis individuais da Companhia estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas, tendo sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Nas demonstrações contábeis individuais, as empresas controladas, as empresas controladas em conjunto e as empresas coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia. **2.3. Demonstrações contábeis consolidadas:** As demonstrações contábeis consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes companhias em 31 de dezembro:

		Participação no capital social(%)	
Companhias consolidadas diretamente	**País**	**2023**	**2022**
OTP Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	95,59	95,51
OTP Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	60,00
OTP SPV Participações S.A. ("OTP SPV")	Brasil	100,00	100,00
Companhias consolidadas indiretamente			
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO") (*)	Brasil		100,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha 6")	Brasil	42,00	42,00

(i) Em 31 de dezembro de 2022, os saldos da CRO encontravam-se apresentados em "Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação" e "Passivo Relacionados aos Ativos Não Circulante Mantidos para Negociação", cujos efeitos estão demonstrados na Nota 10. Além disso, os resultados e fluxos de caixa relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram classificados de forma aglutinada na rubrica de operações descontinuadas, conforme mencionado na Nota 1 (d). **2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua ("moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. **2.5. Ativo Intangível:** Os ativos intangíveis são construídos em decorrência do contrato de concessão e registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos com a implementação de infraestrutura. O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a certos pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso, já que tal método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **2.6. Benefícios a Empregados: a) Participação nos Lucros:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma metodologia que leva em consideração o atingimento de metas previamente definidas. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **b) Obrigações de Aposentadoria:** O Grupo mantém um convênio de adesão com a Vexty Previdência S.A. ("Vexty"), entidade fechada de previdência privada, instituída pela Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação, nem responsabilidade, por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. Por se tratar de um plano de contribuição definida, cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a Empregados. **2.7. Adoção inicial de novas normas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não impactaram significativamente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a saber: a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros; b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis; c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 – Tributos sobre o Lucro e; d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros. Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, pois a sua vigência é partir de 1º de janeiro de 2024, a saber: a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2); b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26; c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26; d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) e; e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2).

3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos: Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de se fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, estão apresentadas a seguir as principais variáveis e premissas utilizadas nas seguintes estimativas críticas. **a) Provisão para Perda no Valor Recuperável de Ativos ("*Impairment*"):** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o valor do ativo é superior ao seu valor de recuperação, um novo valor do ativo é determinado, mediante constituição de perda no valor recuperável. O Grupo determina o valor em uso do ativo através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, descontados a valor presente, usando taxas de descontos que reflitam as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Para a projeção do fluxo de caixa, são consideradas estimativas do número de usuários, índices de reajustes de tarifas, crescimento do Produto Interno Bruto ("PIB"), elasticidade do PIB do negócio, custos operacionais, inflação, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Impostos diferidos ativos apenas são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, entretanto, sofrer alterações. **c) Reconhecimento de Margem da Receita de Construção:** Na apuração do valor justo da margem da receita de construção, cujo valor é próximo de zero, as empresas controladas utilizam o custo total incorrido, mais uma margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. **d) Determinação da Amortização dos Ativos Intangíveis:** A amortização dos ativos intangíveis reflete a estimativa de quando os benefícios econômicos futuros dos ativos serão consumidos ou o prazo final da concessão, dos dois o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear. O efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão é reconhecido com base nas projeções das curvas de demanda, limitado ao prazo final da concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do setor. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **e) Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias:** A Companhia e suas empresas Controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base nos desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro: As atividades da Companhia e de suas empresas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo leva em consideração a imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para os diferentes negócios do Grupo. **4.2. Gerenciamentos de Riscos:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas: (i) aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; (ii) aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber; e (iii) aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços. A gestão de riscos de liquidez, de crédito e de mercado se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

a) Risco de Liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais dos negócios.

b) Risco de Crédito: As operações que sujeitam a Companhia e suas empresas Controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha, considerando parâmetros objetivos, tais como a classificação de risco por agências de Rating (S&P, Fitch, Moody's) e o respectivo Patrimônio Líquido das contrapartes. **c) Risco de Mercado/Taxas de Juros:** A Companhia e suas empresas controladas estão expostas ao risco da variação das taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumentos significativos em suas despesas financeiras, com o provisionamento de juros futuros. Em 31 de dezembro de 2023, as dívidas contratadas estão sujeitas às variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e do Certificado de Depósito Bancário ("CDI"). Em sua maioria, as investidas operacionais também estão expostas ao risco de variação de índices de preços nas receitas operacionais onde as tarifas são reajustadas pelo IPCA.

4.3. Gestão de Capital – Consolidado: Os objetivos da Companhia e suas empresas controladas, ao administrar seu capital, são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, possibilitando o retorno do capital investido aos acionistas, além de manter uma estrutura de capital adequada que otimize seus custos e riscos. O Grupo monitora a sua estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total. O índice de alavancagem financeira do Grupo pode ser assim sumarizado:

		Consolidado	
	Nota	**2023**	**2022**
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	1.215.005	1.045.645
Caixa e equivalentes de caixa	6	(191.301)	(113.305)
Títulos e valores mobiliários	7	(131.679)	(126.431)
Dívida líquida		**892.025**	**805.909**
Passivo a descoberto	16	(898.813)	(692.387)
Total do capital próprio e de terceiros		(6.788)	113.522
Índice de alavancagem financeira – %		**-13141%**	**710%**

5. Instrumentos Financeiros por Categoria – A segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria, foi realizada da seguinte forma:

				Consolidado	
		2023		2022	
	Nota	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado**
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	–	191.301	–	113.305
Títulos e valores mobiliários	7	131.679	–	126.431	–
Demais contas a receber	8	–	–	–	68.155
Outros ativos		–	9.635	–	9.019
		131.679	**200.936**	**126.431**	**190.479**
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	–	1.215.005	–	1.045.645
Fornecedores	9	–	2.577	–	2.331
Arrendamento mercantil operacional	14	–	26.049	–	23.858
Partes relacionadas	9	–	67.526	–	49.822
Outras obrigações, excluindo obrigações legais		–	11.316	–	19.954
		–	**1.322.473**	**–**	**1.141.610**

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Caixa e bancos	106	138	473	1.395
Aplicações financeiras	119.616	65.262	190.828	111.910
	119.722	**65.400**	**191.301**	**113.305**

(a) Os recursos financeiros mantidos em aplicações financeiras estão aplicados em fundos de investimento de baixo risco, que buscam acompanhar a variação do CDI, podendo ser prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2023, os valores estavam aplicados em bancos de primeira linha, com remunerações entre 95 % e 100% do CDI (2022 – 93% e 127% do CDI).

7. Títulos e valores mobiliários – Consolidado – Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R$ 131.679 (2022 – R$ 126.431) está representado pelo valor das cotas do OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP OTP CRB"), que foi constituído com a finalidade de deter a participação acionária de 15% do capital social da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB"). A CRB era controlada integral da OTP Rodovias, sendo o controle acionário alienado pela OTP Rodovias em 28 de maio de 2019. A CRB iniciou as suas operações em abril de 2009, tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a variação das cotas do FIP OTP CRB foi de R$ 21.334 (2022 – R$ 7.498), decorrente, substancialmente, do reflexo do investimento detido na CRB, tendo sido a Companhia recebido o montante de R$ 16.086 decorrente da distribuição de dividendos pela CRB ao FIP.

8. Demais Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Linha Universidade S.A.	–	38.858	–	68.155
	–	**38.858**	**–**	**68.155**

A Companhia e a sua controlada OM possuíam valores a receber em decorrência da cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 do Metrô de São Paulo, que era detido pela Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP"). Tais valores decorriam dos pagamentos efetuados às instituições financeiras credoras dos empréstimos contraídos pela Move SP, através da execução de garantias financeiras previamente outorgadas pelos acionistas da Move SP. Os valores eram devidos a título de sub-rogação, nos termos dos Artigos 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002. Com a cessão do Contrato de Concessão, as obrigações de pagamento da Move SP para suas acionistas foram assumidas pela Linha Universidade S.A., subsidiária da empresa Acciona Construcción S.A., dividido em 4 parcelas anuais, remuneradas a 3% a.a., sendo as últimas parcelas, nos montantes de R$ 39.746 e R$ 29.967 recebidas pela OTP e pela OM em outubro de 2023.

9. Partes Relacionadas – (i) Saldos e Transações com Empresas Ligadas

						Controladora
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Resultado
	Outros contas a receber com partes relacionadas	**Dividendos a receber**	**Partes relacionadas**	**Fornecedores**	**Partes relacionadas**	**Transações**
Agrovia (a)			3.707			344
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b)	279					
Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d)						1.542
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.166			274		(461)
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (b)	73			1		
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)					58.709	(8.887)
OTP Mobilidade S.A. ("OM") (a) (b) (d)	1.907	1.553	1.585			802
OTP Rodovias (e)				17	38.767	
OM Linha 6 (b)	7					
Vexty S.A. (b)				33		33
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**3.432**	**1.553**	**5.292**	**325**	**97.476**	**(6.660)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**4.077**	**4.125**	**4.765**	**786**	**88.589**	**(7.789)**

						Consolidado
	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante	Resultado
	Outros contas a receber com partes relacionadas	**Dividendos a receber**	**Fornecedores**	**Dividendos a pagar**	**Partes relacionadas**	**Transações**
CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") (b)	314	–	–	–	–	–
Concessionária Litoral Norte ("CLN") (d)	–	2.787	–	–	–	1.542
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (b)	1.486	–	491	–	–	461
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (b)	100	–	1	–	–	–
Odebrecht Overseas Ltd ("OOL") (c)	–	–	–	–	58.709	(8.887)
Guaraná Urban Mobility Incorporated ("GUMI") (f)	–	–	–	1.035	6.390	763
Gumi Brasil Participações S.A. (g)	–	–	–	–	–	–
Novonor S.A.(b)	12	–	–	–	–	304
Sitpar Participações S.A. (g)	–	–	–	–	2.427	–
Vexty S.A. (b)	–	–	52	–	–	52
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.912**	**2.787**	**544**	**1.035**	**67.526**	**(6.226)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.452**	**1.492**	**290**	**1.755**	**49.822**	**(8.748)**

(a) Os valores apresentados em Partes relacionadas no Ativo (na Controladora) referem-se a operações de mútuos realizados pela Companhia com as controladas Agrovia e OM, remuneradas a taxas de mercado, sendo eliminados no Consolidado. (b) Os valores apresentados em Outras contas a receber e/ou Fornecedores decorrem do rateio e repasse de despesas administrativas, tais como aluguéis e serviços compartilhados (contabilidade, tesouraria, folha de pagamento e tecnologia da informação, dentre outros) e/ou repasse de passivos trabalhistas. (c) Os valores devidos à OOL decorrem da cessão de recebíveis e da aquisição de ações em favor da OTP, realizadas no processo de alienação do controle acionário da Supervia. (d) Os valores apresentados em Dividendos a Receber referem-se a dividendos e/ou juros sobre capital próprio, aprovados pelas investidas, a favor da Companhia, conforme apresentado na Nota 11(d). Em 31 de dezembro de 2023, os valores a receber da investida CLN foram reclassificados para Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10(a)). (e) O valor apresentado em Partes relacionadas no Passivo (na Controladora) decorrem de operações de mútuo realizadas para transferência de recursos oriundos da alienação das participações detidas nas Concessionárias Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC"), Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN") e Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA"), pela OTP Rodovias, destinados à amortização parcial de dívidas financeiras da Companhia. (f) Refere-se a dividendos a pagar pela OM ao acionista não controlador, conforme descrito na Nota 11(d). (g) Valor devido pelo VLTGO em decorrência dos dispêndios incorridos pelos acionistas no processo de licitação. **(ii) Remuneração do Pessoal Chave da Administração – Consolidado**

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, no exercício, totalizaram:

	2023	**2022**
Salários	10.477	5.042
Encargos	2.095	1.008
Previdência complementar	86	42
Outros	61	35
	12.719	**6.127**

10. Ativos Circulantes Mantidos para Negociação e Operações Descontinuadas

Tendo em vista a descontinuidade das operações da Agrovia e a reclassificação dos investimentos na CLN e na CRO para "Ativos não Circulantes Mantidos para Negociação", mencionados na Nota 1, os resultados apurados e os fluxos de caixa dessas empresas passaram a ser apresentados de forma aglutinada na Demonstração do

continua …

… continuação **OTP S.A.**

resultado e os ativos e passivos correspondentes alocados em rubricas específica no balanço patrimonial consolidado, sendo os efeitos detalhados nos itens (a) e (b) a seguir.

a) Saldo Patrimonial

	Ativos não circulantes mantidos para negociação			Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	
	2023	2022		2023	2022
Ativo	**OTP**	**CRO**	**Passivo**	**OTP**	**CRO**
Caixa e equivalentes de caixa	–	27.548	Fornecedores	–	17.549
Contas a receber	–	28.568	Empréstimos e financiamentos	–	953.074
Dividendos a receber	2.787	–	Partes relacionadas	–	387
Tributos a recuperar	–	3.144	Impostos, taxas e contribuições sociais	–	8.269
Outros ativos	–	13.266	Obrigações sociais e trabalhistas	–	12.062
Ativo circulante	**2.787**	**72.526**	Outros passivos	–	12.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	26.647	**Passivo circulante**	**–**	**1.003.588**
Outros ativos	–	5.743	Provisão para perdas ao valor recuperável de investimentos	–	945.543
Investimentos	2.668	–	Provisão para contingências	–	2.684
Imobilizado	–	1.529	Outros passivos	–	174.878
Intangível	–	2.020.248	**Passivo não circulante**	**–**	**1.123.105**
Ativo não circulante	**2.668**	**2.054.167**	**Total do passivo**	**–**	**2.126.693**
Total do ativo	**5.455**	**2.126.693**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**–**	**2.126.693**

Com a alienação da CRO em maio de 2023, os saldos ativos e passivos da controlada foram baixados integralmente, em decorrência da alienação da participação societária pela OTP Rodovias.

b) Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2023								2022					
	Operação descontinuada			Ativos não circulantes mantidos para negociação				Total de	Ativos não circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada			Total de
	OTP	Agrovia	Eliminações	OTP	OTP Rodovias	CRO	Eliminações	efeitos	CRO	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	efeitos
Operações descontinuadas														
Receita líquida	–	–	–	–	–	188.980	–	188.980	635.296	–	–	–	–	635.296
Custo dos serviços prestados	–	(4)	–	–	–	(103.687)	535	(103.156)	(382.020)	–	–	(4)	–	(382.024)
Lucro (prejuízo) bruto	**–**	**(4)**	**–**	**–**	**–**	**85.293**	**535**	**85.824**	**253.276**	**–**	**–**	**(4)**	**–**	**253.272**
Despesas gerais e administrativas	–	(695)	–	–	–	(14.156)	–	(14.851)	(44.593)	11.073	–	(807)	–	(34.327)
Outras despesas, líquidas	–	–	–	67.663	(57.999)	152	–	9.816	881	–	–	–	–	881
Resultado operacional	**–**	**(699)**	**–**	**67.663**	**(57.999)**	**71.289**	**535**	**80.789**	**209.564**	**11.073**	**–**	**(811)**	**–**	**219.826**
Equivalência patrimonial	(12.100)	–	12.100	–	7.069	–	(7.069)	–	–	(63.034)	(10.297)	–	10.297	(63.034)
Resultado financeiro líquido	343	(11.963)	–	3.524	–	(60.200)	–	(68.296)	(136.223)	–	458	(9.972)	–	(145.737)
Resultado antes do impostos	**(11.757)**	**(12.662)**	**12.100**	**71.187**	**(50.930)**	**11.089**	**(6.534)**	**12.493**	**73.341**	**(51.961)**	**(9.839)**	**(10.783)**	**10.297**	**11.055**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	–	–	(4.020)	–	(4.020)	(10.307)	–	–	–	–	(10.307)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(11.757)**	**(12.662)**	**12.100**	**71.187**	**(50.930)**	**7.069**	**(6.534)**	**8.473**	**63.034**	**(51.961)**	**(9.839)**	**(10.783)**	**10.297**	**748**
Participação dos acionistas não controladores	–	–	562	–	–	–	–	562		–	–	–	486	486
	(11.757)	**(12.662)**	**12.662**	**71.187**	**(50.930)**	**7.069**	**(6.534)**	**9.035**	**63.034**	**(51.961)**	**(9.839)**	**(10.783)**	**10.783**	**1.234**

c) Demonstração dos Fluxos de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2023								2022					
	Operação descontinuada			Ativos não circulantes mantidos para negociação				Total de	Ativos circulantes mantidos para negociação		Operação descontinuada			Total de
Fluxos de caixa das atividades operacionais	OTP	Agrovia	Eliminações	OTP	OTP Rodovias	CRO	Eliminações	efeitos	CRO	Eliminações	OTP	Agrovia	Eliminações	efeitos
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	**(11.757)**	**(12.662)**	**12.100**	**71.187**	**(50.930)**	**11.089**	**(6.534)**	**12.493**	**73.341**	**(51.961)**	**(9.839)**	**(10.783)**	**10.297**	**11.055**
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício														
Depreciação e amortização	–	4	–	–	–	23.225	–	**23.229**	66.906	–	–	5	–	66.911
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	(343)	11.961	–	(3.524)	–	60.799	–	**68.893**	172.183	–	(458)	9.971	–	181.696
Resultado de equivalência patrimonial	12.100	–	(12.100)	–	(7.069)	–	7.069	–	–	63.034	10.297	–	(10.297)	63.034
Provisão para conserva	–	–	–	–	–	(23.592)	–	**(23.592)**	8.662	–	–	–	–	8.662
Baixa de investimentos	–	–	–	(67.663)	57.999	–	–	**(9.664)**	–	–	–	–	–	–
Baixa de imobilizado e intangível	–	–	–	–	–	–	–	–	71.630	–	–	–	–	71.630
Outros	–	–	–	–	–	(415)	(535)	**(950)**	2.634	–	–	–	–	2.634
Total de ajustes para reconciliação	**11.757**	**11.965**	**(12.100)**	**(71.187)**	**50.930**	**60.017**	**6.534**	**57.916**	**322.015**	**63.034**	**9.839**	**9.976**	**(10.297)**	**394.567**
Variação nos ativos e passivos	**–**	**(200)**	**–**	**–**	**–**	**(6.270)**	**–**	**(6.470)**	**(131.055)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(131.055)**
Caixa proveniente das operações	**–**	**(897)**	**–**	**–**	**–**	**64.836**	**–**	**63.939**	**264.301**	**11.073**	**–**	**(807)**	**–**	**274.567**
Juros pagos	–	–	–	–	–	(1.976)	–	(1.976)	(54.758)	–	–	–	–	(54.758)
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	–	–	–	(554)	–	(554)	(2.896)	–	–	–	–	(2.896)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades operacionais	**–**	**(897)**	**–**	**–**	**–**	**62.306**	**–**	**61.409**	**206.647**	**11.073**	**–**	**(807)**	**–**	**216.913**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Adições ao imobilizado	–	–	–	–	–	(9)	–	(9)	(137)	–	–	–	–	(137)
Adições ao intangível	–	–	–	–	–	(33.657)	20.000	(13.657)	(150.635)	–	–	–	–	(150.635)
	–	**–**	**–**	**–**	**–**	**(33.666)**	**20.000**	**(13.666)**	**(150.772)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(150.772)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Amortização de empréstimos e financiamentos	–	–	–	–	–	–	–	–	(102.869)	–	–	–	–	(102.869)
Pagamento de custos de transação	–	–	–	–	–	(438)	–	(438)	(1.990)	–	–	–	–	(1.990)
Partes relacionadas	–	–	–	–	–	–	–	–	(19.232)	–	–	–	–	(19.232)
Aumento de capital social	–	872	(872)	–	–	–	–	–	18.976	–	–	841	–	19.817
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	**–**	**872**	**(872)**	**–**	**–**	**(438)**	**–**	**(438)**	**(105.115)**	**–**	**–**	**841**	**–**	**(104.274)**
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	–	–	–	–	–	**(28.202)**	–	**(28.202)**	**49.240**	**(11.073)**	**–**	**(34)**	–	**38.133**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	**–**	**(25)**	**(872)**	**–**	**–**	**–**	**20.000**	**19.103**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**

11. Investimentos – a) Informações sobre as Investidas – Controladora

	Quantidade de ações integralizadas pela OTP		Participação direta (%)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Agrovia do Nordeste S.A.	55.653.447	54.781.447	95,59	95,51	(24.527)	(12.734)	(12.658)	(4.968)
OTP Mobilidade S.A.	24.932.530	38.908.259	60,00	60,00	40.033	68.324	(3.091)	2.401
OTP Rodovias S.A.	1.273.695.539	1.202.509.106	100,00	100,00	205.932	173.137	(38.391)	(5.258)
OTP SPV Participações S.A.	120.165.940	120.165.940	100,00	100,00	15.091	70.936	(55.845)	(4.377)

b) Movimentação dos Investimentos – Controladora

Investimentos	Saldo no início do exercício	Adições	Redução de capital	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Operações descontinuadas	Dividendos	Reclassificação	Saldo no final do exercício
Concessionária Litoral Norte S.A.("CLN") (*)	2.668	–	–	–	–	–	–	(2.668)	–
OTP Mobilidade S.A.	40.994	–	(13.976)	(1.854)	–	–	(1.144)	–	24.020
OTP Rodovias S.A.	173.137	71.186	–	(38.391)	–	–	–	–	205.932
OTP SPV Participações S.A.	70.936	–	–	(55.845)	–	–	–	–	15.091
	287.735	**71.186**	**(13.976)**	**(96.090)**	**–**	**–**	**(1.144)**	**(2.668)**	**245.043**
Provisão para perda de investimento									
Agrovia do Nordeste S.A.	(12.162)	872	–	–	(55)	(12.100)	–	–	(23.445)
	(12.162)	**872**	–	–	**(55)**	**(12.100)**	–	–	**(23.445)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**275.573**	**72.058**	**(13.976)**	**(96.090)**	**(55)**	**(12.100)**	**(1.144)**	**(2.668)**	**221.598**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**318.402**	**841**	**(15.600)**	**(15.687)**	**547**	**(10.297)**	**(2.633)**	**–**	**275.573**

(*) A Companhia é detentora de 266 ações preferenciais, sem exercer influência sobre a investida. Devido ao avanço no processo de negociação para a alienação dessas ações, o valor correspondente foi reclassificado para Ativos não circulantes mantidos para negociação, juntamente com o saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a receber destacado no item (d) a seguir e conforme apresentado na Nota 10 (a).

c) Movimentações Societárias – Controladora: Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia subscreveu 956.000 novas ações ordinárias emitidas pela Agrovia, no valor de R$ 956, tendo integralizado, em moeda nacional corrente, 872.000 ações, no montante de R$ 872. Os recursos foram destinados à cobertura de despesas ordinárias da controlada. Em 23 de dezembro de 2022, havia sido aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R$ 23.293, com o cancelamento de 23.292.881 de ações, mediante devolução em moeda corrente, cujos montantes foram reconhecidos e pagos em 01 de fevereiro de 2023, sendo R$ 13.976 para a Companhia e R$ 9.317 para a Gumi. Em 3 de novembro de 2023, foi aprovada a redução do capital social da OM, no montante de R$ 27.379, com o cancelamento de 27.379.217 de ações, mediante devolução em moeda corrente, sendo R$ 16.428 para a Companhia e R$ 10.952 para a Gumi, a ser reconhecida e paga em 2024. Em 02 de maio de 2023, no contexto da alienação de controle da CRO, a Companhia subscreveu 71.186.433 emitidas pela OTP Rodovias, no montante de R$ 71.186, mediante integralização com créditos de mútuos a receber da CRO.

d) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber – Controladora

	OM	CLN	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.633	1.492	4.125
Recebimento de dividendos (i)/(ii)	(2.224)	(248)	(2.472)
Dividendos mínimos obrigatórios (ii)	–	248	248
Dividendos adicionais (iii)	1144	1.295	2.439
Reclassificação – Ativo não circulante mantido para negociação	–	(2.787)	(2.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.553**	**–**	**1.553**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.633	1.492	4.125

(i) Em 01 de fevereiro de 2023, ocorreu o pagamento de dividendos devidos pela OM aos seus acionistas sendo R$ 2.224 para a Companhia e R$ 1.483 para a Gumi. (ii) Dividendos mínimos obrigatórios relativos ao resultado apurado no exercício 2022, que foram aprovados pela CLN em Assembleia Geral Ordinária e pagos em 2023. (iii) Dividendos adicionais propostos pela CLN que foram aprovados pela CLN deliberou em Assembleia Geral Extraordinária. (iv) Em 10 de maio de 2023, foi deliberado, em Assembleia Geral Ordinária, a destinação de dividendos por parte da OM, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 2.588, sendo R$ 1.553 a favor da Companhia e R$ 1.035 a favor da Gumi. O montante aprovado foi superior aos dividendos mínimos obrigatórios que haviam sido propostos pela OM em 31 de dezembro de 2022, tendo sido complementados os montantes respectivos de R$ 1.144 e R$ 763.

e) Coligadas, Controladas em conjunto e Outros Investimentos – Consolidado

Investimentos	Saldo no início do exercício	Adições	Baixas	Impairment	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Reclassificação	Saldo no final do exercício
CLN	2.668	–	–	–	–	–	(2.668)	–
Rio Trens Participações S.A. ("RTP") (**)	70.936	–	–	–	(55.844)	–	–	15.092
Move SP (*)	4.846	–	–	–	(455)	–	–	4.391
VLT RJ (***)	–	–	–	138	(138)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**78.450**	**–**	**–**	**138**	**(56.437)**	**–**	**(2.668)**	**19.483**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**88.576**	**12.666**	**(27.099)**	**13.845**	**(10.517)**	**979**	**–**	**78.450**

(*) Participação societária detida pela controlada indireta OML6 na Move SP, que permanecerá ativa até a efetivação dos seus direitos e o cumprimento de suas obrigações. (**) Participação residual indireta na RTP, controladora da Supervia, detida pela OTP SPV, após a alienação do controle. (***) Investimento alienado de 14 de julho de 2023, conforme descrito na Nota 1. Como não havia expectativa para a sua recuperabilidade, o ativo já considerava *impairment* integral, não sendo apurado perdas adicionais em decorrência da alienação.

12. Imobilizado – Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Direito de uso (*)	Total
Custo	32.293	34.662	1.353	2.533	16.218	87.059
Depreciação acumulada	(2.320)	(8.036)	(1.055)	(1.562)	(3.797)	(16.770)
Saldo em 1º de janeiro de 2022	**29.973**	**26.626**	**298**	**971**	**12.421**	**70.289**
Remensuração de contrato (**)	–	–	–	–	6.047	6.047
Baixas, líquidas de depreciação	(277)	(1.021)	(6)	–	(15)	(1.319)
Depreciação	–	(34)	(42)	–	(1.981)	(2.057)
Mantidos para negociação (***)	(183)	(927)	(184)	(971)	–	(2.265)
Saldo	**29.513**	**24.644**	**66**	**–**	**16.472**	**70.695**
Custo	31.674	30.030	700	95	22.265	84.764
Depreciação acumulada	(2.161)	(5.386)	(634)	(95)	(5.793)	(14.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**29.513**	**24.644**	**66**	**–**	**16.472**	**70.695**
Baixas de ativos (custo)	(18)	(205)	(536)	(95)	–	(854)
Baixas de depreciação	17	192	528	95	–	832
Reclassificação	973	1.194	(1)	–	–	2.166
Depreciação	–	(23)	(36)	–	(1.981)	(2.040)
Saldo	**30.485**	**25.802**	**21**	**–**	**14.491**	**70.799**
Custo	32.629	31.019	163	–	22.265	86.076
Depreciação acumulada	(2.144)	(5.217)	(142)	–	(7.774)	(15.277)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**30.485**	**25.802**	**21**	**–**	**14.491**	**70.799**
Taxas anuais de depreciação (%)	4	até 17	10	25		

(*) Representa os direitos de uso relativos a contratos de arrendamento mercantil. (**) Reflexo do ajuste de mensuração de contrato de arrendamento, devido a alteração no fluxo de pagamentos. (***) Refere-se aos saldos da controlada CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

13. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – Composição

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Corporativo (a)	1.140.081	982.339	1.140.081	982.339
Captações estruturadas (b)	–	–	74.924	63.306
	1.140.081	**982.339**	**1.215.005**	**1.045.645**

Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	**982.339**	**911.413**	**1.045.645**	**1.915.467**
Amortização de principal	–	(54.664)	–	(54.664)
Apropriação de juros	157.742	134.889	169.360	144.403
Pagamento de juros	–	(9.299)	–	(9.299)
Mantidos para negociação (i)	–	–	–	(950.262)
Saldo final	**1.140.081**	**982.339**	**1.215.005**	**1.045.645**

(i) Refere-se aos saldos da controladas CRO que passaram a ser classificadas na rubrica de Ativos não circulantes mantidos para negociação em 31 de dezembro de 2022 (Nota 10).

a) Corporativo: A Companhia possui empréstimos junto ao Banco do Brasil, no montante de R$ 270.114 (2022 – R$ 229.747), com taxa de juros de 132% do CDI a.a., e debêntures privadas, subscritas pelo Bradesco, no montante de R$ 869.967 (2022 – R$ 752.592), com remuneração de CDI + 2,28% a.a. A Companhia e o Banco do Brasil encontram-se em processo de negociação quanto à formalização da postergação do prazo de vencimento da dívida. Quanto às debêntures privadas subscritas pelo Bradesco, a última prorrogação definiu novo vencimento dia 22 de novembro de 2023, estando os efeitos dos eventos de inadimplemento suspensos até o dia 17 de maio de 2024, conforme aprovado em AGD realizada no dia 18 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou índices financeiros inferiores aos exigidos na Escritura das Debêntures subscritas pelo Bradesco, sendo (i) limite de 0,5x do índice Endividamento Financeiro Líquido/Patrimônio Líquido limitado, na controladora; limite de 4,0x do Endividamento Financeiro Líquido/Dividendos, no consolidado; e/ou (ii) manutenção de caixa mínimo de R$ 200.000. A não observância desses indicadores pode trazer como consequência o vencimento antecipado da dívida, a ser deliberado em Assembleia de Debenturistas, que ocorre posteriormente à emissão das demonstrações contábeis da Companhia, sendo a dívida classificada no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023. No entanto, como vem ocorrendo historicamente, a Companhia tem obtido a dispensa para essa exigência contratual ("*waiver*"). **b) Captações Estruturadas:** A Agrovia emitiu debêntures para a construção de infraestrutura, no montante de R$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75% a.a., cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 74.924 (2022 – R$ 63.306). A última prorrogação do vencimento para 13 de dezembro de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") celebrada em 11 de julho de 2023. A Agrovia, em conjunto com a OTP, está em avançada negociação amigável com o debenturista para a formalização de uma nova prorrogação e eventual liquidação ao longo de 2024. **c) Custo de Transação:** Os custos incorridos na captação são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros

continua …

Publicidade Legal

… continuação **OTP S.A.**

durante a vigência das operações. **d) Garantias:** (i) O contrato de financiamento da CRO com a CEF e o Contrato de Prestação de Garantias com os Bancos Credores possuíam garantias fidejussória e fiança corporativa da OTP e da OTP Rodovias, alienação fiduciária das ações de emissão da CRO e a cessão fiduciária dos direitos creditórios, decorrentes do projeto de adiantamentos para futuro aumento de capital e de mútuos subordinados, além de cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC. Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias foram liberadas. (ii) Para garantir as obrigações decorrentes da emissão de debêntures da Agrovia, foram outorgadas as seguintes garantias: (a) fiança corporativa da OTP, (b) alienação fiduciária das ações de emissão da Agrovia, (c) cessão fiduciária sobre os direitos creditórios emergentes do projeto da Agrovia, (d) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (e) cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, (f) cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas. (iii) Para garantir as obrigações decorrentes os empréstimos corporativos junto ao Banco do Brasil e a emissão de debêntures da OTP, foram outorgadas as seguintes garantias: (a) cessão fiduciária sobre os valores oriundos da alienação das ações detidas pela OTP Rodovias em CRB, CBN, CRA e CRC, (b) cessão fiduciária sobre os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações CRB, CBN, CRA e CRC, (c) cessão fiduciária sobre os valores da alienação das ações da CRO e os valores em função do sobejo da excussão de garantias sobre as ações da CRO (eventual saldo do produto da excussão das ações da CRO). Destaque que com a alienação das ações da CBN, CRA e CRC, parte dos recursos foi utilizado para a amortização parcial das referidas dívidas corporativas, bem como que, em 02 de maio de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações da CRO, as garantias vinculadas à CRO foram liberadas. (iv) Além das garantias mencionadas, a Companhia forneceu um *Equity Support Agreement* ("ESA") para empréstimos e financiamentos contratados pela investida VLT RJ, na proporção da sua participação indireta original de 15%. Em 14 de julho de 2023, com a conclusão da alienação e transferência da integralidade das ações, as garantias vinculadas à VLT RJ foram liberadas.

14. Arrendamento Mercantil Operacional

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Saldo inicial	**23.858**	**15.566**	**23.858**	**27.413**
Amortização	(551)	(233)	(551)	(233)
Remensuração de contrato (*)	–	6.047	–	6.047
Baixas (*)	–	(13)	–	(13)
Apropriação das despesas financeiras	2.742	2.491	2.742	2.491
Mantidos para negociação (**)	–	–	–	(11.847)
Saldo final	**26.049**	**23.858**	**26.049**	**23.858**
Passivo circulante	686	424	686	424
Passivo não circulante	25.363	23.434	25.363	23.434
Saldo final	**26.049**	**23.858**	**26.049**	**23.858**

(*) Ajuste de remensuração de contrato, decorrente de alteração no fluxo de pagamentos. (**) Refere-se ao efeito do saldo inicial da controlada CRO que, em 31 de dezembro de 2022, passou a ser classificado na rubrica de "Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação" (Nota 10). O reconhecimento inicial dos contratos de arrendamento e apropriação das despesas financeiras levam em consideração a taxa média de captação obtida, a qual monta em 11,58%.

15. Provisões Cíveis, Trabalhistas e Previdenciárias – A Companhia e suas empresas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões e de depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	1.439	1.286	1.485	1.286
Passivo não circulante	**1.439**	**1.286**	**1.485**	**1.286**

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente. **Perdas Possíveis, Não Provisionadas no Balanço:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas empresas controladas possuem ações de naturezas cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 5.699 (31 de dezembro de 2022, incluindo CRO – R$ 19.505).

16. Patrimônio Líquido – a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, distribuídas da seguinte forma:

	Número de ações		Participação no capital social (%)	
Acionistas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Novonor	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	**214.666.816**	**100,00%**	**100,00%**

b) Ajustes de Avaliação Patrimonial: Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que, já pertencentes ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2023	**2022**
Saldo inicial	**31.373**	**30.826**
Ganho e perda de variação de percentual de participação (*)	(55)	547
Realização de ajustes de avaliação patrimonial em investida (**)	195	–
Saldo final	**31.513**	**31.373**

(*) Decorrem de alterações de percentual de participação nas investidas VLT RJ e Agrovia. (**) Realização dos efeitos decorrentes do VLT RJ, tendo em vista a alienação do investimento. **c) Destinação do resultado do exercício:** Conforme previsto nas Lei das Sociedades por Ações, os prejuízos apurados no exercício foram incorporados à conta de prejuízos acumulados, uma vez que não há saldos de lucros ou reservas a ser absorvidos.

17. Gastos por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Classificadas por natureza:				
Alienação de investimentos	–	–	–	(11.708)
Depreciação e amortização	(2.012)	(2.022)	(2.044)	(2.061)
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.542	1.499	1.542	1.499
Gastos com pessoal	(8.802)	(6.861)	(17.068)	(15.173)
Serviços de terceiros	(2.418)	(1.315)	(10.062)	(4.954)
Outras despesas	(254)	(1.651)	(561)	(1.344)
	(11.944)	**(10.350)**	**(28.193)**	**(33.741)**
Classificadas por função				
Custos dos serviços prestados				
Gerais e administrativas	(13.232)	(11.857)	(29.174)	(23.621)
Outras receitas e despesas, líquidas	1.288	1.507	981	(10.120)
	(11.944)	**(10.350)**	**(28.193)**	**(33.741)**

18. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas financeiras				
Receitas com juros	11.085	9.953	15.309	12.509
Variações monetárias	1.187	–	1.866	150
Ajuste de valor justo	–	–	21.334	(7.498)
Outras	118	–	122	–
	12.390	**9.953**	**38.631**	**5.161**
Despesas financeiras	–	–	–	–
Ajuste a valor presente	(2.742)	(2.513)	(2.742)	(2.513)
Despesas com juros	(166.656)	(141.396)	(166.729)	(143.165)
Outros	(760)	10.471	(1.353)	11.692
	(170.157)	**(133.438)**	**(170.734)**	**(133.986)**
Resultado financeiro, líquido	**(157.767)**	**(123.485)**	**(132.103)**	**(128.825)**

19. Prejuízo por Ação – Consolidado: O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2023	**2022**
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	**(206.371)**	**(159.361)**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	**(0,96)**	**(0,74)**

20. Eventos Subsequentes – **Entrada de recursos para a Companhia:** Em 19 de janeiro de 2024, a Companhia recebeu os montantes de R$ 16.428 e R$ 1.553 relativos, respectivamente, à redução de capital e dividendos da OM, que haviam sido aprovados em 2023. **Alterações na legislação tributária:** Em 15 de dezembro de 2023 o Plenário aprovou a Medida Provisória (MP) 1185/23, que foi convertida em lei pela Lei Ordinária 14.789/23 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico. Até 31 de dezembro de 2023 as subvenções recebidas pelas empresas, independentemente de sua natureza (custeio ou investimento) não eram objeto de tributação, ou seja, não incorporavam a base de cálculo dos impostos federais. A partir de 01 de janeiro de 2024 o benefício foi excluído para os contribuintes que recebem subvenção para pagar despesas do dia a dia (custeio). Para os que utilizam o benefício para construir ou ampliar uma fábrica (investimento) será concedido um crédito tributário equivalente à aplicação da alíquota de IRPJ sobre as subvenções recebidas, ou seja, o imposto precisará ser pago e compensado posteriormente com outros tributos da empresa. Haverá também a possibilidade de, após o investimento ser finalizado, pleitear-se a restituição dos valores em dinheiro. O Grupo ainda está avaliando potenciais impactos nas suas operações a partir de 01 de janeiro de 2024.

Diretoria

Paulo Henrique dos Santos Quaresma **João Milton da Veiga Pereira**

Contadora

Ana Claudia Cerqueira Santos – CRC nº 1BA 021.783/O-1 T SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
OTP S.A. – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **OTP S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidadas da OTP S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que indica que a Companhia e suas controladas mantêm, em 31 de dezembro de 2023: i) passivo circulante superior ao ativo circulante nos montantes, individuais e consolidado, de R$ 1.021.373 mil e R$ 1.029.602 mil, respectivamente; ii) prejuízo do exercício, individual e consolidado, de R$ 206.371 mil e R$ 208.222 mil, respectivamente; e iii) as controladas Agrovia do Nordeste S.A. e Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. não mantém atividades operacionais. Esses fatores indicam a existência de incerteza relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2023 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta dessa incerteza. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Ênfase – Concretização das transferências de controles acionários de controladas indiretas: Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que informa a concretização da transferência do controle acionário da controlada indireta Concessionária Rota do Oeste S.A. ("CRO") e a alienação da participação societária indireta na Concessionária do VLT Carioca S/A ("VLT Carioca"), em 02 de maio de 2023 e 14 de julho de 2023, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalvas relacionadas a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013.846/O-1

Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador
CRC 1SP 116.001/O-3

Publique no
Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Dock Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 13.370.835/0001-85

Relatório da Administração

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil ("BCB") e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, a administração da Dock Instituição de Pagamento S.A. ("Dock IP" ou "Companhia") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Dock IP é uma das líderes em banking as a service no país. A companhia agrega valor, inovação e escalabilidade aos negócios de seus clientes ao reunir emissão de cartões, digital banking e soluções de PIX em uma plataforma única e abrangente. A prestação de serviço focada, principalmente, em B2B permite a qualquer empresa agregar uma vertical de serviços financeiros, possibilitando a criação de uma fonte alternativa de receita, fidelização de clientes, alcance de novos consumidores, aumento do ticket médio e obtenção de vantagem competitiva.

Em 09 de abril de 2018 a Dock IP foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de moedas eletrônicas, pelo BCB de acordo com a publicação em Diário Oficial. Em 01 de outubro de 2021 os então controladores da Dock IP celebraram contrato de compra e venda de ações junto à Dock Soluções em Meios de Pagamentos S/A ("Dock Soluções") para a alienação do controle acionário da Dock IP, transação que foi autorizada pelo BCB através de publicação em Diário Oficial em 10 de dezembro de 2021.

Em 01 de junho de 2023 a Dock IP fez a incorporação reversa das holdings PAM JR PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A. e PAYMENTS HOLDING S.A., empresas não operacionais, bem como incorporou a parcela cindida da Dock Soluções, sua antiga acionista, em operação societária que trouxe o controle da Dock IP diretamente para os controladores da Dock Soluções. Este movimento ocorreu a partir da publicação, em Diário Oficial, da autorização de aumento de Capital aprovada pelo BCB.

A incorporação reversa foi um marco na sinergia das operações de Banking as a Service do Grupo, proporcionando à Dock IP um ganho de escala e de eficiência. Com a incorporação, houve um incremento de 6x na quantidade de clientes ativos e um aumento de quase 3x do volume de ativos.

O crescimento das receitas de serviços é resultado do aumento no volume de operações de PIX, bem como da migração dos clientes absorvidos na incorporação, tendo reflexo também nos custos de PIX e Bandeiras. Este comportamento também é observado nas receitas financeiras.

A Administração

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais mil)*

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		**1.913.588**	**471.823**
Disponibilidades	4	31.965	27.720
Títulos e valores mobiliários	5	1.060.687	329.583
Livres		41.256	4.499
Vinculados conta pré-paga		1.009.627	285.323
Vinculados a prestação em garantias		9.804	39.761
Relações interfinanceiras	4a	720.402	103.162
Outros créditos	6	100.534	11.358
Não circulante		**41.819**	**16.488**
Permanente		**41.819**	**16.488**
Imobilizado	7	2.104	563
Intangível	8	39.715	15.925
Total do ativo		**1.955.407**	**488.311**
Passivo	**Nota**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Passivo Circulante		**1.801.628**	**461.137**
Contas De Pagamento Pré Pago	3j	1.455.732	257.989
Relações Interfinanceiras	3k	259.408	147.555
Outras Obrigações			
Fiscais e previdenciárias		6.616	2.243
Obrigações por transações de pagamentos	3l	39.019	30.239
Provisão para contingência	9	2.323	642
Diversos	10	38.530	22.469
Patrimônio líquido	11	**153.779**	**27.174**
Capital social	11a	313.149	92.354
Ajuste de avaliação patrimonial		(226)	(89)
Prejuízos acumulados	11c	(159.144)	(65.091)
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.955.407**	**488.311**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente do Segundo Semestre de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais mil)*

	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) do período/exercício	**29.735**	**47.616**	**(9.370)**
Outros resultados abrangentes – Resultado da incorporação	–	(141.669)	–
Ajuste de avaliação patrimonial	189	(138)	93
Total do resultado abrangente do período/exercício	**29.924**	**(94.191)**	**(9.277)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado do Semestre findo em 31 de dezemro de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais mil)*

	Nota	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços		90.873	137.421	66.909
Receitas financeiras		84.148	114.854	24.287
(-) Impostos incidentes sobre receitas		(10.278)	(15.169)	(8.744)
Resultado Operacional	12	**164.743**	**237.106**	**82.452**
Custo dos serviços prestados	13	(77.780)	(106.095)	(45.479)
Lucro Bruto		**86.963**	**131.011**	**36.973**
Administrativas e gerais	14	(40.760)	(56.984)	(34.961)
Outras receitas e despesas		5	(959)	(9.943)
Resultado operacional		**46.208**	**73.068**	**(7.931)**
Resultado financeiro	15	(2.716)	(4.397)	(1.439)
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		**43.492**	**68.671**	**(9.370)**
Imposto de renda e contribuição social	16	(13.757)	(21.055)	**–**
Lucro (Prejuízo) do Período/Exercício		**29.735**	**47.616**	**(9.370)**
Quantidade média de ações em circulação no exercício	11a	1.346	1.346	98.360
Lucro (Prejuízo) por ação		**22,091**	**35,376**	**(0,095)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais mil)*

	Notas	Capital social	AFAC	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022		**70.736**	**6.618**	**(182)**	**(55.722)**	**21.450**
Aumento de capital social		21.618	–	–	–	21.618
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	(6.618)	–	–	(6.618)
Prejuízo – resultado do semestre		–	–	–	(7.759)	(7.759)
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	53	–	53
Saldo em 30 de junho de 2022		**92.354**	**–**	**(129)**	**(63.481)**	**28.744**
Prejuízo – resultado do semestre		–	–	–	(1.610)	(1.610)
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	40	–	40
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**92.354**	**–**	**(89)**	**(65.091)**	**27.174**
Aumento de capital social	11	220.795	–	–	–	220.795
Lucro– resultado do semestre		–	–	–	17.881	17.881
Resultado da incorporação		–	–	–	(141.669)	(141.669)
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	(326)	–	(326)
Saldo em 30 de junho de 2023		**313.149**	**–**	**(415)**	**(188.879)**	**123.855**
Lucro– resultado do semestre		–	–	–	29.735	29.735
Ajuste de avaliação patrimonial		–	–	189	–	189
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**313.149**		**(226)**	**(159.144)**	**153.779**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa do Segundo Semestre de 2023 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em reais mil)*

	Nota	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro ou (Prejuízo) líquido do exercício		29.735	47.616	(9.370)
Itens que não afetam o caixa operacional				
Aumento (Redução) de provisão para contingências		(101)	(249)	(73)
Depreciação e amortização	7 e 8	9.737	14.040	6.613
		39.371	**61.406**	**(2.830)**
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo				
Títulos e Valores Mobiliários		(368.201)	(731.103)	130.830
Ajuste de avaliação patrimonial		189	(138)	93
Outros créditos		801.887	1.106.495	(4.869)
Relações interfinanceiras		(523.930)	(617.240)	73.748
Recursos recebidos de clientes pré-pago		(50.633)	67.638	(208.852)
Relações interfinanceiras		82.149	111.852	(13.950)
Diversos		4.194	(5.883)	17.371
Fiscais e previdenciárias		347	2.917	140
Obrigações por transações de pagamentos		6.962	8.781	(2.148)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(7.665)**	**4.725**	**(10.468)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	7 e 8	(480)	(480)	(54)
Alienações/Venda de bens do imobilizado e intangível		–	–	275
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		**(480)**	**(480)**	**222**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital		–	–	15.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**–**	**–**	**15.000**
Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquidos		**(8.145)**	**4.245**	**4.754**
Caixa no início do exercício		40.110	27.720	22.966
Caixa no final do exercício		31.965	31.965	27.720
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		**(8.145)**	**4.245**	**4.754**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2022

(Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Dock Instituição de Pagamento S.A. (Dock IP) foi constituída em 22 de fevereiro de 2011 na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Tamboré, 267, 27º andar, sala 2, conjunto 271, Edifício Canopius Corporate, Tamboré, Alphaville, Barueri SP, CEP: 06.460-000. Tem como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil ("Bacen"), incluindo, sem limitar-se a: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência, de saques, de pagamentos e gestão de contas de pagamentos pré-pagos, e a participação em outras sociedades. Em 09 de abril de 2018, a companhia foi aprovada como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de emissor de moedas eletrônicas, pelo Banco Central do Brasil (BCB) de acordo com a publicação em Diário Oficial. A Companhia concluiu o processo de incorporação reversa de parte da operação da sua até então acionista em 01/06/23, através da aprovação de aumento de Capital pelo Banco Central do Brasil. Com a execução desta operação a Companhia incorporou uma carteira importante de clientes, bem como um portfólio de produtos sinérgico ao seu negócio. A Dock IP está adotando as medidas necessárias, conforme normas da Instituição Reguladora, com o objetivo de assegurar sua liquidez, garantindo recursos financeiros necessários para honrar suas obrigações.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Não foram adotadas nos balanços as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, ainda não aprovadas pelo Bacen. Em função da autorização junto ao BACEN para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras da Dock IP passaram a refletir a resolução nº 4.818, de 29/05/2020 e Resolução BCB nº 2, de 12/8/2020, que estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro/2021, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados BACEN e que estão consubstanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), assim, a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira sistemática pela Dock IP e são baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas. A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 28 de março de 2024.

3. Principais políticas contábeis: a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Dock IP. **b. Apuração do Resultado:** Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado até a data do balanço, e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, pro rata dia incidentes sobre ativos e passivos de forma simultânea, independente de recebimento ou pagamento. **c. Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade sendo que, quando aplicável, são acrescidos de rendimentos e as variações monetárias ou cambiais auferidos até a data do balanço. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular 3.068/01 do Bacen. **d. Reconhecimento da Receita:** A receita decorrente de serviços de gestão de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros. São apropriadas ao resultado quando da efetiva prestação de serviços. **e. Disponibilidades:** Os montantes correspondem a depósitos bancários e outras disponibilidades de curto prazo em montante conhecido, liquidáveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Dock IP, conforme Circular Bacen nº 3.068/01: **I.** Títulos para negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do semestre. Independente ao prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante. **II.** Títulos mantidos até o vencimento: Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre. **III.** Títulos disponível para venda: Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. **g. Imobilizado de uso:** Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa 7. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O ativo imobilizado está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **h. Intangível: I.** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos (Nota 8). **II.** Ativos intangíveis gerados internamente: Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos. **i. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"):** Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Anualmente, e se houver evidência, a Dock IP revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **j. Contas de Pagamento Pré-Pago:** Os depósitos em conta de pagamento referem-se, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos e contas digitais pré-pagos e ainda não utilizados, no montante de R$1.455.732 (R$257.989 – dez/2022). **k. Relações interfinanceiras:** Referem-se a saldo de transações relacionadas com arranjos de pagamentos conforme disciplina a Resolução BCB 150, de 6 de outubro de 2021. **l. Obrigações por transações de pagamento em moeda estrangeira:** Corresponde a recursos de clientes carregados em moeda estrangeira para uso no exterior. **m. Provisão para contingências, provisões e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma: I. **Ativos contingentes:** não são reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; II. **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificamos como perda remota. III. **Provisões:** são reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas; e IV. **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias):** referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições e são provisionadas. **n. Atualização monetária e ajustes a valor presente de direitos e obrigações.** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado dos exercícios a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Dock IP, tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A partir dos cálculos efetuados, a Administração concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 pelo que não se registrou nenhum correspondente ajuste. **o. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre os lucros que excederem R$240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. **p. Lucro/Prejuízo por ação:** É calculado sobre o número médio ponderado de ações durante o exercício. **4. Disponibilidade – Caixa e equivalente de caixa:** São representados por saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	–	1
Bancos – conta movimento	955	1.422
Disponibilidade em moeda estrangeira	31.010	26.297
Total	**31.965**	**27.720**

a. Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

	31/12/2023	31/12/2022
BACEN – Conta de Pagamento Instantâneo	247.402	103.162
BACEN – Depósito em Moeda Eletrônica	473.000	–
Total	**720.402**	**103.162**

5. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários estavam classificados como disponíveis para venda. O valor de custo e o valor de mercado e a classificação por vencimentos estavam assim representados:

	31/12/2023	31/12/2022
Livres – ativo circulante	41.256	4.499
Vinculados a prestação de garantias – circulante	1.009.627	285.323
Vinculados a prestação de garantias – realizável a longo prazo	9.804	39.761
	1.060.687	**329.583**

O crescimento no montante de títulos e valores mobiliários é reflexo da incorporação da operação de *Banking as a Service* da Dock Soluções.

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	31/12/2023			31/12/2022		
Mantidos até o vencimento	**Sem vencimento**	**De 1 a 5 anos**	**Valor mercado/ Custo Atualizado**	**Sem vencimento**	**De 1 a 5 anos**	**Valor mercado/ Custo Atualizado**
Depósitos vinculados à prestação de garantias	–	40	40	–	17.253	17.253
Letras Financeiras do Tesouro	–	9.764	9.764	–	22.508	22.508
Total	**–**	**9.804**	**9.804**	**–**	**39.761**	**39.761**

	31/12/2023			31/12/2022		
Títulos disponível para venda	**Sem vencimento**	**De 1 a 5 anos**	**Valor mercado/ Custo Atualizado**	**Sem vencimento**	**De 1 a 5 anos**	**Valor mercado/ Custo Atualizado**
Títulos Vinculados a Saldos em Contra Pré-Paga – LFT	–	1.009.627	1.009.627	–	285.323	285.323
CDB – Certificado de depósito bancário — livre	–	41.256	41.256	–	4.499	4.499
Total	**–**	**1.050.883**	**1.050.883**	**–**	**289.822**	**289.822**

6. Outros Créditos – Diversos – O grupo de outros créditos demonstra os demais valores a receber da companhia.

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Valores a Receber (a)	37.272	989
Créditos Tributários (b)	56.568	7.600
Estoque	274	331
Bloqueio Judicial	654	684
Outros	5.766	1.754
	100.534	**11.358**

(a) Os valores a receber demonstram uma variação representativa no montante devido ao processo de incorporação do negócio de *Banking as a Service*, anteriormente operado pela Dock Soluções, ainda a Dock IP. (b) Os créditos tributários também sofreram variação a partir do processo de incorporação. A Dock Soluções apresentava no seu Ativo um ágio referente à aquisição da Dock IP, que foi baixado no processo de incorporação, conforme normativo vigente. Atualmente o ativo fiscal diferido correspondente registrado é no valor de R$ 49.918.

7. Imobilizado – A composição do Imobilizado está apresentada a seguir:

	Taxa anual	Custo aquisição	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Computadores e periféricos	20%	5.410	(3.756)	1.654	76
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	1.311	(1.311)	–	57
Móveis e Utensílios	10%	887	(509)	378	307
Veículos	20%	198	(144)	54	94
Máquinas e Equipamentos	10%	104	(86)	18	27
Sistema de comunicação	20%	11	(11)	–	3
		7.921	**(5.816)**	**2.104**	**563**

O resumo da movimentação das contas do imobilizado é apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos ao início do exercício	563	1.304
(+) Adições	–	41
(+) Adições – Decorrente do processo de incorporação	4.421	–
(-) Baixas	–	(275)
(-) Depreciação	(722)	(507)
(-) Depreciação Decorrente do processo de incorporação	(2.158)	–
Saldos ao final do exercício	**2.104**	**563**

As adições do imobilizado advindas do processo de incorporação somaram R$4.421 e o valor referente depreciação apropriado no processo de incorporação foi de R$ 2.158.

8. Intangível – A composição do Intangível está apresentada a seguir:

	Taxa anual	Custo aquisição	Amortização acumulada	31/12/2023 Valor Líquido	31/12/2022 Valor Líquido
Sistemas e aplicativos	20%	6.539	(5.109)	1.430	9.261
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	20%	33.107	(24.122)	8.985	6.664
Outros ativos intangíveis	5% a 20%	57.784	(28.484)	29.300	–
		97.430	**(57.715)**	**39.715**	**15.925**

O resumo da movimentação das contas do intangível é apresentado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos ao início do exercício	15.925	22.018
(+) Adições	480	13
(+) Adições – Decorrente do processo de incorporação	60.598	–
(-) Amortização	(13.318)	(6.106)
(-) Amortização – Decorrente do processo de incorporação	(23.970)	–
Saldos ao final do exercício	**39.715**	**15.925**

continua …

... continuação

Dock Instituição de Pagamento S.A.

As adições do Intangível advindas do processo de incorporação somaram R$60.598 e o valor referente amortização apropriado no processo de incorporação foi de R$ 23.970. Através do teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis conclui-se pela não necessidade de realizar qualquer provisão para perdas de valores.

9. Provisão para contingências – A Dock IP é parte em ações judiciais e processos administrativos perante a tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldos inicial	642	715
Contingências decorrentes da incorporação	1.921	–
Constituição/reversões	(240)	(73)
Saldos ao final do exercício	**2.323**	**642**

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição. O acréscimo de contingências advindas do processo de incorporação somatizaram R$1.921.

a. Contingências Cíveis: As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo no valor de R$ 2.130 (2022: R$525). Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica de Outros Créditos. A Dock IP com base na opinião de seus assessores jurídicos, não espera perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas. **b. Contingências Trabalhista:** Com base em informações de seus assessores jurídicos, o saldo provisionado para os processos trabalhistas, cujo a companhia possui responsabilidade primaria, em 31 de dezembro de 2023 de R$ 193 (2022: R$117) é considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas. **c. Contingências possíveis:** Os processos cíveis, tributários e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível totalizam em 31 de dezembro de 2023 o montante de R$ 9.425 (2022: R$ 929), sendo este o valor total das causas

10. Outras Obrigações – Diversas

	31/12/2023	31/12/2022
Outras obrigações – Diversas		
Despesa com pessoal	1.544	788
Fornecedores mercado interno (a)	35.848	20.551
Fornecedores mercado externo	1.138	1.130
	38.530	**22.469**

(a) O acréscimo da conta fornecedores mercado interno é explicado pela inclusão dos valores a pagar, no montante de R$ 18.263, relativos à aquisição da Dock IP anteriormente registrados na Dock Soluções.

11. Patrimônio Líquido – a. Capital Social: Em 31 de Dezembro de 2023 o capital social no montante de R$ 313.149 (2022: R$ 92.354), está representado por 1.346.299 ações (98.360.834 em dezembro 2022), subscritas e integralizadas por acionistas domiciliadas no país. Em 31 de maio de 2023 foi deliberado o aumento de capital social no montante de R$ 220.794.883,20 composto por R$ 1.244.883,20, referente a incorporação da parte cindida da Dock Soluções, bem como o acréscimo de capital de R$ 219.550.000,00, a partir da capitalização do mútuo incorporado. O processo foi executado mediante ao cancelamento das ações pré-existentes e a nova emissão de 1.346.299 composta por 1.289.900 ações ordinárias e 56.399 ações preferenciais. **b. Capital Regulatório:** A Resolução Banco Central nº 198/2022 determina que as instituições de pagamentos emissores devem manter, permanentemente, Patrimônio de Referência de Instituição de Pagamento, em valor superior ao requerimento mínimo de 8% em 2023. Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio de referência da Dock IP é de R$ 126.854.Este Valor é superior ao patrimônio mínimo requerido, que é R$ 28.525. **c. Lucros e Prejuízos Acumulados:** Os impactos decorrentes do processo de incorporação nos lucros e prejuízos acumulados estão demonstrados a partir da abertura da baixa do ágio (líquido do ativo fiscal diferido), baixas das incorporações reversas a partir dos investimentos presentes nas empresas incorporadas e variação patrimonial ocorrida devido aos movimentos patrimoniais entre o período da Assembleia Geral Extraordinária e aprovação do BCB.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(65.091)	(55.722)
Lucro/Prejuízo do exercício	47.616	(9.370)
Baixa do ágio (líquido ativo fiscal diferido)	(109.698)	–
Baixas Incorporação reversa	(40.409)	–
Variação patrimonial	8.438	–
Saldo Final	**(159.144)**	**(65.091)**

O tratamento da incorporação do ágio ocorreu conforme resolução 33, BCB, 29/10/2020, sendo assim o procedimento contábil adotado foi a baixa do mesmo e em conjunto o registro do ativo diferido fiscal, já as baixas advindas da incorporação reversa foram reflexo dos investimentos incorporados das empresas Pam, Payments e Dock Soluções que eram detentoras de capital da Dock IP. A variação patrimonial ocorre a partir das movimentações patrimoniais ocorridas entre a data da AGE de incorporação, 28/10/2022, e a aprovação em Diário Oficial pelo BCB, datada em 31/05/2023.

12. Receita Operacional

	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços e outras	90.873	137.421	66.909
Receita financeira	84.148	114.854	24.287
(-) impostos sobre receita operacional			
(-) COFINS	(7.398)	(10.635)	(6.046)
(-) PIS	(1.407)	(1.984)	(1.184)
(-) ISS	(1.473)	(2.550)	(1.514)
Total	**164.743**	**237.106**	**82.452**

O crescimento da receita financeira e serviços já tem como reflexo a absorção parcial do negócio de Banking as a Service da Dock Soluções.

13. Custos dos serviços prestados

	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Bandeira	(53.714)	(61.262)	(16.275)
Emissão de cartões	(230)	(857)	(4.802)
Processamento	(454)	(2.143)	(2.241)
Armazenamento	(4.602)	(9.872)	(9.361)
Pix	(13.096)	(23.868)	(9.521)
BaaS	(807)	(1.298)	(1.362)
Outros	(4.877)	(6.795)	(1.917)
	(77.780)	**(106.095)**	**(45.479)**

O crescimento do custo de serviços de Pix e Bandeira tem como reflexo o aumento da operação no ano de 2023, bem como a absorção parcial do negócio de Banking as a Service da Dock Soluções.

14. Despesas administrativas e gerais

	01/07/2023 a 31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(25.504)	(31.109)	(12.321)
Amortização/Depreciação	(9.737)	(14.040)	(6.613)
Ocupação	(2.538)	(5.893)	(5.438)
Consultoria	(1.566)	(3.744)	(8.648)
Comissão sobre vendas	(738)	(1.130)	(966)
Utilidades e serviços	(761)	(1.265)	(642)
Outros	84	197	(333)
	(40.760)	**(56.984)**	**(34.961)**

15. Resultado Financeiro

	01/07/2023 a 31/12/2023 Total	31/12/2023 Total	31/12/2022 Total
Receitas:			
Juros Ativos	85	530	–
Variação cambial ativa	5.901	10.174	16.618
Outras	118	118	131
	6.104	**10.822**	**16.749**
Despesas:			
Variação cambial passiva	(6.034)	(10.703)	(17.928)
Outras	(2.786)	(4.516)	(260)
	(8.820)	**(15.219)**	**(18.188)**
	(2.716)	**(4.397)**	**(1.439)**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não havia operações com instrumentos financeiros derivativos.

16. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2023 IRPJ	31/12/2023 CSLL	31/12/2022 IRPJ	31/12/2022 CSLL
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	68.671	68.671	(9.370)	(9.370)
Adições temporárias	118.479	118.479	19.347	19.347
Exclusões temporárias	(126.322)	(126.322)	(17.874)	(17.874)
Lucro real tributável	60.828	60.828	(7.897)	(7.897)
Compensação de prejuízo fiscal	(18.248)	(18.248)	–	–
Imposto de renda (15%)	6.387	–	–	–
Imposto de renda adicional (10%)	4.234	–	–	–
Contribuição social (9%)	–	3.841	–	–
Total de despesa com imposto corrente	–	–	–	–
Ativo fiscal diferido	4.848	1.745	–	–
Ativo de imposto de renda diferido	–	–	–	–
Total de imposto de renda e contribuição social	15.469	5.586	–	–

17. Estrutura de Gerenciamento de Riscos – Os acionistas e administradores da Dock IP consideram a gestão de riscos um instrumento essencial para a tomada de decisões estratégicas, inclusive para uma maximização da eficiência no uso do capital para escolha de suas operações. A Dock IP possui e segue política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e impacto financeiro no fluxo de caixa. A Dock IP, em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos, permanentemente tem desenvolvido políticas, sistemas e controles internos para a mitigação de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos, adequando processos e rotinas às modalidades operacionais. Em atendimento às melhores práticas de gerenciamento de riscos e as normas do BACEN, a Dock IP tem o gerenciamento dos riscos: I – Risco de liquidez – O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Dock não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, além de não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A Dock implementou estrutura de gerenciamento de riscos corporativos compatível com a natureza de suas atividades e complexidade dos serviços e produtos oferecidos, conforme o tamanho da exposição aos riscos. Contamos com uma estrutura de gerenciamento e controle do risco de liquidez que atua de forma independente às áreas de negócio e é responsável pelas avaliações, monitoramento e reporte, verificando continuamente a aderência as políticas e estrutura de limites aprovadas. II – Risco de crédito – Tendo em vista que a Dock IP não opera com modalidades de crédito, esta política não se aplica a mesma. III – Risco de mercado – A Dock IP emprega uma política conservadora no gerenciamento do risco de mercado, supervisionando e controlando de forma eficaz cada fator, para identificar e quantificar as volatilidades e correlações que venham impactar a dinâmica de preços dos seus itens patrimoniais. IV – Risco operacional – A política de gestão de riscos operacionais busca identificar, tratar e gerenciar os possíveis riscos operacionais da Dock IP, com finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle trazendo mais eficiência aos processos internos. Dentro desse contexto o grupo possui estrutura e políticas para a gestão do risco operacional com ferramentas como auto avalição, monitoramento de indicadores e base de dados de perdas operacionais, garantindo o melhor gerenciamento de processos, sistemas, projetos e novos produtos, dando suporte à tomada de decisão da alta administração.

18. Eventos Subsequentes – Até o momento da aprovação das demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes relevantes ocorridos após a sua data base.

Marcelo Prudêncio Jacques – Diretor | **Diogo Frenkel** – Diretor | **Danilo da Silva Primo** – Contador CRC 1SP 310.899/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
Dock Instituição de Pagamento S.A. | Barueri-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da **Dock Instituição de Pagamento S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao fato de que em 31 de dezembro de 2023, a Companhia acumula prejuízos em suas operações no montante de R$ 159.144 mil. As medidas que estão sendo tomada pela Companhia para reversão dessa situação estão mencionadas no Relatório da Administração. Dessa forma, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Nossa opinião não contém modificação em virtude desse assunto. **Outros assuntos:** Capital regulatório: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram por nós examinadas, as quais emitimos relatório com opinião não modificada, e com uma ênfase sobre essas demonstrações financeiras relacionada ao limite do patrimônio líquido da Companhia em dezembro de 2022 (R$27.175), o qual estava inferior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, ou seja, em desacordo com limites mínimos estipuladas na Circular do Banco Central nº 3.681/2013. Em 31 de dezembro de 2023 a respectiva ênfase não é aplicável, dado que a Companhia está em conformidade com a resolução nº 198 em vigor a partir de 1º de julho de 2023, que dispõe desde então os níveis mínimos de Patrimônio de Referência, conforme nota explicativa "11.b". A nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 25 de março de 2024.
BLB Auditores Independentes – CRC 2SP 023.165/O-2
Rodrigo Garcia Giroldo – CRC 1SP 222.658/O-9

Moinho Água Branca S.A.

CNPJ.MF nº 61.157.723/0001-93

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Em Cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras correspondentes aos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acompanhadas das Notas Explicativas.

São Paulo, 10 de março de 2024.

Balanço Patrimonial - *(em reais, centavos eliminados)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	119.647	68.138
Aplicações Financeiras	1.437.487	481.954
Adiantamentos Diversos	30.168	500
Impostos a Recuperar	2.983	3.122
Total do Ativo Circulante	**1.590.486**	**553.714**
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Outras Contas	**10.339.489**	**10.024.922**
Permanente		
Investimentos	568.076	568.076
Provisão p/ Perdas	(511.312)	(511.312)
	56.764	56.764
Imobilizado - custo	15.461.189	15.461.189
(–) Depreciação	(9.725.472)	(9.725.472)
	5.735.718	5.735.718
Total do Permanente	**5.792.482**	**5.792.482**
Total do Não Circulante	**16.131.971**	**15.817.404**
Total do Ativo	**17.722.456**	**16.371.118**

Passivo e Patrimônio Líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	8.500	8.500
Impostos a Recolher	14.525	14.216
Provisão Imp. Renda/Contr. Social	10.161	11.857
Salarios e Encargos	6.212	6.184
Total do Passivo Circulante	**39.398**	**40.757**
Não Circulante		
Financiamentos	7.411.890	7.411.890
Provisão P/ Contingências		444.720
Total do Passivo Não Circulante	**7.411.890**	**7.856.610**
Patrimônio Líquido		
Capital social	30.391.880	30.391.880
Ágio na Subscre. Capital	14.500.000	14.500.000
Reservas de Reavaliação	5.619.126	5.619.126
Prejuízos Acumulados	(40.239.838)	(42.037.255)
Total do Patrimônio Líquido	**10.271.168**	**8.473.751**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**17.722.456**	**16.371.118**

Demonstração do Resultado do Exercício - *(em reais, centavos eliminados)*

	2023	2022
Receita Operacional Bruta	1.250.000	1.250.000
Impostos Incidentes S/Vendas	(178.125)	(178.125)
Receita Operacional Líquida	**1.071.875**	**1.071.875**
Custo		
Lucro Bruto	**1.071.875**	**1.071.875**
Despesas Operacionais		
Administrativas	722.840	1.183.142
Despesas Financeiras	1.136	1.108
Receitas Financeiras	(2.140.864)	(1.678.157)
Outras Receitas Operacionais	(82)	(23.642)
Tributarias	300.428	135.587
	(1.116.542)	(381.963)
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Imposto de Renda	**2.188.417**	**1.453.838**
Prov. P/Imp. de Renda /Cont. Social	(391.000)	(316.387)
Lucro (Prejuízo) Liquido do Exercício	1.797.417	1.137.452
Lucro(Prej.) P/ Lote de Mil Ações	**0,053**	**0,033**

Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido - *(em reais, centavos eliminados)*

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Ágio na Subscrição de Capital	Totais
Saldo em 31/12/2021	**30.391.880**	**5.619.126**	**(43.174.706)**	**14.500.000**	**7.336.300**
Lucro (Prejuízo) do exercício			1.137.451		1.137.451
Saldo em 31/12/2022	**30.391.880**	**5.619.126**	**(42.037.255)**	**14.500.000**	**8.473.751**
Lucro (Prejuízo) do Exercício			1.797.417		1.797.417
Saldo em 31/12/2023	**30.391.880**	**5.619.126**	**(40.239.838)**	**14.500.000**	**10.271.168**

Demonstrações do Fluxo de Caixa *(em reais, centavos eliminados)*

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2023	2022
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	**2.188.417**	**1.453.838**
	2.188.417	1.453.838
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Impostos e contribuição a Compensar	139	(2.113)
Despesas antecipadas e outros ativos	(344.235)	(1.348.375)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores		–
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	28	(1.840)
Provisão P/ Contingências	(444.720)	
Impostos e Contribuições a Recolher	309	(71.450)
Imp. Renda e CSLL Pagos	(392.696)	(423.442)
Caixa Líquido de atividades operacionais	**1.007.242**	**(393.382)**
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	**1.007.242**	**(393.382)**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	550.092	943.474
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.557.334	550.092
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalente de caixa	**1.007.242**	**(393.382)**

Notas Explicativas -

1 - Contexto Operacional - A Empresa tem como atividade preponderante o aluguel de imóveis e de suas marcas **2 - Apresentação das demonstrações contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem e legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). 3 - Principais Praticas Contábeis - **a) - caixa e equivalentes de caixa -** incluem depósitos bancários a vista; **b) -** Apuração do Resultado - As Receitas e Despesas são reconhecidas pelo regime de competência; **c) - Imobilizado -** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada, os quais estão totalmente depreciados; **d) - Imposto de Renda e Contribuição Social -** Estão calculados levando em consideração a legislação fiscal em vigor. A provisão para o Imposto de Renda foi calculada a alíquota 15% sobre os lucros tributáveis, acrescidos de adicional de 10% acima dos limites específicos. A provisão para a Contribuição Social foi calculada a aliquota de 9% sobre os lucros tributáveis antes do Imposto de Renda, ajustado conforme legislação específica; **e) - Patrimônio Líquido - Capital social -** O Capital Social em 31/12/2023 é de R$ 30.391.880 e está representado por 11.358.208,682 ações ordinárias e 22.716.417.357 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. **Reavaliação Espontâneas:** Os saldos existentes nas reservas de reavaliação, classificas no patrimônio líquido, estão totalmente realizados.

Diretoria:

Ivan Soldan Salema - *Diretor*
Norimar Prevedello
Tec. Contabilidade - CRC 1SP 264311/O-0

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4674
Dólar (EUA) - 4,9962
Franco (Suíça) - 5,5476
Iene (Japão) - 0,03301
Libra (Inglaterra) - 6,3122
Peso (Argentina) - 0,005827
Peso (Chile) - 0,005098
Peso (México) - 0,3008
Peso (Uruguai) - 0,1331
Yuan (China) - 0,6914
Rublo (Rússia) - 0,05412
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3979

Facchini S.A.

CNPJ/MF nº 03.509.978/0001-71

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atedimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**2.187.156**	1.180.691
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.101.810**	886.806
Contas a receber de clientes	6	**288.578**	196.512
Contas a receber partes relacionadas		**–**	286
Estoques	7	**724.113**	710.449
Impostos a recuperar	10	**50.362**	37.744
Outros ativos		**22.293**	14.959
Não circulante		**1.048.396**	875.427
Impostos a recuperar	10	**15.917**	15.027
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**2.690**	5.058
Outros ativos		**8.102**	6.777
Intangível		**37**	–
Imobilizado	8	**931.833**	730.977
Ativos de direito de uso	9	**89.817**	117.588
Total do ativo		**3.235.552**	2.722.183

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante		**925.770**	898.121
Empréstimos e financiamentos	12	**78.370**	112.390
Arrendamento mercantil	13	**4.725**	9.286
Instrumentos financeiros derivativos		**4.925**	–
Fornecedores		**453.109**	340.024
Contas a pagar – partes relacionadas	14	**–**	8.000
Obrigações trabalhistas		**74.916**	60.592
Parcelamentos de tributos	15	**4.070**	3.904
Obrigações fiscais		**26.649**	61.650
Faturamento antecipado	16	**106.724**	137.246
Adiantamentos de clientes	17	**46.233**	42.339
Dividendos a pagar	14	**45.141**	53.375
Arrendamento a pagar – terceiros	9	**2.999**	2.724
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	**45.843**	37.416
Outros passivos		**32.066**	29.175
Não circulante		**422.684**	401.361
Empréstimos e financiamentos	12	**351.893**	286.066
Arrendamento mercantil	13	**3.661**	4.002
Partes relacionadas	14	**–**	963
Parcelamentos de tributos	15	**872**	4.588
Arrendamento a pagar – terceiros	9	**2.905**	3.751
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	**54.019**	88.333
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	**8.584**	11.855
Outros passivos		**750**	1.803
Patrimônio líquido	19	**1.887.098**	1.422.701
Capital social		**1.000.000**	700.000
Reserva de lucros		**887.098**	722.701
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.235.552**	2.722.183

Demonstração do Resultado

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	20	**3.342.231**	3.318.250
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	21	**(2.413.435)**	(2.441.990)
Lucro bruto		**928.796**	876.260
(Despesas) receitas operacionais			
Comerciais	21	**(191.597)**	(181.833)
Administrativas e gerais	21	**(120.940)**	(103.818)
Honorários da administração	21	**(8.940)**	(7.662)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	**6.833**	1.582
		(314.644)	(291.731)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**614.152**	584.529
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		**123.468**	101.351
Despesas financeiras		**(83.520)**	(74.299)
Variação monetárias e cambiais, líquidas		**(2.172)**	(85)
		37.776	26.967
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**651.928**	611.496
Imposto de renda e contribuição social	11		
Correntes		**(181.304)**	(214.612)
Diferidos		**(2.367)**	39.473
Lucro líquido do exercício		**468.257**	436.357
Média ponderada de ações do capital social no exercício		**2.192.600**	2.192.600
Lucro básico e diluído por ação – R$		**213,56**	199,01

Demonstração do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**468.257**	436.357
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	**468.257**	436.357

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		350.000	41.256	500.037	106.950	–	998.243
Aumento de capital	19(b)	**350.000**	**–**	**(244.173)**	**(105.827)**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**436.357**	**436.357**
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19(c)	**–**	**21.818**	**–**	**–**	**(21.818)**	**–**
Reserva de incentivos fiscais	19(d)	**–**	**–**	**–**	**50.415**	**(50.413)**	**2**
Dividendos aprovados	19(f)	**–**	**–**	**(8.260)**	**–**	**(3.641)**	**(11.901)**
Reserva de capital de giro	19(e)	**–**	**–**	**360.485**	**–**	**(360.485)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**700.000**	**63.074**	**608.089**	**51.539**	**–**	**1.422.701**
Aumento de capital	19(b)	**300.000**	**–**	**(249.783)**	**(50.217)**	**–**	**–**
Lucro líquido do exercício		**–**	**–**	**–**	**–**	**468.257**	**468.257**
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	19(c)	**–**	**19.986**	**–**	**–**	**(19.986)**	**–**
Reserva de incentivos fiscais	19(d)	**–**	**–**	**–**	**68.522**	**(68.522)**	**–**
Dividendos aprovados	19(f)	**–**	**–**	**(64)**	**–**	**(3.797)**	**(3.861)**
Reserva de capital de giro	19(e)	**–**	**–**	**375.952**	**–**	**(375.952)**	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.000.000**	**83.060**	**734.194**	**69.844**	**–**	**1.887.098**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Nota	2023	2022
Lucro líquido do exercício		**468.257**	436.357
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originário das atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	**2.367**	(39.473)
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	**113.625**	96.651
Amortização de intangível		**3**	–
Perda (ganho) na venda baixa de ativo imobilizado		**(7.151)**	(3.363)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	**145**	711
Provisão para comissões sobre vendas		**(643)**	511
Provisão para perda na realização de estoques		**6.748**	3.814
Constituição (reversão) de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	18	**(3.271)**	5.025
Provisão para garantia		**3.664**	703
Diferença de variação cambial líquida		**(228)**	(1.087)
Instrumentos financeiros derivativos		**4.925**	–
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e tributos parcelados e arrendamentos		**75.069**	70.956
		663.510	570.805
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**(92.211)**	(69.621)
Partes relacionadas		**286**	(286)
Estoques		**(17.001)**	(58.070)
Impostos a recuperar		**(13.508)**	188.586
Outros ativos		**(8.659)**	9.656
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		**113.085**	(84.847)
Partes relacionadas		**(8.963)**	(23)
Obrigações fiscais		**145.589**	209.467
Pacelamento de tributos		**(4.205)**	(3.595)
Faturamento antecipado		**(30.522)**	(277)
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outros		**16.799**	(45.031)
Caixa gerado nas atividades operacionais		**764.200**	716.764
Juros pagos durante o exercício		**(61.174)**	(54.764)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(180.590)**	(202.430)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**522.436**	459.570
Fluxo de caixa de operações de investimentos:			
Valor recebido na venda de imobilizado		**9.051**	13.130
Adições de intangível		**(40)**	–
Adições ao ativo imobilizado	8	**(273.314)**	(198.632)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(264.303)**	(185.502)
Fluxo de caixa de operações de financiamentos:			
Empréstimos e financiamentos – captações		**187.746**	150.983
Empréstimos e financiamentos e leasing – pagamentos		**(164.600)**	(88.704)
Pagamento arrendamento de direito de uso		**(54.180)**	(48.590)
Dividendos pagos		**(12.095)**	(12.944)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**(43.129)**	745
Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquido		**215.004**	274.813
Caixa e equivalente de caixa			
no início do exercício		**(886.806)**	(611.993)
no fim do exercício		**1.101.810**	886.806
Aumento de caixa e equivalente de caixa, líquido		**215.004**	274.813

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – A Facchini S.A. ("Companhia"), com sede no município de Guarulhos-SP tem por objeto social a produção e distribuição, bem como a prestação de serviços de reformas, de linha completa de implementos rodoviários para todos os segmentos de mercado. A Companhia dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA). **2. Práticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros derivativos, os quais são mensurados pelo valor justo contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes até esta data. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. c) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda dos estoques, deduzido dos custos de produção e das despesas de venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. d) Imobilizado: Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10
Sistemas e equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. e) Arrendamentos: O Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. e.1) *Companhia como arrendatária:* Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. e.2) *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. • Edifícios – 2 a 9 anos • Equipamentos – 4 anos e.3) *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. e.4) *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido. h) Tributos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. h.1) *Tributos correntes:* A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. h.2) *Tributos diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. h.3) *Tributos sobre as vendas:* Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. i) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) *Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 25. ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 25. i.2) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 25. i.3) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. j.1) *ICMS:* Representado pela dedução obtida nas apurações mensais de ICMS dos estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o qual é registrado diretamente ao resultado do exercício, na rubrica "Deduções de vendas", considerando que o benefício obtido está diretamente relacionado ao ICMS sobre as vendas. O incentivo do Estado de Pernambuco e da Bahia, são registrados no resultado após cumprido o montante mínimo anual de recolhimento, antes disso ele são registrados na conta do passivo. Para manter estes incentivos, a Companhia tem o compromisso de manter o faturamento, além de determinado número de empregados e nível de investimentos naqueles Estados. A Companhia destina o valor deste incentivo fiscal até o limite do lucro líquido do exercício à rubrica "Reserva para incentivos fiscais". No caso de a Companhia apurar prejuízo no exercício ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente do incentivo e, nesse caso, este não puder ser destinado à rubrica "Reserva para incentivos fiscais", sua destinação, de forma cumulativa até que seja destinado, ocorrerá em exercícios subsequentes (Nota 19). j.2) *Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ:* A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM visando à Implantação de empreendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano-calendário de 2022, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ em atividades diretamente ligadas a produção ou operação na área de atuação da SUDAM. A Superintendência do Desenvolviento do Nordeste – SUDENE visando a Implantação de emprendimento industrial na área de sua atuação expediu Laudo constitutivo do direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro de exploração, com fruição por 10 anos vigorando até o ano calendário de 2032, o qual é calculado com base no lucro da exploração. A Companhia em contrapartida deverá atender algumas obrigações como a de aplicar o valor de redução do IRPJ somente nos produtos determinados no anexo I do Laudo Constitutivo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) *Vendas de produtos:* O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) *Prestação de serviços:* A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) *Componente de financiamento significativo:* Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas** – Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determi-

continua …

Publicidade Legal

... continuação **Facchini S.A.**

nação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 1. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:* A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **4. Normas, alterações e interpretações de normas –** a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *IFRS 17 ou CPC 50 – Contratos de Seguro:* O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8:* As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:* As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais da Companhia, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. *Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Comnpanhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)* Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:* Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Rubens Facchini – Diretor Presidente **Euclides Facchini Filho** – Diretor Superintendente **Ailton Izaias** – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Facchini S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Facchini S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Facchini S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 20 de março de 2024.
Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP 027.623/F
Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC-SP 211.793/O

REC SS Lapa Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 23.199.556/0001-54 – NIRE 35.300.484.126

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: Aos 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, em São Paulo-SP, na Rua Luiz Gatti, nº 603, Água Branca. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa:** Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** Por considerar o capital excessivo em relação às atividades da Companhia, aprovou a redução do capital social, **de** R$ 50.620.992,00, dividido em 50.620.992 ações, **para** R$ 49.490.955,00, dividido em 49.490.955,00 ações, mediante o cancelamento de 1.130.037 ações ordinárias, mediante a devolução de capital, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 1.125.517,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 4.520,00. **2.** O capital social passará a ser de R$ 49.490.955,00, dividido em 49.490.955,00 ações das seguintes espécies e classes: 49.490.945 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 49.490.955,00, dividido em 49.490.955,00 ações das seguintes espécies e classes: 49.490.945 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal."* **3.** A presente redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata e seu arquivamento. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, foi a presente ata aprovada e encerrados os trabalhos. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Vila Olímpia Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 26.227.955/0001-70 – NIRE 35.300.496.957

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 17.706.400,00, dividido em 17.706.400 ações, **para** R$ 17.385.435,00, dividido em 17.385.435 ações, realizada mediante a devolução de capital, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 320.869,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 96,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 17.385.435,00, dividido em 17.385.435 ações das seguintes espécies e classes: 17.385.425 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 17.385.435,00, dividido em 17.385.435 ações das seguintes espécies e classes: 17.385.425 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 19.600.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Tatuapé Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 28.880.364/0001-22 – NIRE 35.300.509.641

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 18.700.000,00, dividido em 18.700.000,00 ações, **para** R$ 18.213.678,00, dividido em 18.213.678 ações, realizada mediante a devolução de capital, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 486.127,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 195,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 18.213.678,00, dividido em 18.213.678 ações das seguintes espécies e classes: 18.213.668 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 18.213.678,00, dividido em 18.213.678 ações das seguintes espécies e classes: 18.213.668 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 50.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Santo André Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 14.783.639/0001-03 – NIRE 35.300.451.147

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 22.191.602,00 dividido em 22.191.602 ações, **para** R$ 21.183.217,00, dividido em 21.183.217 ações, realizada mediante a devolução de capital, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 1.004.351,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 4.034,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 21.183.217,00, dividido em 21.183.217, ações das seguintes espécies e classes: 21.183.207 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 21.183.217,00, dividido em 21.183.217, ações das seguintes espécies e classes: 21.183.207 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 23.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

Faça um orçamento conosco:

Acesse nosso site: datamercantil.com.br

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 46.743.997/0001-70 – Av. Paulista, 1728, 13º andar – Edifício Ourinvest – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em 30 de novembro de 2020, a diretoria da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), anteriormente denominada Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., condicionando-se a decisão e aprovação do Banco Central do Brasil ("BACEN"), aprovou a subscrição e integralização da totalidade do capital social no valor de R$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), dividido em 3.000.000 (três milhões) de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em 03 de maio de 2022, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa TTSCD, uma instituição financeira que tem por objeto: a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além desse objeto, a TTSCD pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. Em 22 de junho de 2023, o BACEN aprovou a alteração do controle societário da TTSCD como consequência do ingresso do Itaú Unibanco S.A., que foi concluída com o fechamento da operação da *Joint Venture* entre a TOTVS S.A. e a referida instituição financeira em 31 de julho de 2023, denominada TOTVS Techfin S.A. A *Joint Venture* foi anunciada em 12 de abril de 2022, na qual cada uma das empresas detém 50% de participação. Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros, a partir de suas necessidades, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia. Em 03 de maio de 2023 a Companha iniciou suas operações e encerrou o exercício registrando Prejuízo de R$ 506, Patrimônio Líquido de R$ 17.455 e Ativos Totais de R$ 20.250. Em 21 de agosto de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$5.000, passando de R$ 3.000 para R$ 8.000, mediante a emissão de 5.065.905 (cinco milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R$ 0,986990393 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 2023. Em 08 de dezembro de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$10.000, passando de R$ 8.000 para R$ 18.000, mediante a emissão de 9.773.355 (nove milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R$ 1,0231900918 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de dezembro de 2023. Para fins de pagamento de dividendos, a TTSCD, prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. As informações relacionadas aos honorários dos nossos auditores independentes são disponibilizadas anualmente no formulário de referência da controladora TOTVS S.A. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

A Administração.

Balanço Patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. *(valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Disponibilidades	4	**14.494**	**2.956**	**Obrigações Fiscais Correntes**	8	**415**	**2**
Instrumentos Financeiros	5a	**5.468**	**–**	**Provisão para Pagamentos a Efetuar**	9	**46**	**25**
Operações de Crédito	5a	5.468	–	**Outros Passivos**	11	**1.838**	**–**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	**(1.334)**	**–**	**Total do Passivo Circulante**		**2.299**	**–**
Outros Créditos	6	**856**	**–**	**Outros Passivos**	11	**496**	**–**
Total do Ativo Circulante		**19.485**	**2.956**	**Total do Passivo Não Circulante**		**496**	**–**
Ativo Fiscal Diferido	13	**738**	**–**	**Total do Passivo**		**2.795**	**27**
Intangível	7	**32**	**32**	**Capital Social**	12a	**18.000**	**3.000**
Amortizações	7	**(4)**	**–**	**(-) Prejuízo Acumulado**	12b	**(545)**	**(39)**
Total do Ativo não Circulante		**765**	**32**	**Total Patrimônio Líquido**		**17.455**	**2.961**
Total do Ativo		**20.250**	**2.988**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**20.250**	**2.988**

**As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras*

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais)

			Reservas de lucros			
	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**–**	**–**	**–**	**–**	**–**
Integralização de Capital	12a	3.000	–	–	–	**3.000**
Prejuízo do exercício	12b	–	–	–	(39)	**(39)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**3.000**	**–**	**–**	**(39)**	**2.961**
Aumento de Capital	12b	15.000	–	–	–	**15.000**
Prejuízo Líquido do Exercício	12b	–	–	–	(506)	**(506)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**18.000**	**–**	**–**	**(545)**	**17.455**
Saldos em 30 de junho de 2023		**3.000**	**–**	**–**	**91**	**3.091**
Aumento de Capital	12b	15.000	–	–	–	**15.000**
Prejuízo Líquido do Semestre	12b	–	–	–	(636)	**(636)**
Saldos em 31 de dezembro 2023		**18.000**	**–**	**–**	**(545)**	**17.455**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) – Em 31 de dezembro e 31 de dezembro de 2022 *(valores expressos em reais mil)*

	Nota	2º semestre	2023	2022		Nota	2º semestre	2023	2022
Prejuízo líquido do exercício		**(636)**	**(506)**	**(39)**	**Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais**		**(5.591)**	**(3.462)**	**(12)**
Atividades Operacionais					**Atividades de Investimentos**				
Ajustes ao Lucro Líquido		**1.135**	**1.158**	**25**	Aquisição de Ativo Intangível	7	–	–	(32)
Amortização	7	3	4	–	**Fluxo de Caixa Proveniente das Atividades de Investimento**		**–**	**–**	**(32)**
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	1.330	1.334	–	**Atividades de Financiamentos**				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	(729)	(738)	–	Aporte de capital	12b	15.000	15.000	3.000
Provisão para Impostos sobre o Lucro		31	65	–	**Fluxo de Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento**		**15.000**	**15.000**	**3.000**
Provisão de Outras Obrigações		500	493	25	**(Redução)/Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa**		**9.409**	**11.538**	**2.956**
Variações em Ativos e Passivos		**(5.841)**	**(3.851)**	**2**	Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	5.085	2.956	–
(Aumento) em Operações de Crédito		(5.218)	(5.468)	–	Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício	4	14.494	14.494	2.956
(Aumento)/Redução em Outros Créditos		831	(593)	–	**(Redução)/Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa**		**9.409**	**11.538**	**2.956**
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		(1.753)	1.862	2					
Aumento em Obrigações Fiscais Correntes		299	348	–					
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais		**(5.342)**	**(3.199)**	**(12)**					
Impostos sobre o Lucro Pagos		(249)	(263)	–					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras *(em milhares de reais exceto quando indicado)*

1. Contexto Operacional – A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), anteriormente denominada Supplier Sociedade de Crédito Direto S.A., é uma sociedade por ações, controlada pela TOTVS Techfin S.A., constituída em 30 de novembro de 2020 e obteve autorização do Banco Central para desempenho das atividades em 03 de maio de 2022. A companhia iniciou suas atividades operacionais em 03 de maio de 2023 e tem por objeto social principal atuar na realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da prática de atividades correlatas, como: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. Em 30 de junho de 2022 a Supplier Administradora era a única controladora da TTSCD e detinha 100% da participação societária. Em agosto de 2022, a TOTVS S.A. segregou suas operações do segmento Techfin, incluindo a participação societária na Supplier Administradora e suas controladas, em uma nova empresa denominada TOTVS Techfin S.A. Esta alteração societária fez parte do plano para efetivação da *Joint Venture* entre TOTVS S.A. e Itaú Unibanco, divulgada ao mercado em abril de 2022. Posteriormente, em 31 de outubro de 2022, a TTSCD foi cindida da Supplier Administradora para a TOTVS Techfin, também como parte das ações predecessoras à finalização da operação. Atualmente a TTSCD atua como agente de financiamento da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier Administradora") e pretende se tornar uma entidade emissora de moeda eletrônica do tipo cartão de crédito pós-pago *private label* em 2024, a fim de fomentar a democratização do acesso a serviços financeiros às pequenas e médias empresas. O endereço do escritório da companhia é Avenida Paulista, 1728, 13º andar, São Paulo-SP. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central ("BACEN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), bem como o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020 que trata dos critérios para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R$), sendo a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 22 de março de 2024. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis –** Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração dos resultados:** O resultado é registrado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados ao resultado pelo critério pro rata dia, conforme condições de contratação. Em relação ao resultado de cessão de títulos de crédito, o reconhecimento ocorre no ato da cessão e é determinado pela taxa de desconto pactuada entre as partes. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras que são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações, utilizados na gestão de obrigações. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da TTSCD. **c. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas o risco de crédito:** As operações são registradas a valor presente, utilizando a taxa de juros pactuada conforme contrato, e enquadradas nos respectivos níveis de risco, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em um dos nove níveis (de "AA" a "H" – risco máximo) conforme os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99. Além da inadimplência, outros fatores considerados para a classificação de risco são grau de endividamento, situação econômico-financeira, entre outros, conforme Artigo 2º da Resolução CMN nº 2.682/99. A TTSCD realiza a cessão das operações de crédito periodicamente ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC Supplier") com transferência substancial de riscos e benefícios. De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/08, nas vendas ou transferências de ativos financeiros classificadas na categoria "operações com transferência substancial de riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve ser baixado. **d. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros à valor justo, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **e. Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com esta finalidade. É composto por: • Software: registrado pelo custo deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **f. Estimativas contábeis:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito – As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações. Mediante a atribuição do nível de risco é determinado o valor da provisão considerando os percentuais descritos pela norma. - Impostos diferidos – Ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **g. Novas Políticas Contábeis adotadas ou revisadas:** A seguir apresentamos revisões e alterações em normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2023 que não tiveram impacto ou tiveram impacto não significativo nas Demonstrações Financeiras da Companhia: • Instrução Normativa BCB nº 319/2022 revoga a partir de 1º de janeiro de 2023 a Carta Circular nº 3.429/2020, que estabelece regras para o registro contábil de obrigações tributárias em discussão judicial, trazendo convergência à norma internacional IAS 37, cujo correspondente do Brasil é o CPC 25 – Provisões para Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Seguindo as diretrizes do grupo, a TTSCD é aderente a esta norma, no entanto, atualmente não possui passivos ou ativos contingentes. • Resolução CMN nº 5.050 de 25/11/2022 dispõe sobre a organização e o funcionamento de sociedade de crédito direto e de sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica a partir de 1º de janeiro de 2023. A TTSCD é constituída e opera em conformidade com o disposto na referida norma. As seguintes normas e regulamentos entrarão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025: • A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. • A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo BACEN. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025. A avaliação, elaboração e aprovação do Plano de Implementação da TTSCD aos normativos acima citados, bem como o cronograma de implementação, serão realizados a partir do primeiro semestre de 2024. • A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. Para a TTSCD esta norma não é aplicável, pois não existem contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2023. Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. Disponibilidades

	2023	2022
Depósitos bancários	1.708	2.956
Letras Financeiras do Tesouro[1]	12.786	–
Total	**14.494**	**2.956**

[1] Referem-se a aplicações em títulos públicos de alta liquidez que estão sujeitas a um irrelevante risco de mudança de valor, cujo vencimento é 01 de março de 2024. **5. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito – a.**

Demonstração de Resultados – Períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	2023	2022
Receitas de Intermediação Financeira		**4.705**	**5.236**	**–**
Operações de Crédito	5e	4.398	4.928	
Resultado de Aplicações Financeiras		307	307	–
Despesas de Intermediação Financeira		**(3.042)**	**(3.214)**	
Operações de Crédito	5e	(3.042)	(3.214)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**1.663**	**2.021**	**–**
Despesas de Pessoal	14	(943)	(996)	–
Despesas Tributárias	14	(223)	(252)	(3)
Despesa com Processamento de Dados	14	(91)	(154)	(11)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	14	(131)	(139)	–
Outras Despesas Administrativas	14	(28)	(57)	(25)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	5c	(1.330)	(1.334)	–
Despesas com Amortização	7	(3)	(4)	–
Receitas/(Despesas) Operacionais		**(2.749)**	**(2.936)**	**(39)**
Resultado Operacional		**(1.086)**	**(915)**	**(39)**
Resultado antes das Receitas/(Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		**(1.086)**	**(915)**	**(39)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	13	729	738	–
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	13	(280)	(329)	
Lucro/(Prejuízo) do Período		**(636)**	**(506)**	**(39)**
Média Ponderada do Número de Ações		**13.608.066**	**13.608.066**	**3.000.000**
Lucro/(Prejuízo) por Ação R$		**(0,00005)**	**(0,00004)**	**(0,00001)**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º semestre	2023	2022
Prejuízo do Período		**(636)**	**(506)**	**(39)**
Outros Resultados Abrangentes		**–**	**–**	**–**
Resultado Abrangente do Período		**(636)**	**(506)**	**(39)**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Composição das operações de crédito por nível de risco e fluxo de vencimento

	Níveis de risco										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 31/12/2023	Total em 31/12/2022
Operações a vencer	**84**	**1.525**	**134**	**33**	**17**	**107**	**7**	**–**	**45**	**1.952**	**–**
1 a 30	84	1.283	132	24	17	73	7	–	45	1.665	–
31 a 60	–	159	1	7	–	34	–	–	–	201	–
61 a 90	–	52	1	2	–	–	–	–	–	55	
91 a 120	–	21	–	–	–	–	–	–	–	21	
121 a 150	–	10	–	–	–	–	–	–	–	10	
Provisão existente	–	8	1	1	1	31	3	–	45	**90**	**–**
Operações vencidas	**–**	**428**	**385**	**293**	**836**	**495**	**146**	**26**	**907**	**3.516**	**–**
1 a 30	–	428	385	89	390	6	1	–	69	1.367	–
31 a 60	–	–	–	204	253	230	2	–	538	1.226	–
61 a 90	–	–	–	–	193	217	20	1	20	451	–
91 a 180	–	–	–	–	–	42	123	25	125	315	–
181 a 360	–	–	–	–	–	–	–	–	155	155	–
Total de operações	**84**	**1.958**	**517**	**326**	**852**	**602**	**153**	**26**	**950**	**5.468**	**–**
Provisão existente	–	2	4	9	84	148	72	18	907	**1.245**	–
Total provisão existente	–	10	5	10	86	180	75	18	950	**1.334**	–

b. Setor de atividade econômica

	2023	2022
Comércio	2.856	–
Habitação	2	–
Indústria	492	–
Rural	44	–
Pessoa Física	128	–
Outros Serviços	1.946	–
Total	**5.468**	**–**

c. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

	2023	2022
Saldo inicial do período	**–**	**–**
Constituição	4	–
Saldo em 30 de junho de 2023	**4**	
Constituição	1.919	
Reversão	(589)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.334**	**–**

d. Abertura da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito por nível de risco

Nível	A vencer	Vencidas	Total	Percentual de Provisão[1]	Provisão contabilizada em 31/12/2023	Provisão contabilizada em 31/12/2022
AA	84	–	84	–	–	–
A	1.530	428	1.958	0,5%	10	–
B	132	385	517	1,0%	5	–
C	33	293	326	3,0%	10	–
D	16	836	852	10,0%	86	–
E	107	495	602	30,0%	180	–
F	7	146	153	50,0%	75	–
G	–	26	26	70,0%	18	–
H	43	907	950	100,0%	950	–
Total	**1.952**	**3.516**	**5.468**		**1.334**	**–**

[1] A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é calculada considerando os percentuais estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do BACEN por nível de risco.

e. Resultado com operações de crédito	2º semestre	2023	2022
Lucro na cessão de crédito	3.828	4.336	–
Prejuízo na cessão de crédito	(3.042)	(3.214)	–
Rendas de empréstimos e financiamentos	570	592	–
Total	**1.356**	**1.714**	**–**

Durante o exercício findo em dezembro de 2023 foi cedido o montante de R$ 268.067 em operações de crédito para o FIDC Supplier (R$ 0 em 2022). Não houve operações renegociadas ou recuperação de créditos baixados para prejuízo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

6. Outros Créditos	2023	2022
Créditos diversos [1]	585	–
Impostos pagos antecipadamente	267	–
Adiantamentos diversos	4	–
	856	**–**

[1] Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora de Cartões S.A. pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até um dia útil.

7. Intangível	Aquisição e desenvolvimento de software	
	2023	2022
Saldo Inicial	**32**	**–**
Adições	–	32
Amortização	(1)	–
Em 30 de junho de 2023	**31**	**–**
Amortização	(3)	–
Saldo Final	**28**	**32**

8. Obrigações Fiscais Correntes	2023	2022
Contribuição Social – CSLL	135	–
Imposto de Renda – IRPJ	195	–
Impostos sobre Folha de Pagamento	55	–
Contribuições sociais sobre receitas – Pis e Cofins	28	–
Outros Impostos a Recolher	2	2
Saldo final	**415**	**2**

continua …

Publicidade Legal

... continuação

TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

9. Provisão para pagamentos a efetuar

	2023	2022
Folha de Pagamento[1]	24	–
Fornecedores[1]	22	25
Total	**46**	**25**

[1] As referidas obrigações serão quitadas em até 30 dias.

10. Contingências – Em 31 de dezembro 2023 não há ações judiciais de natureza cível, fiscal ou trabalhista ativas ou passivas em que a TTSCD figure como parte (R$ 0 – 31 de dezembro de 2022).

11. Outros passivos

	2023	2022
Repasse Cobrança – FIDC Supplier[1]	1.838	–
Plano de remuneração baseado em ações[2]	496	–
Total	**2.334**	**–**

[1] Referem-se aos pagamentos recebidos pelos clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil. [2] Referem-se à provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores, que serão revertidos em ações da TOTVS S.A. Os valores serão pagos na data de realização do plano. • Plano de remuneração baseado em ações: A TTSCD, bem como as demais empresas que compõem o Grupo TOTVS, mensuram o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Plano de Incentivo baseado em Ações estabelece regras para que determinados participantes e administradores possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da TOTVS, que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética da Companhia e suas controladas, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente. O plano de ações restritas outorgados até 2021, concediam aos beneficiários três tipos de programas: (i) Ações restritas regulares: os participantes elegíveis terão direito de receber as ações restritas do Programa Regular ao final do período de carência. Durante o período de carência do Programa Regular, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. (ii) Programa de sócios: os participantes elegíveis deste plano terão direito de receber as Ações Restritas do Programa de Sócios ao final do período de carência, desde que o participante possua na data de outorga das Ações Restritas e mantenha, de forma contínua e ininterrupta, inclusive na data de entrega das Ações Restritas, o equivalente a 12 (doze) salários brutos fixos mensais investidos em Ações da Companhia. Durante o período de carência do Programa de Sócios, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. (iii) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá, com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério, utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito. deste plano para concessões adicionais aos beneficiários. A partir de 2022, passou a vigorar um novo plano de ações restritas, concedendo aos beneficiários quatro tipos de programa: (i) Programa ILP Destaques; (ii) Programa ILP Master; (iii) Programa ILP Performance. Para os três programas listados acima, os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência e durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS: (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/). (iv) Bônus discricionário em ações restritas: ainda neste plano será permitido, dentro do limite de diluição das ações previsto, o Conselho poderá utilizar eventual saldo remanescente de Ações Restritas no âmbito deste plano para concessões adicionais aos beneficiários com o objetivo de atratividade e retenção de determinados indivíduos-chave da Companhia e/ ou subsidiárias da Companhia, a seu exclusivo critério. O valor justo das ações restritas é o valor de mercado na data da concessão de cada plano. Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

				Premissa de valor justo Expectativa de:	
Data	**Planos**	**Quantidade de ações restritas**	**Valor justo das ações**	**Dividendos**	**Prazo de maturidade**
07/05/2021	Regular	1.999.900	29,39	1,31%	3 anos
07/05/2021	Sócios	1.257.680	29,39	1,31%	3 anos
29/04/2022	Destaques	637.338	31,67	1,23%	3 anos
29/04/2022	Master	399.283	30,90	1,23%	5 anos
29/04/2022	Performance	1.776.226	31,67	1,23%	3 anos
05/05/2023	Conselho	20.180	26,84	1,10%	3 anos
05/05/2023	Destaques	1.350.716	26,84	1,10%	3 anos
05/05/2023	Master	467.455	26,21	1,13%	5 anos
05/05/2023	Performance	2.363.319	26,84	1,10%	3 anos

O efeito acumulado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é R$ 496 (R$ 0 em 2022), registrado em Despesas de Pessoal. **12. Patrimônio Líquido – a. Capital social:** O Capital Social da Companhia é representado por 17.839.260 de ações ordinárias (em 31 de dezembro de 2022 – 3.000.000), em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 18.000 (em 31 de dezembro de 2022 – R$ 3.000) totalmente subscrito e integralizado. **b. Resultado por ação:** O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no prejuízo/lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média de ações ordinárias em circulação, calculado como a seguir:

Média ponderada do número de ações ordinárias	2023	2022
Ações ordinárias em 1º de janeiro	3.000.000	
Ações ordinárias em 30 de junho	3.000.000	
Ações ordinárias em 31 de outubro[1]	8.065.905	

Média ponderada do número de ações ordinárias	2023	2022
Ações ordinárias em 31 de dezembro[2]	17.839.260	3.000.000
Média do número de ações ordinárias	13.608.066	3.000.000
Prejuízo do período	(506)	(39)
Prejuízo por ação	**0,00005**	**(0,00001)**

[1] Em 21 de agosto de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$5.000, passando de R$ 3.000 para R$ 8.000, mediante a emissão de 5.065.905 (cinco milhões, sessenta e cinco mil, novecentas e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R$ 0,986990393 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de outubro de 2023. [2] Em 08 de dezembro de 2023 foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital da Companhia em R$10.000, passando de R$ 8.000 para R$ 18.000, mediante a emissão de 9.773.355 (nove milhões, setecentos e setenta e três mil, trezentos e cinquenta e cinco) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, correspondente a R$ 1,0231900918 por ação. A alteração foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 19 de dezembro de 2023. **c. Reserva de lucros:** É constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária. **d. Dividendos a pagar:** Conforme previsto no Estatuto Social, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. **13. Imposto de renda e contribuição social – a. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2º semestre	2023
Prejuízo antes da tributação	(1.086)	(915)
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada de 40%	434	366
Ajustes para demonstração de taxa efetiva		
Prejuízo fiscal	–	6
Crédito tributário sobre provisões não constituído em 2022	–	10
Incentivos Lei Rouanet	4	4
Ajuste do adicional IRPJ (10%)	11	23
Despesa de imposto de renda e contribuição social	**449**	**409**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(280)	(329)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	729	738
Taxa efetiva	**41,4%**	**44,9%**

b. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social: Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas principalmente por provisões temporariamente indedutíveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. A Companhia adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e para contribuição social 15%. Em 31 de dezembro não existem créditos tributários não reconhecidos.

	2023	2022
Natureza e origem dos créditos tributários		
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	534	–
Provisão para publicação das demonstrações financeiras	5	–
Provisão de incentivo a longo prazo	199	–
Total	**738**	**–**

Expectativa de realização: A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de resultados tributáveis aprovados pela Administração em um período inferior a 5 anos.

14. Despesas Administrativas

	2º semestre	2023	2022
Despesas de Pessoal	(943)	(996)	–
Despesas Tributárias	(223)	(252)	(3)
Despesa de Proc. de Dados	(91)	(154)	(11)
Despesa de Serv. Especializados	(131)	(139)	–
Outras Despesas Administrativas	(28)	(57)	(25)
Total	**(1.416)**	**(1.598)**	**(39)**

15. Transações com partes relacionadas – As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN. Essas transações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

a) Transações *intercompany*		2023
Ativo (passivo)	**Coligadas**	**Controladora**
Disponibilidades[1]	–	1.704
Devedores diversos – país[2]	585	–
Liquidações pendentes[3]	1.838	–
Provisão de incentivo a longo prazo [5]	–	496
Receita (despesa)		
Lucro/(prejuízo) na cessão de crédito [4]	1.122	–
Outras receitas/(despesas) *intercompany* [5]	–	(420)

	2º semestre	
	Coligadas	**Controladora**
Receita (despesa)		
Lucro/(prejuízo) na cessão de crédito [4]	786	–
Outras receitas/(despesas) *intercompany* [5]	(420)	–

[1] Refere-se ao valor em conta corrente que a TTSCD possui no Itaú Unibanco. [2] Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora de Cartões S.A. pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até um dia útil. [3] Referem-se aos pagamentos recebidos pelos clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil. 4 Refere-se ao resultado das cessões de crédito realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier). As condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC. 5 Referem-se à provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores, que serão revertidos em ações da TOTVS S.A. Os valores serão pagos na data de realização do plano. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não realizou transações com partes relacionadas. **b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** A remuneração atribuída à Diretoria da TTSCD no período corresponde a:

	2º semestre	2023
Honorários	(188)	(188)
Total	**(188)**	**(188)**

Não houve pagamento de remuneração do Pessoal Chave da Administração em 2022. **16. Gerenciamento de Riscos –** A TTSCD considera o gerenciamento de riscos fundamental para o processo de tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade e otimização da relação risco *versus* retorno. O gerenciamento de riscos é efetuado de forma estruturada e contínua, abrangendo a avaliação e o controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional incorridos na TTSCD. As diretrizes e regras do gerenciamento de riscos encontram-se formalizadas e divulgadas em políticas e procedimentos internos. **a. Gestão de Capital:** A TTSCD possui uma estrutura de gerenciamento de capital cujo objetivo é monitorar o capital mantido por ela de modo a assegurar que o Patrimônio Líquido esteja devidamente enquadrado nos critérios estabelecidos pela Resolução CMN 5.050, que prevê o limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido de R$1.000.000,00 (um milhão de reais). **b. Gestão de Risco Operacional:** A TTSCD define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Para a gestão do risco operacional, a Companhia estabeleceu a estrutura de gerenciamento de risco operacional que deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados ao negócio, bem como identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da empresa. **c. Gestão de Risco de Mercado:** A estrutura e as estratégias para gerenciamento de risco de mercado da Companhia são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras e v) novas transações, atividades e operações complexas. O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças das taxas de juros de mercado refere-se principalmente à instrumentos financeiros (incluindo empréstimos) e títulos a receber (devido as cessões de carteira), sendo monitorado continuamente apesar do risco não ser significativo. **d. Gestão de Risco de Crédito:** É o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da TTSCD, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência dos clientes. A Companhia mitiga o risco de crédito por meio de cessões diárias junto ao FIDC, com transferência substancial dos riscos e benefícios de todas as operações de crédito, permanecendo na carteira apenas as operações cuja cessão não atende aos critérios de estabelecidos no regulamento do fundo. Tal volume é consideravelmente baixo considerando o total de implantações de financiamento de atraso na Companhia. Adicionalmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas. São observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. **e. Gestão de Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo. A seguir elencamos as operações da Companhia suscetíveis ao risco de liquidez:

Ativos	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	14.494	2.956
Total	**14.494**	**2.956**

17. Outras Informações – a. Operações com derivativos: Até 31 de dezembro de 2023 e 2022 a TTSCD não realizou operações com derivativos. **b. Resultado não recorrente:** A classificação de resultados recorrentes e não recorrentes na TTSCD está atrelada a previsibilidade e frequência dos eventos, considerando as atividades regulares desempenhadas pela Companhia. Não há resultados não recorrentes a serem informados em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **c. Adoção Resolução CNN 4.966/21:** O cronograma para implementação da resolução CMN 4.966/21 terá as seguintes fases: Fase 1: Avaliação de impactos da implementação da norma; Fase 2: Análise dos conceitos e critérios contábeis, desenvolvimento da metodologia, análise da governança e de outros impactos no negócio; Fase 3: Homologação dos processos sistêmicos; Fase 4: Implantação em produção. **18. Eventos subsequentes –** A Companhia não identificou eventos subsequentes até a data da aprovação destas demonstrações financeiras.

Diretoria

Mario da Silva Rodrigues **Leandro Rodrigues Hosizawa**

Contadora

Évelin Rodrigues Pereira – CRC 1SP 234.196/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e aos administradores da
TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
2SP - 027.685/O-0 'F'
Vitor David Bezerra Colavitti
Contador CRC 1SP 329.743/O-6

REC SS Marginal Direita Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 14.457.050/0001-07 – NIRE 35.300.451.155

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 19.414.705,00, dividido em 19.414.705 ações, **para** R$ 19.279.705,00, dividido em 19.279.705 ações sendo a redução, portanto, de R$ 135.000,00 mediante o cancelamento de 135.000 ações ordinárias, realizada mediante, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 134.460,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 540,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 19.279.705,00, dividido em 19.279.705 ações das seguintes espécies e classes: 19.279.695 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 19.279.705,00, dividido em 19.279.705 ações das seguintes espécies e classes: 19.279.695 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 21.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária." **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Jaguaré SJ Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 15.159.831/0001-88 – NIRE 35.226.341.835

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 37.736.576,00, dividido em 37.736.576 ações, **para** R$ 37.415.839,00, dividido em 37.415.839 ações, realizada mediante a devolução de capital, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 319.454,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 1.283,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 37.415.839,00, dividido em 37.415.839 ações das seguintes espécies e classes: 37.415.829 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 37.415.839,00, dividido em 37.415.839 ações das seguintes espécies e classes: 37.415.829 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

Data Mercantil
A melhor opção
para sua empresa

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição**: VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. "Companhia" tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento de histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciados. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R$ 1 real cada ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% da empresa Pontomais Tecnologia S.A., e em 27 de março de 2023 foi realizada aquisição de 44% das ações totalizando 95% das ações da empresa, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirido 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Globall Serviços de Marketing S.A., e em 09 de novembro de 2023 foi realizada aquisição de 24,90% das ações totalizando 100% das ações da empresa, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A, e sua atividade consiste no serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% da empresa VExpenses S.A, e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software, cessão de direito de uso de sistema de computação, dentre outros. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2023, foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

A Administração

São Paulo, 28 de março de 2024

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		**2.446.749**	**1.783.669**
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.714.308	1.070.785
Contas a receber de clientes (líquido de provisão para perdas esperadas)	5	632.460	626.604
Impostos a recuperar	6	93.820	81.741
Despesas antecipadas		625	553
Outras contas a receber		5.536	3.986
Não Circulante		**696.064**	**474.952**
Imposto diferido	12b	133.280	126.629
Depósitos judiciais	10	801	776
Contas a receber com partes relacionadas	7	36.492	–
Investimentos	8	406.881	260.495
Imobilizado	9	16.590	56.053
Intangível	10	102.020	30.999
Total do ativo		**3.142.813**	**2.258.621**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante		**2.434.798**	**1.642.663**
Créditos em circulação	13	2.184.320	1.516.784
Fornecedores	14	9.883	23.319
Obrigações fiscais	15	55.926	31.304
Obrigações trabalhistas	16	65.480	40.090
Valores a pagar para sociedades ligadas	28	24.198	–
Outras obrigações	17	94.991	31.166
Não Circulante		**39.625**	**16.303**
Fornecedores	14	8.295	–
Obrigações trabalhistas	16	19.048	–
Provisão para contingências	11a	2.750	1.821
Valores a pagar para sociedades ligadas	28	9.532	14.482
Patrimônio Líquido		**668.390**	**599.655**
Capital social	18	154.405	154.405
Reservas de capital		294.782	294.782
Reservas de lucros		215.804	145.608
Dividendos obrigatórios não distribuídos		3.399	4.860
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.142.813**	**2.258.621**

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	808.428	663.980
Custo dos serviços vendidos	20	(474.200)	(422.096)
Resultado operacional bruto		**334.228**	**241.884**
Despesas gerais e administrativas	21	(111.763)	(61.400)
Despesas com pessoal	22	(233.567)	(191.750)
Despesas tributárias	23	(58.528)	(34.639)
Resultado de participação	8	(12.738)	(10.624)
Reversões (provisões) diversas	25	(497)	737
Outras receitas (despesas) operacionais	26	47.389	34.353
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		**(35.476)**	**(21.439)**
Resultado financeiro	24	144.115	103.177
Resultado operacional		**108.639**	**81.738**
Resultado não operacional		(1.779)	(1.194)
Resultado antes da tributação		**106.860**	**80.544**
Imposto de renda e contribuição social	12a	(42.522)	(20.878)
Imposto diferido	12a	6.652	(328)
Lucro líquido do exercício		**70.990**	**59.338**
Lucro líquido por ações		**0,46**	**0,38**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Capital a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal	Outras Reservas de lucro	Dividendos obrigatórios não distribuídos	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**154.405**	**–**	**294.782**	**4.556**	**84.533**	**2.041**	**–**	**–**	**540.317**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	59.338	59.338
Destinação proposta:									
Reservas/Dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	–	2.967	53.552	2.819	–	(59.338)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**154.405**	**–**	**294.782**	**7.523**	**138.085**	**4.860**	**–**	**–**	**599.655**
Outras reservas de lucro					2.041	(2.041)	–		–
Dividendos distribuidos	–	–	–	–	–	(2.819)	–	–	(2.819)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	70.990	70.990
Ajuste de exercicio anterior							564	–	564
Destinação proposta:									
Reservas/Dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	–	3.578	64.577	3.399	(564)	(70.990)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**154.405**	**–**	**294.782**	**11.101**	**204.703**	**3.399**	**–**	**–**	**668.390**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**70.990**	**59.338**
Outros resultados abrangentes	564	–
Resultados abrangentes do exercício	**71.554**	**59.338**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	70.990	59.338
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	28.448	14.620
Resultado de participação em controlada	12.738	10.624
Provisão (reversão) para perda ao valor recuperável	9.216	13.494
Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade	54.149	9.610
Provisão (reversão) para despesas diversas	–	(202)
Provisões (reversão) para riscos fiscais	929	286
Provisão pára incentivos de longo prazo	18.441	–
Imposto de renda diferido	(6.652)	328
Ajuste de exercicio anterior	564	–
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	42.522	20.878
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Aumento em contas a receber de clientes	(15.073)	(177.746)
Aumento em impostos a recuperar	34.967	608
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(72)	(112)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(1.550)	(765)
(Aumento) redução em depósitos judiciais	(25)	(7)
Aumento em créditos em circulação	667.536	209.615
Aumento (redução) em fornecedores	13.909	7.099
Redução em obrigações fiscais	(17.901)	(8.757)
Aumento em obrigações trabalhistas	6.949	9.632
Redução em outras obrigações	9.676	1.800
Aumento (Redução) em mutuo a receber	(36.492)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(47.046)	(26.441)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	846.223	143.902
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de investimento	(159.124)	–
Aquisição de imobilizado de uso	(12.321)	(30.489)
Alienação de imobilizado de uso	419	14.340
Aquisição de intangível	(48.103)	(14.327)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(219.129)**	**(30.476)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Valores a pagar (pagos) para sociedades ligadas	(16.429)	(1.710)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**(16.429)**	**(1.710)**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**643.523**	**111.716**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.070.785	959.069
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.714.308	1.070.785
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**643.523**	**111.716**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – Objeto social: A VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista-SP – CEP 04553-900. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1.976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas e quando acionistas e cotistas deliberam pela adoção dessa faculdade. Smart.Net Holdings S.A. é a controladora dessa Companhia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 26 de março de 2024 **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Principais políticas e práticas contábeis –** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras.

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23). Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26). Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23). Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32)

a. Instrumentos financeiros – Não derivativos: Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. ***(i) Caixa e equivalentes de caixa:*** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. ***(ii) Recebíveis:*** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em Circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e - Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: – Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; – Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A "Companhia" mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e *joint-venture* é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **Combinação de negocios:** As combinações de negócio são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de ativos adquiridos atende à definição de negócio e o controle é transferido para a companhia determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a companhia avalia se o conjunto adquirido inclui pelo menos uma entrada e um processo substantivo que juntos contribuem significativamente para a capacidade de gerar resultados futuros. A contraprestação transferida é geralmente mensurada pelo valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio resultante da transação é testado anualmente quanto à redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui valores relativos ao pagamento de relacionamentos pré- existentes. Esses valores são geralmente reconhecidos na demonstração do resultado. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente for classificada como um instrumento de patrimônio, ela não é remensurada e a liquidação é registrada no patrimônio. A contraprestação contingente restante é remensurada ao valor justo a cada data de relatório e as alterações subsequentes no valor justo são registradas na demonstração do resultado. **d. Ágio:** O ágio relacionado com a controlada e *joint-venture* é incluido no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **e. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **f. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **g. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022. **h. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **i. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade. O VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **j. Incentivo variavel de longo prazo:** O presente Plano de Incentivo tem por objetivo preponderante a criação de incentivos e mecanismos de retenção de determinados executivos e com alto potencial para a Companhia, bem como estimular a consecução dos objetivos da Companhia por meio da possibilidade de aquisição de incentivo de longo prazo pelos participantes. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo. O pagamento baseado em ações é contabilizado pelo valor dos instrumentos patrimoniais concedidos e este custo é reconhecido durante o período de aquisição do direito de exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado é determinado por referência ao valor justo das condições de aquisição (em particular quando um funcionário permanece na empresa por um período específico). O valor de incentivo coletivo será definido a depender do valor final da companhia, por meio de Valuation da Companhia, que observará o seguinte critério: 30% do valor equivalente a 4 vezes a Receita Bruta do último exercício e 70% equivalente a 12 vezes o Ebitda, acrescido do Resultado Financeiro, do último exercício, prazo final em 2027. **k. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **l. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto

continua …

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Passivos contingentes** – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos cíveis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. **Provisões** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **m. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **n. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, com base nas alíquotas vigentes.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Bancos conta movimento	17.752	26.544
Aplicações financeiras (*)	1.696.556	1.044.241
	1.714.308	**1.070.785**

(*) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 89,43% a 104% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 02 de janeiro de 2024 a 11 de maio de 2026 (2022 – 92% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 27 de fevereiro de 2023 a 15 de dezembro de 2025), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liquidez imediata podendo ser resgatados a qualquer momento sem qualquer penalidade.

5. Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes	649.655	642.210
Contas a receber de partes relacionadas	–	2.020
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	(17.195)	(17.626)
	632.460	**626.604**

Contas a receber de clientes são relativos aos produtos de alimentação e refeição com vencimento no máximo de 90 dias. O vencimento dos contas a receber de clientes na data das demonstrações financeiras era:

	2023	2022
A vencer		
Até 90 dias	625.734	571.850
Vencidas		
De 30 a 90 dias	5.673	49.001
De 91 a 180 dias	351	4.390
De 181 a 360 dias	17.987	18.989
Saldo no fim do exercício	**649.655**	**644.230**

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(17.626)	(18.447)
(+) Adições (líquidas de reversões)	431	821
Saldo no fim do exercício	**(17.195)**	**(17.626)**

	2023	2022
A vencer		
Até 90 dias	(3.101)	(1.497)
Vencidas		
De 30 a 90 dias	(462)	(2.339)
De 91 a 180 dias	(188)	(1.213)
De 181 a 360 dias	(13.444)	(12.577)
Saldo no fim do exercício	**(17.195)**	**(17.626)**

6. Impostos a recuperar

	2023	2022
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	13.671	12.967
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	65.205	58.085
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	14.648	10.546
Outros	296	143
	93.820	**81.741**

7. Contas a receber com partes relacionadas – Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou mutuo a receber com a Audaz Tecnologia S.A. (Controlada)., no valor de R$ 36.492 à taxa média 102% do Certificado de Depósito Interbancário.

8. Investimento – Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% no valor de R$ 27.017, da empresa Pontomais Tecnologia S.A., que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, gerando assim, um ágio de R$ 21.320, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adiquirido 50% da empresa Mazi Holding Ltda., controlada em conjunto, que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Globall Serviços de Marketing S.A. controlada em cojunto, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, gerando assim, um ágio de R$ 9.212, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A, controlada em conjunto, e sua atividade consiste no serviço de gestão de benefícios de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, gerando assim, um ágio de R$ 17.426, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 27 de março de 2023, foi realizada a aquisição de 44% no valor de R$ 88.780, da empresa Pontomais Tecnologia S.A., gerando assim, um ágio de R$ 88.010, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de janeiro de 2023 e 27 de março de 2023. Em 23 de junho de 2023, foi realizado aumento de capital no valor R$ 5.000, na empresa Pontomais Tecnologia S.A, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de julho de 2023. Em 09 de novembro de 2023, foi realizada a aquisição de 24,90% no valor de R$ 7.000, da empresa Globall Serviços de Marketing S.A., totalizando 100% das ações da empresa, gerando assim, um ágio de R$ 7.690, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de novembro de 2023. Em 10 de outubro de 2023, foi realizada a aquisição de 60% no valor de R$ 52.539, da empresa VExpenses S.A, e sua atividade consiste no serviço de desenvolvimento de software; cessão de direito de uso de sistema de computação, eventos, treinamentos, palestras, conferencias e atividades de apoio a empresas; prestação de serviços administrativos para terceiros, serviços especializados em tratamento de dados, prestação de serviços de consultoria empresarial e prestação de serviços de assessoria econômica e financeira, , gerando assim, um ágio de R$ 49.831, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de outubro de 2023. **Contraprestação contingente:** O companhia concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R$ 29.061 dentro de um prazo de 1 anos, caso a receita bruta seja superior R$13.500, em 31 de dezembro de 2023 o valor justo da contraprestação contingente e de R$ 24.198: Os investimentos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim apresentados:

	2023	2022
Investimentos em controladas em conjunto	206.481	212.419
Capital a integralizar em controlada (*)	1.800	4.581
Contraprestação contingente	24.198	–
Ágio sobre investimento	174.402	43.495
	406.881	**260.495**

(*) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas: Segue abaixo informações sobre as empresas controladas e controladas em conjunto. As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	% Participação		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo)		Valor contábil do investimento		Resultado de participação	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
PontoMais tecnologia S.A.	95,39	51,00	1.943	2.599	(5.656)	(8.946)	1.853	1.326	(4.798)	(4.371)
Globall serviços de marketing S.A	100	75,10	(4.212)	(1.352)	(2.876)	(2.425)	(4.212)	(1.016)	(2.518)	(1.804)
Audaz Tecnologia S.A	50,10	50,10	1.261	10.837	(9.576)	(2.280)	632	5.429	(5.012)	(1.142)
VExpenses S.A	60	–	1.005	–	(1.908)	–	603	–	(304)	–
Mazi Holding Ltda.	50,00	50,00	414.776	413.360	(212)	(6.614)	207.605	206.680	(106)	(3.307)
			414.773	**425.444**	**(20.228)**	**(20.265)**	**206.481**	**212.419**	**(12.738)**	**(10.624)**

Para fins de equivalência patrimonial da controlado em conjunto, foi adotado o balanço de 31/12/2023, conforme demonstramos a seguir: Mazi Holding Ltda.

Ativo		**Passivo e patrimônio líquido**	
Ativo circulante	16	Passivo circulante	257
Ativo não circulante	415.017	Passivo não circulante	–
Investimentos	415.017	Patrimônio líquido	414.776
Total do ativo	**415.033**	**Total do passivo e PL**	**415.033**

O ágio é representado pela diferença entre o valor justo comparado com o valor contábil, fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do potencial da empresa. O ágio está sujeito a analise anual de rentabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 15. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:

	2023	2022
PontoMais tecnologia S.A.	102.630	21.438
Globall Serviços de Marketing S.A.	10.958	4.631
Audaz Tecnologia S.A	10.982	17.426
VExpenses	49.832	–
	174.402	**43.495**

9. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2023 Custo corrigido	2023 Depreciação acumulada	2023 Líquido	2022 Custo corrigido	2022 Depreciação acumulada	2022 Líquido
Equipamentos de informática	20%	37.286	(32.005)	5.281	37.059	(30.631)	6.428
Máquinas e aparelhos	10%	1.093	(716)	377	1.068	(643)	425
Móveis e utensílios	10%	1.365	(597)	768	1.169	(534)	635
Outras imobilizações em curso	–	–	–	–	46.146	–	46.146
Ativo direito de Uso	20%	10.634	(709)	9.925	11.776	(9.499)	2.277
Outros	10%	593	(354)	239	453	(311)	142
		50.971	**(34.381)**	**16.590**	**97.671**	**(41.618)**	**56.053**

Movimentação do imobilizado	2023	2022
Saldo no início do exercício	56.053	45.090
(+) Adições	12.321	30.489
(-) Movimentação/Baixa	(419)	(14.340)
(-) Transferência	(46.146)	–
(-) Depreciação	(5.219)	(5.186)
Saldo no fim do exercício	**16.590**	**56.053**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Axa Seguros S.A. no valor de R$ 70.513 (R$ 70.000 em 2022).

10. Intangível

	2023	2022
Gastos de implantação de sistemas	104.274	57.320
Outras imobilizações em curso	28.919	–
Mais valia	16.106	–
Amortização acumulada	(47.279)	(26.321)
	102.020	**30.999**

Em 2023 e 2022 não foram realizadas baixas de itens totalmentes amortizados, a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos.

Movimentação do intangível	2023	2022
Saldo no início do exercício	30.999	26.106
(+) Adições	48.103	14.327
(-) Transferência	46.146	–
(-) Amortização	(23.229)	(9.434)
Saldo no fim do exercício	**102.020**	**30.999**

11. Ativos e passivos contingentes – A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais. **a. Provisão para riscos e obrigações legais por natureza:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2023 Quantidade de Ações	2023 Provisão contábil	2023 Depósito judicial	2022 Quantidade de Ações	2022 Provisão contábil	2022 Depósito judicial
Fiscais						
Remota	1	730	730	1	730	730
Trabalhistas						
Possível	19	1.442	–	15	998	30
Provável	9	447	71	4	59	16
Cíveis						
Provável	23	131	–	1	34	–
Ativo não circulante	–	–	**801**	–	–	**776**
Passivo não circulante	–	**2.750**	–	–	**1.821**	–

	2023	2022
Provisão para riscos fiscais	730	730
Provisão para riscos trabalhistas	1.889	1.057
Provisão para riscos cíveis	131	34
Total	**2.750**	**1.821**

b. Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2022	**730**	**622**	**184**	**1.536**
Constituição	–	869	–	869
Baixas	–	(434)	(150)	(584)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**730**	**1.057**	**34**	**1.821**
Constituição	–	1.028	97	1.125
Baixas	–	(196)	–	(196)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**730**	**1.889**	**131**	**2.750**

No risco das reclamações trabalhistas, as ações são acompanhadas internamente, levando em consideração as análises de advogados externos sobre as probabilidades de êxitos e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação, a Companhia utiliza 73,50% como fator de risco para todas as ações judiciais. Nos riscos fiscais e cíveis, as ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo.

12. Imposto de renda e contribuição social – (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	106.860	80.544
Exclusões (adições):	100.596	29.615
Despesas indedutíveis	8.525	9.760
Provisões diversas	92.071	19.855
Lucro ajustado	**207.457**	**110.159**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (b)	6.652	(328)
Reversão de Imposto de renda e contribuição social s/incentivos fiscais (d)	5.246	4.997
Imposto de renda e contribuição social corrente	(47.768)	(25.875)

(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Saldos em 31/12/2022	Constituição	(Realização)	Saldos em 31/12/2023
Provisão para contingências	619	316	–	935
Provisão para perda esperada	14.904	18.410	(147)	33.167
Provisão para incentivos de longo prazo	–	6.944	–	6.944
Prejuízo fiscal e base negativa	111.106	2.289	(21.161)	92.234
Total	**126.629**	**27.959**	**(21.308)**	**133.280**

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e contribuição social:

Ano	2023	2022
2023	–	13.267
2024	13.761	7.256
2025	18.932	7.431
2026	26.951	7.660
2027	34.103	9.133
2028	19.010	27.340
2029 a 2033	20.523	54.542
Total	**133.280**	**126.629**

O valor presente dos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, e prejuízo fiscal e base negativa considerando a taxa média de captação, é de R$ 83.588 (R$ 72.772 em 2022). (d) A Companhia aderiu a Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como a Lei do Bem, que tem por finalidade a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. **13. Créditos em circulação –** Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é no montante de R$ 2.184.320 (R$ 1.516.784 em 2022). Dentro da rúbrica crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) no montante de R$ 253.365 (R$ 226.708 em 2022), atualizado a taxa de 125% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.

14. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	36.981	22.193
Fornecedores de Vale Transporte	246	1.126
Total	**37.227**	**23.319**
Circulante	**28.932**	**23.319**
Não circulante	**8.295**	**–**

15. Obrigações fiscais

	2023	2022
Provisão para PIS e COFINS	2.332	2.563
Provisão para ISS	1.589	1.182
Provisão para imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	34.699	18.935
Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	13.070	6.940
Outros	4.236	1.684
	55.926	**31.304**

16. Obrigações trabalhistas

	2023	2022
Participações nos lucros(1)	21.590	18.426
Programa de incentivo a longo prazo (2)	20.423	1.983
Provisão de férias	16.350	13.723
Encargos sociais e outras	7.117	5.958
Total	**65.480**	**40.090**

(1). A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício**. (2)**. Em janeiro 2020 a companhia estabeleceu o programa de pagamento baseado em ações que permitia ao pessoal-chave da administração a aquisição de ações. Em 1 de janeiro de 2023, uma nova outorga em termos semelhantes foi oferecida ao pessoal-chave da administração e aos funcionários seniores, com perio de vesting em 5 anos. O plano foi criado com os seguintes objetivos: (i) atrair, reter e motivar os beneficiários; (ii) gerar valor para os acionistas; e (iii) incentivar a visão empreendedora do negócio. Este plano de incentivo não causará, em nenhuma hipótese, o direito do participante tornar-se sócio quotista da Companhia, já que eventual incentivo será pago nos termos das regras do plano de incentivo.

17. Outras obrigações

	2023	2022
Provisão com programa de fidelidade (*)	80.355	26.206
Notas de créditos a pagar	14.608	4.942
Outros	28	18
Total	**94.991**	**31.166**

(*) VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras. **18. Patrimônio Líquido – Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R$ 154.405 (R$ 154.405 em 2022), dividido em 154.404.309 ações (154.404.309 em 2022), de valor nominal unitário de R$ 1,00 (um real). **Reserva Legal e Dividendos:** O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2023, foi destinado R$3.399 (R$2.819 em 2022) para Dividendos obrigatórios não distribuídos. **Reserva de Capital:** Em 17 de abril de 2020, foi constituída reserva de R$ 294.782, mediante a aumento de capital realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

19. Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de prestação de serviço a clientes	49.506	26.167
Receita de prestação de serviço a estabelecimentos	775.738	651.373
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(16.816)	(13.560)
	808.428	**663.980**

20. Custo dos serviços vendidos

	2023	2022
Custo de amortização e depreciação	(22.831)	(14.556)
Custo de confecção de cartões	(25.794)	(16.812)
Custo de serviços de terceiros (1)	(67.907)	(55.905)
Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos	(48.213)	(32.938)
Custo de comunicações e correios	(11.096)	(9.996)
Custo de serviços de processamento de dados (2)	(77.027)	(60.495)
Custo de bonificação (3)	(56.499)	(163.470)
Custo de Fidelidade (4)	(164.833)	(67.924)
	(474.200)	**(422.096)**

(1) Custo de contratos firmados com prestadores de serviços tecnológicos inerentes à manutenção do negócio. **(2)** Custo de rede de captura das transações, servidores e manutenção de software. **(3)** Bonificações concedidas a clientes, conforme contrato firmado. **(4)** Programa de fidelidade com os clientes, conforme contrato firmado.

continua ...

Publicidade Legal

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

21. Despesas gerais e Administrativas

	2023	2022
Despesas de amortização e depreciação	(5.617)	(64)
Despesas de Comunicações	(1.178)	(504)
Despesas de serviços de terceiros (1)	(45.637)	(30.631)
Despesas de propaganda e publicidade	(39.147)	(17.664)
Despesas com viagens/estadias e locomoções	(3.888)	(1.536)
Despesas de manutenção e conservação	(1.621)	(1.412)
Despesas de processamento de dados	(7.376)	(4.973)
Outras	(7.299)	(4.616)
	(111.763)	**(61.400)**

(1) Refere-se principalmente a contratos firmados com prestadores de serviços por parte relacionadas (nota 28).

22. Despesas com pessoal

	2023	2022
Salários	(112.564)	(98.535)
Gratificação	(1.666)	(614)
Encargos	(38.818)	(34.381)
Benefícios (1)	(37.062)	(31.086)
Participação nos resultados (2)	(41.934)	(25.488)
Despesas diversas de pessoal	(1.523)	(1.646)
	(233.567)	**(191.750)**

(1) A Companhia possui plano de assistência médica, seguro de vida e benefícios PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para todos os funcionários. **(2)** A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados ao fim de cada exercício, e programa de incentivos de longo prazo que buscam recompensar o colaborador que permanecem períodos na empresa.

23. Despesas tributárias

	2023	2022
PIS	(8.638)	(5.899)
COFINS	(41.282)	(28.240)
Outros impostos (*)	(8.608)	(500)
	(58.528)	**(34.639)**

(*) Refere-se principalmente a IOF sobre aplicações financeiras.

24. Resultado financeiro

	2023	2022
Juros pagos ou incorridos	(515)	(362)
Juros recebidos ou incorridos	6.137	9.480
Variação monetária (*)	(1.421)	86
Aplicações financeiras	138.868	92.683
Remuneração de impostos a compensar	3.918	4.703
Despesas bancárias	(3.765)	(3.689)
Descontos concedidos	(33)	(19)
Outras	926	295
	144.115	**103.177**

(*) Refere-se principalmente a atualização de valores a pagar para sociedades ligadas.

25. Reversões (provisões) diversas

	2023	2022
Provisão/reversão para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5)	431	821
Provisão/reversão das provisões para riscos fiscais e obrigações legais	(929)	(286)
Provisões/reversão para despesas diversas	–	202
	(497)	**737**

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	2023	2022
Ganhos com créditos em circulação (1)	57.142	48.434
Perdas em recebimento de créditos	(9.649)	(14.314)
Outras receitas/despesas	(104)	233
	47.389	**34.353**

(1) Receita relativa ao cancelamento de créditos em circulação pendentes de pagamento, sem utilização com mais de 180 dias e reversão de saldos a pagar aos estabelecimentos sem domicílio bancário registrados há mais de 180 dias.

27. Gerenciamento de riscos – O Comitê Financeiro tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Comitê regularmente reporta à Administração sobre suas atividades. **(i) Risco Operacional:** A companhia tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. **(ii) Risco de crédito e aplicação dos recursos:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pela análise das características individuais de cada cliente, quanto à sua condição financeira, a proposta de limite de crédito e termos de pagamento. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor máximo exposto pela Companhia ao risco de crédito corresponde ao valor contábil das contas a receber de clientes, demonstrado na nota explicativa nº 5. **(iii) Risco de mercado e liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de mercado e liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longos prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Para a Companhia participar de concorrência pública é necessário o cumprimento de índices financeiros iguais ou superiores a 1.0 de capital circulante liquido. O risco de mercado é gerenciado através de aplicações em papéis pós-fixados de instituições financeiras de baixo risco de crédito.

28. Transações entre partes relacionadas – Os valores abaixo se referem às transações com partes relacionadas do Grupo VR ocorridas no exercício. As taxas nas operações envolvendo partes relacionadas são taxas usuais de mercado nas datas das transações, conforme observação de transações equivalentes com partes independentes. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

	2023 Ativo (passivo)	2023 Receitas (despesas)	2022 Ativo (passivo)	2022 Receitas (despesas)
Banco VR S.A.				
Disponibilidades em conta corrente	11.044	–	300	–
Aplicações financeiras	219.768	–	115.633	–
Clientes	–	–	24	–
Valores a pagar	(253.365)	(21.453)	(226.708)	(21.472)
VR Assessoria de Investimentos Ltda.				
Clientes	–	–	64	–
Fornecedores	–	(13.500)	–	(10.400)
VR Prestação de Serviços Administrativos Ltda.				
Clientes	–	–	92	–
Fornecedores	–	(6.179)	(11)	(5.470)
VR Holdings S.A.				
Clientes	–	–	90	–
VR Aluguéis e Serviços S.A.				
Clientes	–	–	6	–
Fornecedores	(233)	–	(260)	–
Globall Serviços de Marketing S.A. (Controlada)				
Clientes	–	–	30	–
Valores a pagar a sociedades ligadas	(6.232)	–	(6.482)	–
Audaz Tecnologia S.A. (Controlada)				
Clientes	–	–	2	–
Contas a receber com partes relacionadas	36.492	–	–	–
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	(8.000)	–
PontoMais Tecnologia S.A. (Controlada)				
Fornecedores	–	(33)	–	–
Vexpenses S.A. (Controlada)				
Valores a pagar a sociedades ligadas	(27.498)	–	–	–

Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve remuneração a pessoal-chave da administração. **29. Outros assuntos – Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía posição com instrumentos financeiros derivativos. **30. Eventos subsequentes –** Na data do fechamento do exercício até a data de autorização das demonstrações financeiras não ocorreu nenhum evento que tenha impacto contábil ou financeiro.

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior
TC CRC 1SP 217.934/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 014.428/O-6
Claudia Gonçalves Ponsio Oliveira
Contadora CRC 1RJ 09.225/O-8

REC SS Sabará Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 20.684.154/0001-57 – NIRE 35.300.469.992

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 9.317.922,00 dividido em 9.317.922 ações, **para** R$ 9.152.922,00 dividido em 9.152.922 ações, realizada mediante a devolução de capital, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 164.175,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 825,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 9.152.922,00 dividido em 9.152.922 ações das seguintes espécies e classes: 9.152.912 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 9.152.922,00 dividido em 9.152.922 ações das seguintes espécies e classes: 9.152.912 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Pinheiros Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 23.388.711/0001-80 – NIRE 35.300.484.045

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 12.206.400,00, dividido em 12.206.400 ações, **para** R$ 11.518.716,00, dividido em 11.518.716 ações, mediante o cancelamento 687.684 ações ordinárias, mediante a devolução de capital, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 684.246,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 3.438,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 11.518.716,00, dividido em 11.518.716 ações das seguintes espécies e classes: 11.518.706 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 11.518.716,00, dividido em 11.518.716 ações das seguintes espécies e classes: 11.518.706 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 14.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Morumbi Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.839.396/0001-35 – NIRE 35.300.478.134

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 25.374.859,00, dividido em 25.374.859 ações, **para** R$ 24.249.738,00, dividido 24.249.738,00 ações, mediante o cancelamento de 1.125.121 ações ordinárias, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 1.119.495,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 5.626,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 24.249.738,00, dividido 24.249.738,00 ações das seguintes espécies e classes: 24.249.728 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 24.249.738,00, dividido 24.249.738,00 ações das seguintes espécies e classes: 24.249.728 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 31.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Mooca Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 19.974.361/0001-67 – NIRE 35.300.495.802

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 21.207.773,28 dividido em 21.207.773 ações, **para** R$ 20.843.213,00, dividido em 20.843.213 ações, realizada mediante a devolução, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 363.102,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 1.458,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 20.843.213,00, dividido em 20.843.213 ações das seguintes espécies e classes: 20.843.203 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 20.843.213,00, dividido em 20.843.213 ações das seguintes espécies e classes: (i) 20.843.113 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

Faça um orçamento conosco:

Acesse nosso site: datamercantil.com.br

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco") correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição**: O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos. Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Beneficios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações. O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes. O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a "Basiléia" em um horizonte de 5 anos. O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas. **Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.** Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Disponibilidades (nota 4)	**21**	**657**	**Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos**	**295.101**	**242.478**
Instrumentos financeiros	**326.742**	**285.950**	Depósitos (nota 12)	295.099	172.468
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	26.086	79.105	Obrigações por operações compromissadas (nota 12)	–	70.008
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	37.903	3.072	Relações interdependências	2	2
Relações interfinanceiras (nota 7)	253.520	203.773	**Outros passivos (nota 13)**	**28.572**	**35.283**
Operações de créditos	9.233	–	Cobrança e arrecadação de tributos	375	183
Outros instrumentos financeiros	**25.234**	**17.927**	Sociais e estatutárias	544	373
Outros créditos (nota 9)	25.234	17.927	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	16.330	18.431
Investimentos	**5.737**	**5.450**	Pagamento a fornecedor	–	15.548
Participação em controlada no país (nota 10)	5.732	5.445	Diversas	11.323	748
Outros investimentos	5	5	**Patrimônio líquido (nota 17)**	**34.465**	**32.265**
Imobilizado (nota 11)	**30**	**42**	Capital de domiciliados no país	99.738	99.738
Outras imobilizações de uso	97	158	Reservas	8.361	8.310
Depreciação acumulada	(67)	(116)	Ajuste TVM de mercado	1.113	–
Intangivel	**374**	**–**	Prejuízos acumulados	(74.747)	(75.783)
Total do ativo	**358.138**	**310.026**	**Total do passivo**	**358.138**	**310.026**

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)*

	2° Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Receitas da intermediação financeira	**18.203**	**37.049**	**23.183**
Rendas de Emprestimos	583	727	–
Resultado de operações com aplicações interfinanceiros e títulos e valores mobiliários	17.620	36.322	23.183
Despesas da intermediação financeira	**(25.571)**	**(50.753)**	**(33.492)**
Operações de captação no mercado	(25.571)	(50.753)	(33.492)
Resultado bruto da intermediação financeira	**(7.368)**	**(13.704)**	**(10.309)**
Outras receitas operacionais	**16.881**	**35.839**	**25.378**
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	15.912	30.288	24.084
Resultado de participação em controladas (nota 10)	145	286	305
Outras receitas operacionais (nota 20)	824	5.265	989
Outras despesas operacionais	**(8.485)**	**(21.048)**	**(16.556)**
Despesas de pessoal	(2.577)	(5.322)	(4.696)
Outras despesas operacionais (nota 21)	(1.010)	(5.966)	(3.767)
Outras despesas administrativas (nota 19)	(4.095)	(8.244)	(6.936)
Despesas tributárias	(803)	(1.516)	(1.157)
Resultado operacional	**1.028**	**1.087**	**(1.487)**
Resultado não operacional	–	–	(1)
Resultado antes da tributação	**1.028**	**1.087**	**(1.488)**
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	–	–	(335)
Provisão de IRPJ e CSLL	–	–	(335)
Lucro do semestre/ exercícios	**1.028**	**1.087**	**(1.823)**
Prejuízo por lote de mil ações – R$	**0,25**	**0,27**	**(0,45)**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

		Reservas				
	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.738**	**543**	**7.767**	**–**	**(73.960)**	**28.088**
Aumento de capital	6.000	–	–	–	–	6.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.823)	(1.823)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**99.738**	**543**	**7.767**	**–**	**(75.783)**	**32.265**
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	1.113	–	1.113
Lucro liquido do Exercicio	–	–	–	–	1.087	1.087
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	51	–	(51)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**99.738**	**543**	**7.818**	**1.113**	**(74.747)**	**34.465**
Saldos em 30 de junho de 2023	**99.738**	**543**	**7.767**	**1.116**	**(75.724)**	**33.440**
Ativos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	(3)	–	(3)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	1.028	1.028
Destinação proposta:						
Reservas	–	–	51	–	(51)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**99.738**	**543**	**7.818**	**1.113**	**(74.747)**	**34.465**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2° Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Prejuízo do semestre/exercícios	**1.028**	**1.087**	**(1.823)**
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	(3)	1.113	–
Resultados abrangentes do semestre/exercícios	**1.025**	**2.200**	**(1.823)**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	2º Semestre	Exercícios	
	2023	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre/exercícios	**887**	**3.630**	**1.015**
Lucro do semestre/exercícios	1.028	1.087	(1.823)
Depreciações e amortizações	4	12	14
Resultado de participação em controlada	(145)	(286)	(305)
Provisões (reversão) para riscos	–	1.704	2.794
Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados	–	–	335
Ajuste TVM de mercado	(3)	1.113	–
Variação em Ativos e Passivos Operacionais – (Aumento) redução	**1.709**	**(62.239)**	**36.418**
Aumento das aplicações interfinanceiras de liquidez	30.009	(5.329)	256.236
Redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	–	–	(36)
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	(2.174)	(34.831)	(3.072)
(Redução) aumento de depósitos	59.565	122.631	(240.843)
(Aumento) obrigações por operações compromissadas	–	(70.008)	70.008
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	(57.596)	(49.747)	(39.248)
(Aumento) redução de outros créditos	(8.615)	(7.307)	(342)
(Redução) aumento de outras obrigações	(15.270)	(8.415)	(6.285)
(Aumento) operações de créditos	(4.210)	(9.233)	–
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades Operacionais	**2.596**	**(58.609)**	**37.433**
Alienação (aquisição) de imobilizado	(201)	(374)	(32)
Caixa Líquido Proveniente (Aplicado) nas Atividades de Investimento	**(201)**	**(374)**	**(32)**
Aumento de capital	–	–	6.000
Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado) nas Atividades de financiamentos	**–**	**–**	**6.000**
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	**2.395**	**(58.983)**	**43.401**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercicios	9.822	71.200	27.799
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercicios	12.217	12.217	71.200
Aumento/redução do caixa e equivalentes de caixa	**2.395**	**(58.983)**	**43.401**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 e para o semestre findo em 31 de dezembro de 2023 *(Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – O Banco VR S.A. ("Banco" ou "Instituição") opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil – BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A. com 99,42% de participação. Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao DI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo. Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 21. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras – As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras: As Resoluções CMN nº 4.720/2019 e BCB nº 2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras do Banco VR S/A com o objetivo principal de trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, International Financial Reporting Standards (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 23º da Resolução BCB nº 2/2020, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos anteriores para as quais foram apresentadas; e a inclusão da evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a Demonstração do Resultado Abrangente. **Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:** I. Resolução CMN nº 4.966 e normativos complementares: Estabelece definições e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e hedge accounting. Os temas abordados abrangem: i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; ii) constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; iii) designação e reconhecimento contábil de relações de proteção (contabilidade de hedge); e iv) evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros. A norma está entre as medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 01.01.2025. II. Resolução BCB nº309 Estabelece procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais mil (R$), moeda funcional do Banco. Os CPCs já aprovados pelo BACEN e considerados para a elaboração dessa demonstração financeira estão sumarizados abaixo: CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 – Ativo Imobilizado; CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados; CPC 41 – Resultado por Ação; CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **b) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado e líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. **e) Relações Interfinanceiras:** Valores a receber junto a empresas ligadas, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais). **f) Operações de crédito e provisão para devedores duvidosos:** As operações de crédito são classificadas de acordo com julgamento da administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e os garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, emitido pelo Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). **g) Outros créditos:** São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos. **h) Investimentos:** Os investimentos em controlada são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **i) Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **j) Intangivel:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. **k) Valor recuperável de ativos:** A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos. **l) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 25 do comitê de pronunciamentos contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009. Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota. Provisões – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. Obrigações legais – fiscais e previdenciárias – referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições. **m) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei nº 13.169 em 06 de outubro de 2015. Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho a dezembro de 2021. Em 28 de abril de 2022, foi publicado a medida Provisória nº 1115 que determina a aplicação, da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido equivalente a 21%, no caso do banco, e 16% para DTVM. As novas aliquotas serão validas para os periodos de agosto a dezembro de 2022. **n) Estimativas contábeis:** A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por impairment e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **o) Resultado recorrente/não recorrente:** Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, "a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira". Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro do Banco no exercício de 2023, no montante de R$ 1.086 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2023	2022
Disponibilidades	21	657
Aplicações em operações compromissadas (*)	12.196	70.543
	12.217	**71.200**

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, cujo prazo inicial de aplicação e vencimento não é superior a 90 dias, e que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

continua …

BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2023	2022
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada (a)	20.003	73.008
Letras do tesouro nacional	–	3.000
Letras financeiras do tesouro	20.003	20.000
Notas do tesouro nacional	–	50.008
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.083	6.097
Certificados de depósito interfinanceiro (b)	6.083	6.097
	26.086	**79.105**

(a) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas possuem rendimentos pré de 13,65% a.a (2022 – pré de 14,33%), com vencimentos entre 02/01/2024 a 19/02/2024.

(b) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem vencimento até 180 dias.

6. Títulos e Valores Mobiliários – Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

	Valor de Custo Atualizado	2023 Até 360 dias	Após 360 dias	Total	Ajuste valor de mercado
Títulos para negociação:					
Letras do Tesouro Nacional (*)	36.790	–	37.903	37.903	1.113
	36.790	**–**	**37.903**	**37.903**	**1.113**

	Valor de Custo Atualizado	2022 Até 360 dias	Após 360 dias	Total	Ajuste valor de mercado
Títulos para negociação:					
Letras do Tesouro Nacional (*)	3.045	–	3.072	3.072	27
	3.045	**–**	**3.072**	**3.072**	**27**

Rendimentos contratados dos papéis: (*) Possui rendimentos indexados à taxa pré-fixada de 14,33% ao ano em 2023. Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. O Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7. Relações Interfinanceiras

	2023	2022
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	253.365	203.641
Créditos vinculados	61	77
Correspondentes	94	55
Total	**253.520**	**203.773**
Curto prazo	**253.520**	**203.773**

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) com prazo médio de 30 a 90 dias, sem valores em atraso, sendo remunerado a taxa de 125% do CDI em 2023 e 2022, a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

8. Operações de Crédito – Em 31 de dezembro de 2023, as operações de crédito realizadas no setor privado com pessoas jurídicas e os respectivos níveis de risco e provisionamento estavam apresentados como segue:

Níveis de risco	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado									
Pessoas jurídica	9.279	–	–	–	–	–	–	–	9.279
Total	**9.279**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**9.279**
Circulante	–	–	–	–	–	–	–	–	7.154
Realizável a longo prazo	–	–	–	–	–	–	–	–	2.125
Provisão %	0,5%	1%	3%	10%	30%	50%	70%	100%	
Valor	46	–	–	–	–	–	–	–	46

O Banco adotava como política não classificar operações com nível de risco AA.

9. Outros Créditos

	2023	2022
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	15.430	16.421
Impostos a compensar	1.110	1.263
Valores a receber (*)	8.498	96
Outros	196	147
	25.234	**17.927**
Curto Prazo	9.804	1.506
Longo Prazo	15.430	16.421

(*) Saldo da reserva do sistema de pagamentos instantâneos (SPI) das operações de pix realizadas após expediente bancário liquidado em D+1

10. Investimentos – Participação em Controlada no País – a) Participação em controlada no país

	VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Controlada 31/12/2023	31/12/2022
% de participação	95,46%	95,46%
Capital social		
Patrimônio Líquido	6.004	5.704
Lucro (prejuízo) líquido	300	319
Valor contábil do investimento	5.732	5.445
Resultado de participação em controlada	279	305

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços na data-base de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

11. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	2023 Custo corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido	2022 Custo corrigido	Depreciação Acumulada	Líquido
Instalações	10	–	–	–	30	(30)	–
Máquinas e equipamentos	10	6	(5)	1	22	(18)	4
Móveis e equipamentos	10	2	(2)	–	7	(7)	–
Equipamentos informática	20	89	(60)	29	99	(61)	38
		97	**(67)**	**30**	**158**	**(116)**	**42**

12. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

	2023	2022
Depósitos à vista	12.193	1.192
Depósitos a prazo	276.938	165.613
Depósitos interfinanceiros	5.968	5.663
	295.099	**172.468**
Obrigações por operações compromissadas	–	70.008
Curto Prazo	13.163	77.607
Longo Prazo	281.936	164.869
	2023	**2022**
Vencimentos		
Até 3 meses	12.217	71.373
De 3 a 12 meses	957	6.234
De 1 a 3 anos	281.925	164.869
	295.099	**242.476**

A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao 97% do CDI, sendo aproximadamente 0,01% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,99% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 21).

13. Outros Passivos

	2023	2022
Provisão para impostos e contribuições a recolher	600	998
Provisão para riscos fiscais (nota16.b)	15.729	17.433
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16.b)	122	122
Provisão para pagamentos a efetuar	741	626
Pagamento a fornecedor (a)	10.460	15.548
Outros	920	556
	28.572	**35.283**
Curto Prazo	15.851	17.728
Longo Prazo	12.721	17.555

a) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos ECs (estabelecimentos comercias), devido a compra dos recebiveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

14. Imposto de Renda e Contribuição Social – Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações:

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	1.027	1.086	(1.488)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	462	489	684
Exclusões (adições):	121	(763)	(1.203)
Resultado de participação em controlada	(64)	(129)	(140)
Outras (a)	185	(634)	1.343
Imposto de renda e contribuição social	–	–	(335)

a) Refere-se substancialmente a provisões de contingências de riscos fiscais conforme mencionado na nota 15.

Em 31 de dezembro de 2023 o Banco VR S/A não possui créditos tributários decorrente de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa constituído. Possui o montante total de R$ 11.922 como prejuízo fiscal e base negativa.

15. Outros Passivos – Fiscais e Previdenciárias

	2023	2022
Impostos e contribuições a recolher	601	998
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	15.729	17.433
	16.330	**18.431**
Curto Prazo	600	998
Longo Prazo	15.730	17.433

16. Provisão, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias – O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

	Fiscais	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	16.149	2	250	16.401
Depósitos	18	2	–	20
Baixas por pagamento	–	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**16.167**	**4**	**250**	**16.421**
Depósitos	–	–	915	915
Baixas por pagamento (*)	(1.906)	–	–	(1.906)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**14.261**	**4**	**1.165**	**15.430**

(*) IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991, encerrado em junho de 2023.

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	2023	2022
Provisão para riscos fiscais (a)	15.729	17.433
Provisão para riscos trabalhistas (b)	122	122
Provisão para outros riscos – cíveis (b)	–	–
Total	**15.851**	**17.555**

(a) Classificados na rubrica "Outros passivos – Fiscais e Previdenciárias" no exigível a longo prazo, vide nota 15.

(b) Classificados na rubrica de "Outros passivos – Diversas".

c) Movimentação das provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	14.397	89	275	14.761
Constituição/atualização (1)	3.036	122	–	3.158
Baixas (2)	–	(89)	(275)	(364)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	**17.433**	**122**	**–**	**17.555**
Constituição/atualização (1)	2.323	–	–	2.323
Baixas (2)	(4.027)	–	–	(4.027)
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	**15.729**	**122**	**–**	**15.851**

1) Valor referente a constituição/atualização de provisão registrado em outras despesas operacionais (nota 21).

2) Reversão de provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, devido a encerramento de processos cíveis julgado improcedente, registrado em outras receitas operacionais (nota 20).

Riscos Trabalhistas: São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação. Riscos Cíveis: São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito. As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo, a lei e a jurisprudência. Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias: Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é: • IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991, encerrado em junho de 2023. • Execução fiscal proposta pela prefeitura de Barueri, referente ajuizada para a cobrança de débitos de ISS sobre locação de bens móveis, com probabilidade de perda possível. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	2023 Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	2022 Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas						
Fiscais						
Provável	–	–	–	2	3.784	1.906
Possível (*)	2	6.743	5.578	1	4.663	4.663
Remota (*)	3	8.986	9.598	3	8.986	9.598
Trabalhistas						
Provável	1	122	4	1	122	4
Cíveis						
Remota (*)	–	–	–	2	3.784	1.906
Ativo não Circulante	**–**	**–**	**15.430**	**–**	**–**	**16.421**
Passivo não Circulante	**–**	**15.851**	**–**	**–**	**17.555**	**–**

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ocorreu uma avaliação feita pela administração sobre os processos e apenas os que a administração entende que haja risco ou por possuírem depósitos judiciais, são considerados como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, incluindo as obrigações legais existentes, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

17. Patrimônio Líquido – O capital social está representado em 31 de dezembro de 2023 por 4.052.039 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2022), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País, no montante de R$ 99.738 (R$ 99.738 em 2022). Em 21 de novembro de 2022, e conforme aprovação do Banco central do Brasil foi aprovado o aumento de capital, atualmente de R$ 93.738 para R$ 99.738, com um aumento, portanto, de R$ 6.000, realizada pela acionista Szajman Participações Societárias S.A. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

18. Receitas de Prestação de Serviços

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Rendas por serviço de pagamento (a)	13.524	25.818	21.146
Rendas de tarifas bancárias	2.388	4.470	2.937
Outras	–	–	1
	15.912	**30.288**	**24.084**

(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A, atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

19. Outras Despesas Administrativas

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Despesas de aluguéis	(93)	(185)	(179)
Despesas de comunicações	(84)	(154)	(150)
Despesas de processamento de dados	(2.059)	(4.035)	(3.494)
Despesas de serviços de terceiros	(494)	(1.440)	(1.035)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(2)	(5)	(3)
Despesas de serviços técnicos e especializados	(678)	(1.005)	(764)
Despesas de publicações	–	–	(108)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(470)	(884)	(757)
Despesas de amortização e depreciação	(5)	(12)	(14)
Outras	(210)	(524)	(432)
	(4.095)	**(8.244)**	**(6.936)**

20. Outras Receitas Operacionais

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Reversão de provisões diversas	–	373	296
Reversão de provisões para riscos e obrigações legais (*)	–	4.027	364
Ganhos de processos judiciais	34	43	232
Remuneração de impostos a compensar	174	206	96
Ressarcimento de outras despesas	616	616	–
Outras	–	–	1
	824	**5.265**	**989**

(*) Reversão de provisão devido a perda no processo de IRPJ – Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991.

21. Outras Despesas Operacionais

	2023 2º Semestre	2023 Exercício	2022 Exercício
Provisão para riscos fiscais (a)	–	(2.323)	(3.036)
Obrigações Legais	(436)	(811)	(656)
Acordo de processos baixa por pagamento	(554)	(2.468)	(24)
Multa/juros	–	(316)	–
Outras	(20)	(48)	(51)
	(1.010)	**(5.966)**	**(3.767)**

(a) Valor referente a constituição de provisão para riscos fiscais e obrigações legais (nota 16 c).

22. Transações entre Partes Relacionadas – a) Remuneração da Administração: Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração total do pessoal-chave da administração foi de R$ 158 (R$ 158 em 2022), a qual é considerada benefício de curto prazo. **b) Operações de crédito:** Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições: • As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições. • O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais: - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica. Não há empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares. **c) Transação com partes relacionadas:** Os saldos nos semestres e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser resumidos como segue:

	2023 Exercício Ativo (passivo)	2º Semestre Receitas (despesas)	Exercício Receitas (despesas)	2022 Exercício Ativo (passivo)	Exercício Receitas (despesas)
SZAJMAN PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS S/A (Controladora)					
Depósitos a vista	(7)	–	–	(7)	–
Captações em depósitos a prazo	(629)	(57)	(113)	(570)	(108)
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	–	–	–
VR DTVM (Controlada)					
Depósitos à vista	(45)	–	–	(66)	–
Captações em depósitos interfinanceiros	(5.968)	(344)	(695)	(5.663)	(620)
VR ALUGUÉIS E SERVIÇOS S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(79)	–	–	(16)	–
Captações em depósitos a prazo	(232)	(21)	(41)	(3.135)	(596)
VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROC. S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(10.645)	–	–	(300)	–
Captações em depósitos a prazo	(219.769)	(19.860)	(39.322)	(115.633)	(21.987)
VR DESENVOLVIMENTO DE NEGOCIOS S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(14)	–	–	(21)	–
Captações em depósitos a prazo	(2.974)	(269)	(532)	(291)	(55)
AUDAZ TECNOLOGIA S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(817)	–	–	–	–
Captações em depósitos a prazo	–	–	–	–	–
MORUMBI DO BRASIL PROJETOS IMOB. LTDA. (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(15)	–	–	(26)	–
Captações em depósitos a prazo	(7.958)	(719)	(1.424)	(1.866)	(355)
VR IMOVEIS E SERVIÇOS S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(11)	–	–	(81)	–
Captações em depósitos a prazo	(14.052)	(1.270)	(2.514)	(9.595)	(1.824)
VR PRESTAÇÃO DE SERV. ADM. LTDA. (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(32)	–	–	(20)	–
Captações em depósitos a prazo	(3.124)	(282)	(559)	(2.915)	(554)
VR ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS LTDA. (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(24)	–	–	(15)	–
Captações em depósitos a prazo	(6.854)	(619)	(1.226)	(5.754)	(1.094)
VR HOLDINGS S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(17)	–	–	(13)	–
Captações em depósitos a prazo	(5.108)	(462)	(914)	(17.349)	(3.299)
SMART.NET HOLDINGS S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(1)	–	–	(3)	–
Captações em depósitos a prazo	(2.988)	(270)	(535)	(378)	(72)
GLOBALL SERVIÇOS DE MARKETING S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(106)	–	–	(34)	–
Captações em depósitos a prazo	(2.037)	(184)	(364)	(4.943)	(940)
REC FARIA LIMA EMPREEND. IMOBILIÁRIOS S/A (Parte Relacionada)					
Depósitos à vista	(14)	–	–	–	–
Captações em depósitos a prazo	(11.159)	(1.009)	(1.997)	–	–
Outras empresas do grupo					
Depósitos à vista	(76)	–	–	(149)	–
Captações em depósitos a prazo	(48)	(4)	(9)	(3.178)	(605)
Acionistas e seus familiares:					
Depósitos à vista	(284)	–	–	(435)	–
Captações em depósitos a prazo	(6)	(1)	(1)	(6)	(1)
Total					
Depósitos à vista	(12.187)	–	–	(1.186)	–
Captações em depósitos a prazo	(276.938)	(25.027)	(49.551)	(165.613)	(31.490)
Captações em depósitos interfinanceiros	(5.968)	(344)	(695)	(5.663)	(620)
Valores a pagar a sociedades ligadas	–	–	–	–	–

23. Acordo da Basiléia – O BACEN emitiu a partir de 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam

continua ...

Publicidade Legal

BANCO VR S.A.

CNPJ/MF nº 78.626.983/0001-63 – Avenida dos Bandeirantes, 460 – Brooklin Paulista – CEP 04553-900 – São Paulo-SP

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar. Estes normativos tratam dos seguintes assuntos: • Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência-PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II. (Resolução 4.193). • Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. (Resolução 4.192). As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador. No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	2023	2022
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)		
Patrimônio de referência Nível I	34.364	32.525
Patrimônio líquido	34.364	32.525
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	300.431	224.777
Exposição ao risco de crédito – RWAcpad (anteriormente Pepr)	280.191	207.117
Risco operacional – RWAopad (anteriormente Popr)	20.240	17.660
Patrimônio de referência mínimo exigido	24.034	17.982
Indice de Basiléia	11,44%	14,47%

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o Patrimônio de Referência do Banco excedeu em R$ 10.330 e em R$ 14.543, respectivamente, o Patrimônio de Referência Mínimo Exigido pelo BACEN.

24. Outros Assuntos – • Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A. dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos. Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada. Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição. Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições. Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital. Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

A Diretoria — **Ademar Ripke Júnior** – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco VR S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2024.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP 000.160/O-5

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador
CRC 1PR 050.377/O-6

Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A.

CNPJ/MF nº 61.563.557/0001-25

Balanços patrimoniais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de reais R$)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.529	2.142	19.060	2.152
Contas a receber	14.721	10.737	14.721	10.737
Estoques	2.796	2.853	2.796	2.853
Impostos a recuperar	81	26	81	26
Outros créditos	422	355	963	400
Despesas pagas antecipadamente	65	189	65	189
Total do ativo circulante	**36.614**	**16.302**	**37.686**	**16.357**
Ativo não circulante				
Realizável a longo prazo				
Tributos diferidos	8.668	14.039	8.668	14.039
Depósitos judiciais	4.501	5.575	4.501	5.575
Partes relacionadas	1.425	934	1.425	934
Outros créditos	8	7	8	7
	14.602	20.555	14.602	20.555
Investimentos	10.956	2.410	–	-
Imobilizado	151.780	134.652	162.631	137.015
Direito de uso	17.921	14.312	17.921	14.312
Intangível	149.822	149.860	149.822	149.860
	330.479	301.234	330.374	301.187
Total do ativo não circulante	**345.081**	**321.789**	**344.976**	**321.742**
Total do ativo	**381.695**	**338.091**	**382.662**	**338.099**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo circulante				
Fornecedores	11.454	10.325	12.360	10.326
Empréstimos e financiamentos	24.339	41.983	24.339	41.983
Passivo de arrendamento	7.378	7.358	7.378	7.358
Obrigações trabalhistas e tributárias	15.791	13.695	15.852	13.702
Contas a pagar	930	1.164	930	1.164
Dividendos obrigatórios a pagar	5.871	9.601	5.871	9.601
Adiantamento de clientes	641	444	641	444
Valores de terceiros arrecadados	436	401	436	401
Total do passivo circulante	66.840	84.971	67.807	84.979
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	79.779	21.928	79.779	21.928
Passivo de arrendamento	4.502	4.368	4.502	4.368
Obrigações trabalhistas e tributárias	3.812	4.780	3.812	4.780
Partes relacionadas	24.498	45.117	24.498	45.117
Provisões para contingências	7.219	10.652	7.219	10.652
Tributos diferidos	15.147	7.815	15.147	7.815
Total do passivo não circulante	**134.957**	**94.660**	**134.957**	**94.660**
Patrimônio líquido				
Capital social	138.543	138.543	138.543	138.543
Reserva de capital	91.038	91.038	91.038	91.038
Ajuste de avaliação patrimonial	4.552	6.177	4.552	6.177
Prejuízos acumulados	(54.235)	(84.011)	(54.235)	(84.011)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	6.713	–	6.713
Total do patrimônio líquido	**179.898**	**158.460**	**179.898**	**158.460**
Total do passivo e patrimônio líquido	**381.695**	**338.091**	**382.662**	**338.099**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022–*(Em milhares de reais R$)*

	Capital Social	Adiantamento para o futuro Aumento de Capital	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**138.543**	**4.513**	**91.038**	**(90.857)**	**-**	**149.445**
Ajustes de impostos diferidos	–	–	–	41	-	–
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	–	2.200	–	–	-	2.200
Lucro liquido do exercício	–	–	–	–	6.805	6.805
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	–	6.805	(6.805)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**138.543**	**6.713**	**91.038**	**(84.011)**	**-**	**158.460**
Ajustes de impostos diferidos	–	–	–	(136)	-	–
Baixa de valor justo	–	–	–	1.761	-	–
Reversão de adiantamento p/ futuro aumento de capital		(6.713)				(6.713)
Lucro liquido do exercício	–	–	–	–	28.151	28.151
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	–	28.151	(28.151)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**138.543**	**–**	**91.038**	**(54.235)**	**-**	**179.898**

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	230.088	192.235	230.088	192.235
Custos operacionais	(148.555)	(143.170)	(148.555)	(143.170)
Lucro Operacional	**81.533**	**49.065**	**81.533**	**49.065**
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(35.755)	(35.684)	(35.756)	(35.686)
Outras receitas (despesas) operacionais	8.885	14.315	8.888	14.320
	54.663	27.696	54.665	27.699
Despesas financeiras	(15.478)	(11.788)	(15.479)	(11.791)
Receitas financeiras	1.669	607	1.669	607
Resultado financeiro	(13.809)	(11.181)	(13.811)	(11.184)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**40.854**	**16.515**	**40.854**	**16.515**
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.703)	(9.710)	(12.703)	(9.710)
Lucro líquido do exercício	**28.151**	**6.805**	**28.151**	**6.805**
Nº ações	138.543.000	138.543.000	138.543.000	138.543.000
Lucro por ação–R$	0,20	0,05	0,20	0,05

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 - *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	28.151	6.805	28.151	6.805
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de impostos diferidos	(1.625)	(41)	(1.625)	(41)
Resultado abrangente do exercício	**26.526**	**6.764**	**26.526**	**6.764**

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022–método indireto–*(Em milhares de reais R$)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.854	16.515	40.854	16.515
Itens que não afetam o fluxo de caixa	**19.057**	**13.813**	**19.053**	**13.807**
Depreciação e amortização	8.408	9.691	8.408	9.691
Direito de uso	4.715	4.675	4.715	4.675
Equivalência patrimonial	4	6	–	-
Reversão de contingências	(3.433)	(559)	(3.433)	(559)
Juros s/ arrendamento	1.291	–	1.291	–
Acréscimos de passivo de arrendamento	8.072	–	8.072	–
Decréscimo (acréscimo) em ativos e passivos	(597)	(11.185)	(134)	(11.285)
Movimentação do ativo				
Contas a receber	(3.984)	(969)	(3.984)	(969)
Estoques	57	(233)	57	(233)
Impostos a recuperar	(55)	3.119	(55)	3.119
Outros créditos	(68)	432	(564)	387
Depósitos judiciais	1.074	(75)	1.074	(75)
Despesas pagas antecipadamente	124	(117)	124	(117)
Movimentação do passivo				
Fornecedores	1.129	(15.146)	2.034	(15.205)
Obrigações trabalhistas e tributárias	1.128	2.652	1.182	2.657
Contas a pagar	(234)	138	(234)	138
Adiantamento de clientes	197	(964)	197	(965)
Valores de terceiros arrecadados	35	(22)	35	(22)
Disponibilidades líquidas provenientes das atividades operacionais	**59.314**	**19.143**	**59.773**	**19.037**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento / redução do imobilizado	(25.498)	868	(33.986)	(1.209)
Aumento / redução do direito de uso	(8.324)	–	(8.324)	-
Aumento / redução do intangível	–	320	–	320
Adiantamento para futuro aumento de capital (investimentos)	(8.550)	(2.065)	–	125
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(42.372)	(877)	(42.310)	(764)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação/(amortização), liquidas–empréstimos e financiamentos	40.207	(54.167)	40.207	(54.167)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	2.200	–	2.200
Captação/(amortização), líquidas–passivo de arrendamento	(9.209)	(7.891)	(9.209)	(7.891)
Partes relacionadas	(27.823)	42.392	(27.823)	42.392
Dividendos pagos	(3.730)	(708)	(3.730)	(708)
Caixa líquido preveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	(555)	(18.174)	(555)	(18.174)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**16.387**	**92**	**16.908**	**99**
Variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.142	2.050	2.152	2.053
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.529	2.142	19.060	2.152
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**16.387**	**92**	**16.908**	**99**

Notas Explicativas da Administração

1. Contexto sobre a Empresa: A Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A. ("Companhia" ou "Pássaro Marron") explora os serviços de transporte rodoviário de passageiros no âmbito interestadual, intermunicipal, metropolitano, municipal e os serviços de fretamento e de transporte de encomendas.

2. Quadro Societário:

Acionista:	**Ações:**
Max Empreendimentos e Participações Ltda.	138.543.000

3. Práticas Contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT), e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Imobilizado**: É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, levando em consideração a revisão da vida útil-econômica estimada e o valor residual esperado no prazo estimado de alienação. A Administração revisa periodicamente o valor estimado de realização dos ativos e ajusta a taxa de depreciação, quando necessário. **5. Ágio - Goodwill:** Ágio decorrente de incorporação reversa, o qual possui como premissa a rentabilidade futura, está fundamentado em laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por empresa especializada, sendo revisado anualmente. **6. As Demonstrações Financeiras:** Completas e auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes S/S, estão disponíveis na sede da Companhia para apreciação.

Diretoria

Paulo Sérgio Bongiovanni - Diretor Geral
Edilene Parmanhani - Contadora - CRC 1ES 007138/O-5 T-SP

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74

www.monterodovias.com.br

monte RODOVIAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Monte Rodovias é uma controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura e foi constituída em 14 de julho de 2020 com o objetivo de deter participações societárias em companhias operacionais do setor de infraestrutura rodoviária. Em 16 de outubro de 2020, a Companhia adquiriu a totalidade das ações da Verona Holding Participações Societárias de seus próprios acionistas. No final de abril de 2021 a Companhia finalizou suas primeiras aquisições de participação societária em empresas operacionais do setor: Concessionária Bahia Norte S.A. ("CBN"), Concessionária Rota do Atlântico ("CRA") e Concessionária Rota dos Coqueiros ("CRC"), tornando-se controladora indireta. A partir das aquisições supracitadas, a Monte Rodovias tornou-se uma plataforma de rodovias situada no Nordeste brasileiro, totalizando aproximadamente 182,5 km de extensão. Sua força está no seu posicionamento estratégico, localizado no principal corredor de exportação/importação e circulação de mercadorias para mercado da região, se beneficiando da produção nacional através de polos industriais e portos, consumo e turismo local. Em 03 de novembro de 2023, o grupo Monte Rodovias, por meio da sua holding Verona Holding S.A. adquiriu (cessão onerosa) a totalidade das ações representativas do capital social da Monte Forte Holding Participações S.A. ("Monte Forte"), empresa pré-operacional, constituída em 10 de abril de 2023. A Monte Forte tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 06 de dezembro de 2023, a Companhia celebrou contratos de compra e venda de ações e outras avenças, com os atuais acionistas da Concessionária Litoral Norte S.A., para a aquisição das ações de emissão da aludida concessionária, o qual resta condicionado a implementação das condições precedentes previstas nos contratos. Em 2023 passaram por nossas concessões 43,8 milhões de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias da Companhia. Em 22 de novembro de 2021, a Companhia obteve o registro de cia aberta "categoria A" perante a CVM. O detalhamento de nossa Governança Corporativa pode ser acessado no nosso site de relações com investidores(ri.monterodovias.com.br). **Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a observância das normas da CVM e os anúncios do Comitê de Divulgação Contábil (CPC) e atendimento às normas internacionais. **Desempenho:** O volume de tráfego consolidado de veículos equivalentes pagantes nas concessionárias apresentou um aumento 5,3% no período de janeiro a dezembro de 2023, quando comparado ao mesmo período de ano anterior, todos os ativos apresentaram crescimento, sendo os destaques a CRA e CRC, que performaram incremento superior a 5%, com vistas ao deslocamento para lazer. A receita líquida do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 309.288 mil, 12,3% maior que a receita líquida do mesmo período em 2022. Desconsiderando a receita da construção, este aumento foi de 16,0%. A variação da receita ocorre em função não somente da variação do volume de tráfego, como também dos reajustes tarifários que foram concedidos em todas as concessionárias, com destaque para a CBN, que, além da reposição da inflação do período, teve também a sua tarifa ajustada para compensar o processamento dos pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão reconhecidos a seu favor, em 2023, pela Agência Reguladora responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. O valor do EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 134.293 mil, aumento de 24,9% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA deste período foi de 43,4% ante a 39,0% no mesmo período do ano passado. Ao desconsiderarmos os impactos de efeitos não caixa, o valor do EBITDA ajustado no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 174.137 mil, aumento de 36,2% em relação ao mesmo período do ano passado. A margem EBITDA ajustada deste período foi de 63,2% e de 53,8% no mesmo período do ano passado. O total de investimentos realizados na sua operação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 37.788 mil, dentre duplicações, manutenções e obras estruturais entre outras. A Companhia apresenta endividamento composto majoritariamente por financiamentos de suas controladas com bancos e agências de fomento como, Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Desenbahia, além de debentures emitidas em 2021 pela Controladora e pelas suas controladas CRC e CRA, quitando financiamentos com BNB e BNDES respectivamente. Em novembro de 2022, a CRC realizou nova emissão de debêntures incentivadas, pré-pagando a emitida no ano anterior com condições mais favoráveis. Estas emissões de debêntures fizeram parte da estratégia da administração para reperfilamento do seu endividamento de maneira a obter maior *duration*, melhor perfil de amortização, liberação de recursos de conta reserva para adequação do fluxo de caixa futuro às necessidades da Companhia. Em 28 de novembro de 2023, a MFORTE, controlada direta da Companhia, emitiu uma Debênture no valor total de R$ 201,5MM destinada a aquisição de nova concessionária. O desempenho do grupo econômico consolidado permanece positivo, com geração de caixa relevante durante o último trimestre. É importante destacar que o bom resultado em todo os negócios, impulsionados pelo aumento do tráfego e pela implementação de sucessivos reajustes tarifários. A dívida líquida consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 778.455 mil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
ATIVO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	673	14.827	136.299	108.188
Contas a receber	-	-	17.090	14.610
IRPJ e CSLL	-	-	6.032	315
Tributos a recuperar	204	71	3.549	6.909
Despesas antecipadas	111	170	1.033	1.155
Adiantamentos	41	-	860	250
Total ativo circulante	**1.029**	**15.068**	**164.863**	**131.427**
Ativo não circulante				
Fundos restritos	-	-	247.298	19.811
Depósitos judiciais	-	-	13.322	21.674
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	18.392	7.815
Outros ativos	-	-	-	41
Total do realizável a longo prazo	**-**	**-**	**279.012**	**49.341**
Investimentos	600.228	592.039	-	-
Outros investimentos	-	-	-	9.064
Imobilizado	7	-	4.106	4.005
Intangível	-	-	1.335.438	1.367.521
Direito de uso	-	-	7.526	7.519
	600.235	**592.039**	**1.347.070**	**1.388.109**
Total do ativo não circulante	**600.235**	**592.039**	**1.625.657**	**1.437.450**
Total do ativo	**601.264**	**607.107**	**1.790.945**	**1.568.877**

	Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Passivo circulante				
Fornecedores	24	20	24.068	10.290
Obrigações com compras de mercadorias e serviços	-	-	-	14.981
Empréstimos e financiamentos	-	-	45.938	38.567
Debêntures	10.037	3.726	48.437	4.526
Obrigações sociais e trabalhistas	1.000	161	17.980	7.404
IRPJ e CSLL	-	-	5.375	196
Obrigações tributárias	7	14	12.868	3.417
Partes relacionadas - Debêntures	1.552	1.268	-	-
Arrendamentos	-	-	6.036	3.240
Provisão para manutenção	-	-	320	4.401
Outras obrigações	-	-	3.307	18.015
Total passivo circulante	**12.620**	**5.189**	**164.329**	**105.037**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	606.456	618.834
Debêntures	72.305	76.090	461.220	295.566
Arrendamentos	-	-	2.062	4.253
Provisão para contingências	-	-	15.608	8.969
Partes Relacionadas - Debêntures	17.916	19.444	-	-
Provisão para manutenção	-	-	32.351	19.336
Outros passivos	-	-	10.500	10.500
Total passivo não circulante	**90.221**	**95.534**	**1.128.197**	**957.458**
Patrimônio líquido				
Capital social	472.264	472.264	472.264	472.264
Reservas de lucros	26.159	34.121	26.159	34.121
Prejuízos acumulados	-	-	-	-
	498.423	**506.384**	**498.423**	**506.385**
Patrimônio líquido atribuível aos:				
Acionistas controladores			**498.419**	**506.385**
Acionistas não controladores			(4)	(3)
Total do passivo e patrimônio líquido	**601.264**	**607.107**	**1.790.945**	**1.568.877**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida de serviços	-	-	275.590	237.637
Receita de construção	-	-	33.698	37.849
Receita Líquida	**-**	**-**	**309.288**	**275.486**
Custo dos serviços prestados	-	-	(169.108)	(152.175)
Custo de construção	-	-	(33.365)	(37.472)
Lucro Bruto	-	-	**106.815**	**85.839**
Gerais e administrativas	(4.297)	(2.003)	(85.902)	(65.203)
Resultado de equivalência patrimonial	9.076	(30.209)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	5	-	49.273	3.101
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido	**4.784**	**(32.212)**	**70.186**	**23.737**
Receitas Financeiras	6.560	313	26.657	15.724
Despesas Financeiras	(18.419)	(13.617)	(103.557)	(91.808)
Resultado financeiro, líquido	**(11.859)**	**(13.304)**	**(76.900)**	**(76.084)**
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(7.075)**	**(45.516)**	**(6.714)**	**(52.347)**
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(10.940)	(714)
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	10.578	7.542
Prejuízo do exercício	**(7.075)**	**(45.516)**	**(7.076)**	**(45.519)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	(7.075)	(45.516)
Acionistas não controladores	-	-	(1)	(3)
Prejuízo do exercício	**(7.075)**	**(45.516)**	**(7.076)**	**(45.519)**
Prejuízo básico e diluído por ação – em reais	**(14,98)**	**(96,38)**	**(14,98)**	**(96,38)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Prejuízo do exercício	(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(7.075)**	**(45.516)**	**(7.076)**	**(45.519)**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	(7.075)	(45.516)
Acionistas não controladores	-	-	(1)	(3)
Resultado abrangente do exercício	**(7.075)**	**(45.516)**	**(7.076)**	**(45.519)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros a realizar	Reserva de lucros: Reserva de recompra de ações e de investimentos	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**472.264**	**3.982**	**18.980**	**56.675**	**-**	**551.901**	**-**	**551.901**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(45.516)	(45.516)	(3)	(45.519)
Destinação:								
Absorção de prejuízos com a reserva de lucros	-	(3.982)	(18.980)	(22.554)	45.516	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**472.264**	**-**	**-**	**34.121**	**-**	**506.385**	**(3)**	**506.382**
Prejuízo do exercício	-	3.982	-	(3.982)	(7.075)	(7.075)	(1)	(7.076)
Ajuste/Absorção	-	-	-	-	(887)	(887)	(887)	
Absorção de prejuízos com a reserva de lucros	-	-	-	(7.962)	7.962	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	**472.264**	**3.982**	**-**	**22.177**	**-**	**498.423**	**(4)**	**498.419**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Notas**	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Resultado antes do IRPJ e CSLL		(7.075)	(45.516)	(6.714)	(52.347)
Ajustes					
Margem de construção		-	-	(333)	(377)
Depreciação e amortização		-	-	64.107	83.821
Juros e variações monetárias, líquidas		12.352	7.571	96.188	80.401
Apropriação do custo de captação		-	-	(7.548)	-
Provisão para contingências	16	-	-	5.721	4.324
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	8	-	-	-	(120)
Provisão para manutenção	17	-	-	8.934	9.646
Destinação para reservas		-	-	-	(1.025)
Resultado na venda de imobilizado e intangível	11	-	-	45	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9.076)	30.209	-	-
Resultado ajustado das operações		**(3.799)**	**(7.736)**	**160.400**	**124.324**
Variação dos ativos e passivos					
Contas a receber		-	-	(2.147)	(698)
Despesas antecipadas		59	(79)	137	(83)
Tributos a recuperar		(133)	(71)	1.371	(6.347)
Depósitos judiciais		-	-	5.136	5.364
Adiantamentos		(41)	20.687	(610)	138
Outros ativos		-	-	26	128
Fornecedores		4	16	13.778	11.002
Obrigações tributárias		(7)	13	3.734	(1.100)
Obrigações sociais e trabalhistas		840	161	10.576	1.644
Outras obrigações		-	-	(14.727)	(5.541)
Caixa gerado pelas das atividades operacionais		**(3.077)**	**12.991**	**177.674**	**128.831**
Juros pagos	13/14	(8.014)	(8.990)	(69.632)	(71.853)
Impostos pagos sobre o lucro		-	-	(3.772)	-
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais		**(11.091)**	**4.001**	**104.270**	**56.978**
Fluxos de caixa das ativid. de investimentos					
Dividendos recebidos		-	22.000	-	-
Outros investimentos		-	-	-	(9.064)
Adições ao intangível	11	-	-	(37.468)	(61.711)
Recursos provenientes da alienação do intangível	11	-	-	9.838	-
Adições ao imobilizado		(7)	-	(320)	(754)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimentos		**(7)**	**22.000**	**(27.950)**	**(71.529)**
Fluxo de caixa das ativid. de financiamentos					
Captação de financiamentos e debêntures	14	**-**	**-**	241.500	60.000
Amortização de financiamentos e debêntures	14	(1.418)	(11.203)	(43.661)	(68.936)
Obrigações com compras de mercadorias e serviços (pagamentos)		-	-	(14.981)	-
Partes relacionadas - Debêntures		(1.638)	-	-	-
Adição ao fundo restrito	7	-	-	(226.267)	-
Utilização do fundo restrito	7	-	-	2.727	18.101
Pagamentos de arrendamentos	15	-	-	(7.527)	(6.338)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos		**(3.056)**	**(11.203)**	**(48.209)**	**2.827**
(Red.) aumento de caixa e equiv. de caixa		(14.154)	14.798	28.111	(11.724)
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício		14.827	29	108.188	119.912
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício		673	14.827	136.299	108.188

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS

	Controladora		Consolidado	
Receitas	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Receita de serviços	-	-	302.045	260.325
Receita de construção	-	-	33.698	37.849
	-	**-**	**335.743**	**298.174**
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.957)	(607)	(42.482)	(60.124)
Custo de construção	-	-	(33.365)	(37.472)
Valor adicionado bruto	**(1.957)**	**(607)**	**259.896**	**200.578**
Depreciação e amortização	-	-	(64.107)	(83.066)
Apropriação de seguros	(201)	(187)	(5.094)	(2.684)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**(2.158)**	**(794)**	**190.695**	**114.828**
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	660	313	20.757	15.724
Resultado de equivalência patrimonial	9.076	(30.209)	-	-
Outros	5	-	51.103	3.101
Valor adicionado total a distribuir	**7.583**	**(30.690)**	**262.555**	**133.653**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**1.751**	**938**	**82.135**	**51.070**
Remuneração direta	1.663	880	67.322	36.124
Benefícios	88	58	12.628	12.854
FGTS	-	-	2.185	2.092
Impostos, taxas e contribuições	**182**	**224**	**38.669**	**23.879**
Federais	181	224	22.417	10.584
Estaduais	1	-	297	29
Municipais	-	-	15.955	13.266
Remuneração de capitais de terceiros	**12.725**	**13.664**	**148.827**	**104.223**
Juros	12.505	13.611	96.535	91.664
Aluguéis	79	53	847	407
Outras	141	-	51.445	12.152
Remuneração de capitais próprios	**(7.075)**	**(45.516)**	**(7.076)**	**(45.519)**
Prejuízo do exercício	(7.075)	(45.516)	(7.076)	(45.519)
Valor adicionado distribuído	**7.583**	**(30.690)**	**262.555**	**133.653**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Contexto operacional: A Monte Rodovias, ("Companhia" ou "Monte Rodovias") e quando em conjunto com suas controladas, ("Grupo"), tem como objeto social: holding patrimonial e administração de seu patrimônio, constituído por bens móveis (inclusive quotas de ações de outras sociedades), semoventes e imóveis próprios, podendo celebrar quaisquer negócios necessários à consecução de seu objeto social e à administração de seu patrimônio, inclusive de outras sociedades. Em 22/11/2021, a Companhia obteve o registro de emissor na categoria A perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), porém até o momento não tem negociação de suas ações no mercado de capital. A Monte Rodovias é controlada direta do M Transportation Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura ("Fundo de Investimento M Rodovias"). **2. Base de preparação: Declaração de conformidade**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Booard* (IASB) e com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo. A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 28/03/2024. **Base de mensuração**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos**: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A Diretoria

Fábio Bonini Tararam - Diretor Presidente e de Relação com Investidores

Felipe Guidi - Diretor Financeiro

Wilman Sanchez Moitinho – Contador - CRC nº 1SP289876/O-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da **Monte Rodovias S.A., São Paulo - SP. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Monte Rodovias S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Monte Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principais assuntos de auditoria:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentam registrado em seu ativo intangível o montante de R$ 1.335.438 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros de cada UGC, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: – (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos

continuação ☛

Publicidade Legal

continuação ☛

Monte Rodovias S.A.

e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com a projeção aprovada pela Administração da Companhia; – (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, em base amostral, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e são razoáveis no contexto da avaliação da estimativa do valor recuperável das UGCs; e – (iii) Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado**: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**: Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Salvador, 29 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Diego Feliciano Irineu - Contador
CRC 1SP223212/O-2

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida. As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/ e https://www.monterodovias.com.br/investidores.php

Thinkseg Seguradora S.A.

CNPJ nº 30.525.981/0001-51 - NIRE 35.300.563.19-1 - **Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de Setembro de 2023, Às 18H**

1. Data, hora e local: realizada às 18h do dia 14 de setembro de 2023, na sede social da THINKSEG SEGURADORA S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estados Unidos, 2114, Jardim América, CEP 01.427-002 ("**Companhia**"). **2. Convocação e Presença**: a convocação foi dispensada, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), tendo em vista a presença dos sócios representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa**: os trabalhos foram presididos pelo Sr. Andre Marino Gregori, que convidou a Srta. Nathalia Domingues Bellacosa, para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: **(i)** a alteração do endereço da sede da Companhia e, consequentemente, a alteração do *caput* do artigo 2º do Estatuto social da Companhia; **(ii)** o aumento do capital social da Companhia e, consequentemente, a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** instalada a assembleia, os acionistas deliberaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições ou reservas: **(i)** aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, para a Rua Gomes de Carvalho, 1507, Bloco A, 4º Andar, Sala 10B, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005. Em face da deliberação tomada acima, o *caput* do Artigo 2º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 2º – A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, Bloco A, 4º Andar, Sala 10B, Vila Olímpia, CEP 04.547-005."*** **(ii)** aprovar o aumento do capital social da Companhia, em R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de forma que o capital social, totalmente subscrito e a ser integralizado em 8 (oito) meses, passa a ser de R$ 1.470.000,00 (um milhão e quatrocentos e setenta mil reais). Em face da deliberação tomada acima, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte nova redação: ***"Artigo 5º – O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais), dividido em 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal."*** **(iii)** aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, já refletindo as deliberações tomadas nos termos dos itens "(i)" e "(ii)" acima, conforme **Anexo I** da presente Ata. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral ordinária, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário que, depois de lida e achada conforme, foi por todos assinada. Acionista Presente: Think Holding Ltda. Certificamos que a presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio. São Paulo, 14 de setembro de 2023. **Andre Marino Gregori -** Presidente; **Nathalia Domingues Bellacosa -** Secretária . **Acionista: Think Holding Ltda. -** Andre Marino Gregori; **Visto do Advogado: Larissa Almeida -** OAB/SP nº 468.150. **Estatuto Social Consolidado - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto, Duração. Artigo 1º –** A **Thinkseg Seguradora S.A.** é uma sociedade anônima ("Companhia") que se rege pelo presente Estatuto Social e pelos dispositivos legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º –** A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1507, Bloco A, 4º Andar, Sala 10B, Vila Olímpia, CEP 04.547-005. **Parágrafo Único** – A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir e/ou encerrar sucursais, filiais, agências, departamentos, escritórios, depósitos ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou do exterior, em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), fixando, para os fins legais, o capital de cada uma delas, a ser destacado do capital social. **Artigo 3º –** A Companhia tem prazo de duração determinado de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo ou conforme definido no artigo 4º, inciso I combinado com artigos 37 e 38, ambos da Resolução CNSP nº 381/2020, o que ocorrer por último. **Artigo 4º –** A Companhia tem por objeto social a realização de operações de seguros de danos, tais como definidos na legislação em vigor, em todo o território nacional. **Capítulo II - Do Capital Social - Artigo 5º –** O capital social, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R$ 1.470.000,00 (um milhão quatrocentos e setenta mil reais), dividido em 1.470.000,00 (um milhão e quatrocentos e setenta mil) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único** – A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Artigo 6º** – Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão direito de preferência para a subscrição de novas ações resultantes de aumento do capital social, observado o disposto no artigo 171 e parágrafos, da Lei 6.404/76, que será exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da ata da respectiva assembleia, sob pena de decadência. **Capítulo III - Da Administração - Artigo 7º –** A Companhia será administrada por uma Diretoria, com os poderes e atribuições conferidos por lei e por este Estatuto Social. **Artigo 8º** – A Diretoria será composta de, no mínimo, 02 (dois) membros, acionistas ou não, sendo: 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor Vice-Presidente e 01 (um) Diretor Responsável pela participação no Sandbox Regulatório, todos eleitos pela Assembleia Geral, para mandatos de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo permitida a destituição antes do término do mandato. **Parágrafo Único** – Os diretores poderão acumular, no máximo, 03 (três) dos cargos específicos referidos no caput. **Artigo 9º –** Os diretores serão investidos em seus cargos após a homologação de seus nomes pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, independentemente de caução, como permitido por lei, e cada diretor se sujeitará aos deveres e responsabilidades impostos por lei e pelo presente Estatuto Social. **Parágrafo 1º** – Ao final de seus mandatos, os diretores permanecerão em seus cargos até que os novos diretores tomem posse, ou a Assembleia Geral modifique o período de vigência da Companhia, se assim for permitido pela SUSEP. **Parágrafo 2º –** O valor global destinado à remuneração dos membros da Diretoria será fixado pela Assembleia Geral e o critério de sua distribuição ficará a cargo dos Diretores, conforme estes venham a decidir em reunião da Diretoria. **Artigo 10º –** No caso de vacância ou de impedimento temporário do cargo de Diretor, a Diretoria designará um substituto. **Parágrafo 1º –** No caso de impedimento temporário, o substituto substituirá o licenciado pelo prazo do afastamento. **Parágrafo 2º –** No caso de vacância, o substituto completará o mandato do substituído. **Artigo 11** – Em caso de ausência ou impedimento permanente de qualquer diretor, a Assembleia Geral indicará um dentre os demais diretores para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente ou impedido. **Artigo 12 –** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos. Em caso de empate, caberá ao Diretor Presidente decidir sobre a matéria. **Parágrafo 1º –** As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, através de carta registrada, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião em que comparecer a totalidade dos diretores. **Parágrafo 2º –** As reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, pelo menos, 2 (dois) Diretores. **Parágrafo 3º –** Um Diretor poderá fazer-se representar nas reuniões por outro Diretor, e poderá votar por carta, e-mail ou procuração. Os diretores que enviarem seus votos ou se fizerem representar, na forma supra, serão considerados presentes à reunião. **Parágrafo 4º –** Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes. **Artigo 13 –** A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social e que não sejam de competência exclusiva da Assembleia Geral. **Artigo 14 –** Compete ao Diretor Presidente: a) convocar e presidir as Assembleias Gerais; b) convocar as reuniões da Diretoria, coordenando a ação desta; c) formular a estratégia de negócios e gerenciamento de sua implementação, dirigindo os negócios da Companhia e fixando as normas gerais a serem observadas pela Diretoria; d) executar e dar cumprimento à política de administração da Companhia; e) organizar os serviços da Companhia, prover seus cargos e funções; f) elaborar, com os demais Diretores, o relatório anual da administração; e g) fixar os critérios básicos da administração do pessoal. **Artigo 15** – Compete ao Diretor Responsável pela participação no Sandbox Regulatório responder pelo relacionamento com a SUSEP, prestando, em conjunto com outros diretores, todas e quaisquer informações que venham a ser solicitadas e/ou exigidas. **Artigo 16 –** Observado o disposto no artigo 17 deste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigar-se-á: **(a)** pela assinatura isolada do Diretor Presidente; **(b)** pela assinatura de 1 (um) diretor em conjunto com a assinatura de 1 (um) procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos; **(c)** pela assinatura conjunta de 2 (dois) procuradores devidamente constituídos para representar a Companhia, desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos; ou **(d)** pela assinatura isolada de qualquer 1 (um) dos diretores ou de 1 (um) procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos, ficando, porém, ressalvado que tal representação individual da Companhia será limitada à prática de atos de rotina perante repartições públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil, suas delegacias, inspetorias, postos, agências e outras autarquias. **Parágrafo Único** – As procurações outorgadas pela Companhia serão assinadas pelo Diretor Presidente e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação judicial ou em procedimentos administrativos, terão prazo de validade determinado e vedarão o substabelecimento. **Artigo 17 –** São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por diretores, por procuradores ou por empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios da Companhia, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que tais atos tenham sido previamente aprovados pela Assembleia Geral. **Artigo 18 –** É vedado aos membros da Diretoria exercer funções administrativas em outras sociedades, ressalvadas as empresas integrantes do grupo empresarial do qual a Companhia faz parte. **Capítulo IV - Da Assembleia Geral - Artigo 19 –** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, até 31 de março de cada ano e, extraordinariamente, sempre que o interesse social o exigir, observadas as prescrições legais que disciplinam a matéria. **Artigo 20 –** A Assembleia Geral, convocada e instalada com observância das formalidades legais, será presidida pelo Diretor Presidente, que convidará um dos presentes para servir como Secretário. **Artigo 21 –** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal - Artigo 22 –** O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado por acionistas, na forma e condições previstas em lei. **Parágrafo Único** – Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, competência, deveres, prazo de mandato e remuneração estabelecidos pela lei. **Capítulo VI - Do Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação dos Lucros - Artigo 23 –** O exercício social terá duração de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se no dia 31 de dezembro de cada ano. As demonstrações financeiras previstas em lei deverão ser elaboradas ao final de cada exercício social, e deverão incluir uma proposta de alocação para o lucro líquido do exercício. **Artigo 24 –** Previamente a qualquer deliberação acerca da alocação de lucros, quaisquer perdas ou provisões de impostos deverão ser deduzidas do resultado anual. Quaisquer perdas no exercício deverão ser absorvidas pelos lucros acumulados, pela reserva de lucros e pela reserva legal, nesta ordem. **Parágrafo 1º –** O lucro líquido apurado no exercício, após as deduções previstas no caput deste Artigo 24, deverá ser alocado da seguinte maneira: 0. 5% (cinco por cento) para reserva legal, até que esta atinja o montante igual a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. A constituição da reserva legal deverá ser dispensada em qualquer exercício social em que montante da reserva, quando adicionado às demais reservas; b. de capital previstas no parágrafo primeiro do Artigo 182 da Lei 6.404/76, exceda 30% (trinta por cento) do capital social; e c. 1% (um por cento) do lucro líquido auferido no exercício, depois de deduzidos os montantes referidos no parágrafo anterior, deverá ser alocado para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas. **Parágrafo 2º** – Após as deduções previstas no caput deste Artigo 24 e as destinações previstas nos itens (a) e do Parágrafo 1º, até 100% (cem por cento) do saldo do lucro líquido do exercício será alocado para a Reserva de Investimentos, até o limite máximo permitido por lei, exceto se de outra maneira deliberado pelos acionistas. O propósito da Reserva de Investimentos deverá ser prover fundos que garantam investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Companhia. Os fundos da Reserva de Investimentos deverão ser utilizados conforme determinação da Assembleia Geral. Quando a Assembleia Geral entender que o valor da Reserva de Investimentos é suficiente, poderá determinar (i) a distribuição do excesso para os acionistas; ou (ii) a sua capitalização, mediante aumento de capital social, sem a necessidade de emissão de novas ações. **Parágrafo 3º –** Os Dividendos declarados deverão ser pagos respeitando-se o período estabelecido em lei e deverão sujeitar-se às correções monetárias e/ou juros somente quando a Assembleia Geral o decidir expressamente. Dividendos não reclamados dentro do prazo de 03 (três) anos contados de sua disponibilização aos acionistas deverão ser revertidos em favor da Companhia. **Artigo 25 –** Mediante deliberação da Diretoria, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais e pagar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado em referidos balanços; e/ou (ii) pagar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Parágrafo 1º** – Dividendos distribuídos em conformidade com as disposições deste Artigo deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório referido no Artigo 24 deste Estatuto Social. **Parágrafo 2º** – A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio e alocar este montante ao dividendo mínimo obrigatório, nos termos da legislação em vigor. **Capítulo VII - Liquidação - Artigo 26 –** A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, sendo que a forma de liquidação, a nomeação do liquidante e a condução da Companhia durante o período de liquidação seguirão as normas legais e regulatórias em vigor. **Capítulo VIII - Disposições Gerais - Artigo 27 –** Nas hipóteses de retirada, exclusão, morte de acionista pessoa física ou de falência de qualquer dos acionistas, a Companhia não se dissolverá, prosseguindo nela seus sucessores, a não ser que estes, de comum acordo com os acionistas remanescentes, resolvam liquidá-la. **Artigo 28 –** Os casos omissos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 29 –** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir sobre quaisquer dúvidas oriundas ou relacionadas ao presente Estatuto Social, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Acionista: **Think Holding Ltda. -** Andre Marino Gregori. Jucesp nº 408.230/23-0 em 16/10/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

REC SS Genebra Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 21.001.283/0001-66 – NIRE 35.300.471.687

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 15.316.505,00, dividido em 15.316.505 ações, **para** R$ 14.295.119,00, dividido em 14.295.119 ações, realizada mediante a devolução de capital em moeda corrente nacional, proporcionais às participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 1.016.279,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 5.107,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 14.295.119,00, dividido em 14.295.119 ações das seguintes espécies e classes: 14.295.109 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: ***"Artigo 5º.*** *O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é R$ 14.295.119,00, dividido em 14.295.119 ações das seguintes espécies e classes: 14.295.109 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 19.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária."* **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratado. Acionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

REC SS Estado Empreendimentos S.A.

CNPJ/MF nº 19.028.793/0001-85 – NIRE 35.300.458.222

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024

Data, Local e Hora: 28/03/2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, em razão da presença de titulares de 100% das ações. **Mesa**: Sr. Thiago Augusto Cordeiro, Presidente e Sr. Fernando Hamaoui, Secretário. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **1.** Aprovada a redução do capital social, considerado excessivo em relação às atividades da Companhia, **de** R$ 14.702.041,00 dividido em 14.702.041 ações, **para** R$ 14.462.041,00, dividido em 14.462.041 ações, proporcionais às respectivas participações que cada acionista detêm na Companhia: (i) ao acionista **Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia**, R$ 238.800,00 e (ii) ao acionista **Thiago Augusto Cordeiro,** R$ 1.200,00. **2.** O capital social da Companhia passará a ser de R$ 14.462.041,00, dividido em 14.462.041 ações das seguintes espécies e classes: 14.462.031 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal, e o Artigo 5º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é *R$ 14.462.041,00, dividido em 14.462.041 ações das seguintes espécies e classes: 14.462.031 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e (ii) 10 ações preferenciais classe A, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei das S.A., até o limite de R$ 20.000.000,00, mediante a emissão de ações ordinárias e/ou preferenciais, observados os limites estabelecidos pelo art. 15, § 2º da Lei das S.A., por deliberação do Conselho de Administração*, independentemente de reforma estatutária." **3.** Esta redução se tornará efetiva após o prazo de 60 dias contados da publicação desta Ata. **Encerramento**: Nada mais a ser tratadoAcionistas presentes: Evergreen Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (por: M3 Investment Group Gestora de Recursos Ltda., representada por Fernando Hamaoui e Juliana Medina Tagliati) e Thiago Augusto Cordeiro. São Paulo, 28/03/2024. Mesa: **Thiago Augusto Cordeiro** – Presidente da Mesa; **Fernando Hamaoui** – Secretário da Mesa.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Publicidade Legal

stone

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2023	31/12/2022 (Reapresentado)
Circulante	**40.990.711**	**31.273.428**
Caixa e equivalentes de caixa	**2.721.844**	**377.004**
Disponibilidades	2.721.844	377.004
Instrumentos financeiros	**37.860.160**	**30.605.208**
Títulos e valores mobiliários	6.117.603	9.711.065
Instrumentos financeiros derivativos	33	191
Contas a receber de emissores	23.321.400	19.510.489
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	–	1.116.264
Depósitos no Banco Central	8.308.855	145.127
Rendas a receber	130.852	131.617
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(56.465)	(51.821)
Outros ativos diversos	37.882	42.276
Outros créditos	**408.707**	**291.216**
Despesas antecipadas	188.965	162.644
Impostos e contribuições a compensar	87.509	36.420
Imposto de renda a recuperar	81.523	48.061
Outros ativos diversos	50.710	44.091
Não circulante	**3.359.213**	**3.517.962**
Realizável a longo prazo	**658.192**	**896.708**
Instrumentos financeiros	**117.674**	**282.985**
Contas a receber de emissores	81.597	54.334
Rendas a receber	13.647	21.356
Outros ativos diversos	22.430	207.295
Outros créditos	**540.518**	**613.723**
Despesas antecipadas	46.828	118.660
Ativos fiscais diferidos	486.693	473.527
Outros ativos diversos	6.997	21.536
Investimentos	**1.793.356**	**1.705.792**
Participações em coligadas e controladas	1.781.427	1.690.640
Ágio na aquisição de investimentos	11.929	15.152
Imobilizado de uso	**628.810**	**739.523**
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.398.542	1.360.151
(-) Depreciação acumulada	(769.732)	(620.628)
Intangível	**278.855**	**175.939**
Ativos intangíveis	452.266	301.111
(-) Amortização acumulada	(173.411)	(125.172)
Total do Ativo	**44.349.924**	**34.791.390**

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**42.055.337**	**33.304.523**
Depósitos e demais instrumentos financeiros	**41.409.421**	**32.814.908**
Depósitos de clientes	7.743.844	3.373.855
Instrumentos financeiros derivativos	29	–
Obrigações por empréstimos	1.380.110	1.785.967
Contas a pagar a estabelecimentos	21.495.866	18.892.170
Obrigações vinculadas a cessão	–	1.098.758
Outros passivos diversos	10.789.572	7.664.158
Outras obrigações	**645.916**	**489.615**
Obrigações sociais e estatutárias	236.140	159.113
Provisão para pagamentos a efetuar	256.849	272.505
Impostos e contribuições a recolher	152.858	57.657
Outros passivos diversos	69	340
Não circulante	**371.630**	**223.007**
Instrumentos financeiros	**53.170**	**24.152**
Outros passivos diversos	53.170	24.152
Outras obrigações	**318.460**	**198.855**
Obrigações sociais e estatutárias	5.317	5.317
Provisão para pagamentos a efetuar	21.621	24.795
Obrigações fiscais diferidas	225.720	147.203
Provisão para contingências	65.802	21.540
Patrimônio líquido	**1.922.957**	**1.263.860**
Capital social	1.069.445	869.445
Reserva de capital	438.122	263.209
Reserva legal	68.603	49.969
Reserva de lucros	465.449	199.895
Outros resultados abrangentes	(118.662)	(118.658)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**44.349.924**	**34.791.390**

Demonstração dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do período	**99.847**	**372.706**	**(223)**
Outros resultados abrangentes	**(2.081)**	**4**	**–**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**(2.081)**	**4**	**–**
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável	(2.085)	–	–
Efeito tributário sobre item acima	–	–	–
Mudança na Participação Relativa de Controlada	4	4	–
Resultado abrangente do período	**97.766**	**372.710**	**(223)**

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Receitas operacionais	**2.562.322**	**5.116.331**	**4.078.994**
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços	990.703	1.805.857	1.372.805
Receita líquida de aluguel de equipamentos	195.823	397.580	423.236
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento	1.375.796	2.912.894	2.282.953
Resultado bruto da intermediação financeira	**(408.057)**	**(1.245.692)**	**(1.575.916)**
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	1.330.431	2.228.920	1.436.646
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(15.811)	(14.094)	(4.688)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.634.714)	(3.276.853)	(2.696.652)
Despesas com operações de empréstimos	(87.963)	(183.665)	(311.222)
Outras receitas (despesas) operacionais	**(1.848.974)**	**(3.305.443)**	**(2.859.155)**
Custo dos serviços prestados	(416.672)	(748.741)	(567.575)
Despesas de pessoal	(753.386)	(1.348.313)	(1.210.971)
Despesas administrativas	(302.895)	(537.442)	(447.807)
Depreciação e amortização	(166.703)	(331.922)	(355.468)
Despesas de provisões	(50.609)	(50.502)	(66.383)
Outras receitas operacionais	3.933	23.764	29.522
Outras despesas operacionais	(162.642)	(312.287)	(240.473)
Resultado operacional	**305.291**	**565.196**	**(356.077)**
Resultado de participação em controladas	(129.686)	20.775	252.668
Resultado não operacional	(9.020)	(42.377)	14.545
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**166.585**	**543.594**	**(88.864)**
Imposto de renda e contribuição social	**(66.738)**	**(132.421)**	**116.292**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(50.096)	(67.070)	6.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.642)	(65.351)	109.317
Participações no lucro	–	(38.467)	(27.651)
Lucro líquido/(prejuízo) do período	**99.847**	**372.706**	**(223)**
Lucro líquido/(prejuízo) por ação (R$)	**0,28**	**1,05**	**(0,54)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**869.445**	**195.212**	**49.969**	**200.118**	**(118.658)**	**–**	**1.196.086**
Pagamento baseado em ações	–	50.768	–	–	–	–	50.768
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	17.229	–	–	–	–	17.229
Prejuízo do período	–	–	–	–	–	(223)	(223)
Absorção de prejuízos acumulados	–	–	–	(223)	–	223	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**869.445**	**263.209**	**49.969**	**199.895**	**(118.658)**	**–**	**1.263.860**
Saldos em 30 de junho de 2023	**1.069.445**	**346.302**	**63.612**	**394.307**	**(116.573)**	**–**	**1.757.093**
Pagamento baseado em ações	–	72.547	–	–	–	–	72.547
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	19.273	–	–	–	–	19.273
Ganho (perda) não realizada de hedge de fluxo de caixa – transação altamente provável, líquida de impostos	–	–	–	–	(2.089)	–	(2.089)
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	–	99.847	99.847
Destinação do lucro líquido do período							
Reserva legal	–	–	4.991	–	–	(4.991)	–
Dividendos a distribuir	–	–	–	–	–	(23.714)	(23.714)
Reservas de lucros	–	–	–	71.142	–	(71.142)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.069.445**	**438.122**	**68.603**	**465.449**	**(118.662)**	**–**	**1.922.957**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**869.445**	**263.209**	**49.969**	**199.895**	**(118.658)**	**–**	**1.263.860**
Aumento de capital	200.000	–	–	–	–	–	200.000
Pagamento baseado em ações	–	136.785	–	–	–	–	136.785
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	–	38.128	–	–	–	–	38.128
Mudança na Participação Relativa de Coligada/Controlada	–	–	–	–	(4)	–	(4)
Lucro líquido do exercício						372.706	372.706
Destinação do lucro líquido do período							
Reserva legal	–	–	18.634	–	–	(18.634)	–
Dividendos a distribuir	–	–	–	–	–	(88.518)	(88.518)
Reservas de lucros	–	–	–	265.554	–	(265.554)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.069.445**	**438.122**	**68.603**	**465.449**	**(118.662)**	**–**	**1.922.957**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Semestre findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2023	Exercício findo em 31/12/2022
Lucro líquido/(prejuízo) do período	**99.847**	**372.706**	**(223)**
Ajustes ao lucro líquido:	**(669.943)**	**(1.378.889)**	**(875.089)**
Depreciação e amortização	166.703	331.922	355.468
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.642	65.351	(109.317)
Resultado de participação em controladas	129.686	(20.775)	(252.668)
Receitas financeiras, líquidas	(1.232.179)	(2.047.858)	(1.066.083)
Provisão para contingências	37.565	56.816	19.555
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	27.572	50.307	65.331
Provisão (reversão) para perdas operacionais	(14.528)	(56.621)	(18.503)
Perda na baixa e alienação de bens	125.862	104.997	80.609
Ajuste a valor justo de título e valores mobiliários e derivativos	187	187	(249)
Pagamento baseado em ações	72.547	136.785	50.768
Variações nos ativos e passivos	**2.184.641**	**4.059.311**	**143.359**
Títulos e valores mobiliários	513.043	2.028.616	(45.509)
Contas a receber de emissores	(3.620.405)	(643.726)	1.888.939
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	350.876	1.198.669	(586.424)
Rendas a receber	8.743	8.474	6.359
Outros créditos diversos	(4.033)	14.116	(86.353)
Despesas antecipadas	(589)	45.511	(28.992)
Contas a pagar a estabelecimentos	3.438.081	(451.253)	441.788
Obrigações sociais e estatutárias	147.955	77.026	116.253
Impostos e contribuições a recolher	181.843	190.802	167.566
Obrigações vinculadas a cessão	(323.222)	(1.098.758)	(1.228.467)
Dividendos a pagar	(88.518)	(88.518)	–
Outros passivos diversos	1.860.338	3.266.673	321.702
Juros pagos e cessão de recebíveis	(1.706.423)	(3.523.263)	(3.217.864)
Juros recebidos	1.442.890	3.054.949	2.396.295
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.938)	(20.007)	(1.934)
Caixa líquido das atividades operacionais	**1.614.545**	**3.053.128**	**(731.953)**
Aquisição de imobilizado	(120.447)	(314.483)	(257.525)
Valor recebido pela venda de imobilizado	(11.467)	7.318	53.394
Aquisição de ativos intangíveis	(122.291)	(206.786)	(109.824)
Aquisição de Investimento	–	–	(15.367)
Aquisição de subsidiária	–	–	(743)
Redução (aumento) capital em subsidiária	(46.000)	(46.000)	1.419.600
Caixa líquido das atividades de investimento	**(300.205)**	**(559.951)**	**1.089.535**
Captação de empréstimos	1.346.666	4.144.887	3.499.986
Pagamento de empréstimos	(1.508.000)	(4.488.000)	(4.603.401)
Integralização de capital	–	200.000	–
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(161.334)**	**(143.113)**	**(1.103.415)**
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	(582)	(5.224)	(3.617)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.152.424**	**2.344.840**	**(749.450)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.569.420	377.004	1.126.454
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.721.844	2.721.844	377.004
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**1.152.424**	**2.344.840**	**(749.450)**

A Diretoria

Camila Del Poente
Contadora CRC 1SP 290.887/O-8

Cia. Agrícola Fazenda Santa Adélia

CNPJ. 51.459.881/0001-44 - NIRE 3530005624-8

Edital de Convocação - Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 24/04/2024, às 14h00min. com segunda chamada às 14h30min, à Rua Professora Irene Alves Toledo Lima, nº. 169, Vila Paraíso, Limeira - SP, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Ordinária: 1-** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **2-** Eleição dos membros da Diretoria para o período de 01 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025 e fixação de seus honorários **Extraordinária: 1-** Esclarecer sobre as vendas dos lotes e despesas geradas com a administração. **2-** Esclarecer sobre os processos existentes referente aos lotes e área do Linhão. **3-** Esclarecer sobre detalhes referente a doação das portarias do Florisa para a Associação de Moradores. **4-** Demais esclarecimentos que se fizerem necessários. Limeira, 28 de março de 2024. **Neyde Bassinello Tomasini** - Diretor Presidente. **(28, 29/03/2024 e 02/04/2024)**

Companhia Brasileira de Cartuchos

CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, na forma da lei, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 8:00 horas do dia 09 de abril de 2024, na Av. Humberto de Campos, 3220, Bairro Bocaina, CEP 09426-900, na cidade de Ribeirão Pires, estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (a) a extinção do cargo de Diretor de Operações; (b) a criação dos cargos de Diretor Industrial e Diretor Técnico; (c) a eleição do Diretor Industrial, e a eleição do Diretor Técnico; (d) reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia; e (e) outros assuntos de interesse social. Ribeirão Pires, 28 de março de 2024. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro – Diretor Presidente; Sandro Morais Nogueira – Diretor Administrativo e Financeiro. (29/03, 02 e 03/04/2024)

Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Aviso aos Acionistas

A Tam Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A., com sede na Rua Monsenhor Antônio Pepe, 94, Parque Jabaquara, São Paulo/SP, comunica aos seus Acionistas que se encontram à sua disposição, na sede da Companhia, os documentos e informações referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023. São Paulo, 28 de março de 2024.
Leonardo Rosendo Fiuza – Diretor. (28, 29/03 e 02/04/2024)

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa

Publicidade Legal

Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.395.277/0001-35

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	2023	2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.722	9.067	48.953
Contas a receber	263	794	640
Adiantamentos a fornecedores	456	4.896	9.115
Outros créditos	691	242	113
Impostos a recuperar	1.511	1.411	1.695
Contas a receber com partes relacionadas	–	–	5.583
Total do ativo circulante	**10.643**	**16.410**	**66.099**
Não circulante			
Outros créditos	691	1.167	2.004
Investimentos			
Propriedades para Investimento	480.875	432.274	223.157
Outros imobilizados de uso	3	6	3
Total do ativo não circulante	**481.569**	**433.447**	**225.164**
Total	**492.212**	**449.857**	**291.263**
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	2.229	2.873	583
Fornecedores	99	2.504	1.328
Impostos e contribuições a recolher	697	493	504
Outras contas a pagar	3.845	5.325	1.576
Contas a pagar com partes relacionadas	28.331	10.085	0
Total do passivo circulante	**35.201**	**21.280**	**3.991**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	0	350.000	200.000
Impostos e contribuições a recolher	92	322	392
AFAC	6.392	–	–
Total do passivo não circulante	**6.484**	**350.322**	**200.392**
Capital social	170.830	123.754	123.754
Reserva de capital	684	1.207	1.207
Prejuízos acumulados	(117.487)	(46.706)	(38.081)
Total do patrimônio líquido	**54.027**	**78.255**	**86.880**
Total	**95.712**	**449.857**	**291.263**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2023	2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado
Receita líquida	**91**	**2.694**	**1.904**
Custos da atividade imobiliária			
Custos de serviços prestados	(4.181)	(1.054)	(2.040)
Lucro bruto	**(4.090)**	**1.640**	**(136)**
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	(7.065)	(7.445)	(9.706)
Resultado operacional antes do resultado financeiro			
Receita financeira	1.270	7.696	2.959
Despesa financeira	(61.077)	(7.625)	(9.770)
Resultado do exercício antes do IRPJ e da CSLL	**(70.962)**	**(5.734)**	**(16.653)**
IRPJ e CSLL–diferido	181	56	–
IRPJ e CSLL–corrente	–	(2.947)	(107)
Prejuízo líquido do exercício	**(70.781)**	**(8.625)**	**(16.760)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício	**(70.781)**	**(8.625)**	**(16.760)**
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	**(70.781)**	**(8.625)**	**(16.760)**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01/01/2022 Reapresentado	**302.091**	**(178.337)**	**1.207**	**(38.081)**	**86.880**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(8.625)	(8.625)
Redução de capital	(178.337)	178.337	–	–	–
Saldos em 31/12/2022 Reapresentado	**123.754**	**–**	**1.207**	**(46.706)**	**78.255**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(70.781)	(70.781)
Aumento de capital	47.076	–	–	–	47.076
Amortização de reserva de capital	–	–	(523)	–	(523)
Saldos em 31/12/2023	**170.830**	**–**	**684**	**(117.487)**	**54.027**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2023	2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes do exercício antes do IR e CS	**(70.962)**	**(5.734)**	**(16.653)**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	4.181	1.054	2.040
Despesas de juros com empréstimos e financiamentos	60.282	7.247	8.946
Amortização de reserva de capital	(523)	–	–
PIS e COFINS diferidos	(176)	(56)	107
Resultado Operacional	**(7.198)**	**2.511**	**(5.560)**
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento)/redução em contas a receber	531	322	(175)
(Aumento)/redução em estoques	–	–	–
(Aumento)/redução em impostos a recuperar	(100)	284	(666)
(Aumento)/redução em adiantamentos a fornecedores	4.440	4.219	(8.563)
(Aumento)/redução em outros créditos e despesas antecipadas	27	232	45
Aumento/(redução) em fornecedores	(2.405)	1.176	(2.972)
Aumento/(redução) em outras contas a pagar	(1.480)	3.749	1.221
Aumento/(redução) em impostos e contribuições a recolher	(26)	(81)	289
Impostos pagos	357	(2.835)	–
Juros incorrido e pagos	(14.694)	(49.021)	(12.102)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(20.548)**	**(39.444)**	**(28.483)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
(Aumento)/redução em imobilizado	(4.178)	(5)	–
(Aumento)/redução em propriedade para investimento	(48.601)	(166.105)	(87.163)
(Aumento)/redução em contas a receber com partes relacionadas	–	5.583	(5.583)
Caixa liquido consumido pelas atividades de investimentos	**(52.779)**	**(160.527)**	**(92.746)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos	(396.232)	150.000	100.000
Captação de empréstimos junto a partes relacionadas	18.246	10.085	–
Aumento de capital	47.076	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	6.392	–	–
Caixa liquido consumido pelas atividades de financiamento	**(324.518)**	**160.085**	**100.000**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(397.845)**	**(39.886)**	**(21.229)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	9.067	48.953	70.182
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	7.722	9.067	48.953
	(1.345)	**(39.886)**	**(21.229)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Ponswinnecke Empreendimentos e Participações SA. ("Companhia"), foi constituída em 25/02/2008 e iniciou suas atividades em 04/07/2008, com sede atual na Av. Nações Unidas, 14.171–8° andar–Marble Tower–São Paulo/SP, tendo por objeto: • A gestão e a comercialização de bens próprios; • As participações em outras Empresas, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotistas; • A participação ou financiamento de investimentos imobiliários, para aluguel, revenda ou outros fins; e • O loteamento de terrenos, a incorporação imobiliária, a compra, a venda, a locação, o arrendamento e a administração de imóveis. Em julho de 2008 por meio do contrato de compromisso de Venda e Compra, a Companhia adquiriu a prazo 79% edifício Aron Birman da Autonomy Investimentos Ltda – mesmo Grupo econômico. Esta compra foi realizada em conjunto com a compra de mais dois empreendimentos que já foram vendidos. O edifício Aron Birman passou a ter a nova denominação AD 2200. Em agosto de 2018 por meio de contratos de compromisso de Venda e Compra, a Companhia adquiriu a prazo os demais 21% do edifício Aron Birman da Varicred Empreendimentos e participações Ltda. As transferências de posse das áreas vagas se deram em setembro de 2018 e as transferências das demais unidades ocorreu em março de 2019. Em 2019 a Companhia obteve a aprovação do retrofit no edifício AD 2200 e a construção de uma nova torre corporativa, alterando as denominações dos projetos para Luna Crescente e Luna Nova, respectivamente. Tal estratégia objetiva o aumento de competitividade, valor de mercado e faz parte da estratégia de saída do ativo. Em janeiro de 2020 iniciou-se a obra da Luna Nova, e em outubro de 2020 a Companhia contratou um financiamento, com vista a custear as obras e demais despesas que não possam ser suportadas pelas receitas de locação do imóvel. Em 2022 a Companhia iniciou o retrofit da Torre Luna Crescente. Em meados de junho de 2023 houve a obtenção do habite-se para as duas Torres Luna Crescente e Luna Nova. **Situação econômica e financeira:** Em 31/12/2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$24.558 (R$ 4.870 em 2022). O capital circulante negativo se deve principalmente à dívida com partes relacionadas, na qual estão sob a mesma gestão e Administração. Adicionalmente, a Companhia está atuando fortemente na divulgação do empreendimento para captação de novos inquilinos e para diminuição da vacância. A Administração efetua mensalmente as projeções dos fluxos de caixa futuro da Companhia, e os sócios aportam recursos suficientes para a liquidação dos passivos em aberto, vale ressaltar também que a Companhia está em constante busca de eliminar a vacância de seus imóveis. Por fim, a Companhia não possui histórico de atraso nos pagamentos de fornecedores, impostos, dívida, e a Administração está empenhada em honrar seus compromissos de forma tempestiva. **2. Base para preparação das demonstrações financeiras**: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), referidos como (BR GAAP). As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia. A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29/03/2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre estas demonstrações financeiras. **a. Base de mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) que foram mensurados a valor justo. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação**: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Diretoria

Roberto Miranda de Lima Fabio Arbex Suzuki - *Diretor Presidente Diretor*

Fernando Lucas Correa da Silva - *Contador - CRC SP262012/O-1*

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas da **Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A.,** São Paulo–SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Ponswinnecke Empreendimentos e Participações S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principal assunto de auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi os mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. **Valor recuperável e valor justo das propriedades para investimentos: Notas explicativas 5.c e 7 das demonstrações financeiras:** Principal assunto de auditoria: As propriedades para investimentos são apresentadas nas demonstrações financeiras pelo valor de custo reduzido pela depreciação calculada pelo método linear que considera a vida útil econômica dos bens. Caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, determinado pelo maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é registrada uma perda por redução ao valor recuperável, devendo divulgar o seu valor justo nas notas explicativas. A determinação do valor justo e do valor recuperável desses ativos leva em consideração a projeção dos fluxos de caixa descontados utilizando premissas suportadas nas condições de mercados existentes, tais como, projeção de receitas futuras de aluguel, vacância e taxa de desconto. A definição dessas premissas envolvem um alto grau de julgamento da Companhia e qualquer alteração das mesmas pode afetar significativamente a estimativa do valor justo e do valor recuperável desses ativos nas demonstrações financeiras. Como consequência consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a: - com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e a consistência dos dados e premissas utilizados na preparação desse estudo, tais como: receitas projetadas, vacância, taxas de desconto e de capitalização. - com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a adequação dos cálculos matemáticos incluídos no estudo e a metodologia aplicada. - avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na avaliação do valor justo e do valor recuperável das propriedades para investimentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para mensuração do valor recuperável das propriedades para investimentos e as divulgações do valor justo e do valor recuperável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 29/03/2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP

Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora - CRC-1SP280836/O-5

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br
Para a versão online do jornal acesse nosso site:
www.datamercantil.com

Negócios

Marfrig reverte prejuízo e tem lucro líquido de R$ 12 milhões no 4º trimestre

A Marfrig Global Foods encerrou o quarto trimestre de 2023 com lucro líquido de R$ 12 milhões, revertendo o prejuízo de R$ 628 milhões registrado um ano antes. O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) foi de R$ 2,938 bilhões, alta de 32,1% ante o quarto trimestre de 2022. A margem Ebitda ficou em 8% contra 6% um ano antes. Já a receita líquida caiu 2,2% nos últimos três meses do ano passado, de R$ 37,389 bilhões para R$ 36,564 bilhões.

De acordo com a empresa, a dívida líquida da Marfrig fechou o quarto trimestre de 2023 em R$ 34,53 bilhões, queda de 10,7% ante o igual período de 2022. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado, passou de 3,03 vezes no quarto trimestre de 2022 para 3,72 vezes ao fim do ano passado. O fluxo de caixa livre recorrente da companhia ficou em R$ 441 milhões ao fim de 2023.

A Marfrig também relatou prejuízo de R$ 1,518 bilhão em 2023, revertendo o lucro líquido de R$ 4,166 bilhões de 2022. A receita líquida cresceu 4,5% no ano, para R$ 136,485 bilhões. Já o Ebitda caiu 27,1%, para R$ 9,295 bilhões.

Operações

A operação América do Norte registrou receita líquida de US$ 3,052 bilhões no quarto trimestre de 2023, queda de 0,1% ante igual período de 2022. O Ebitda ficou em US$ 79 milhões, tendo caído 44,5%, com margem Ebitda de 2,6%. Além disso, o lucro bruto foi de R$ 157 milhões, queda de 35,7%, com margem bruta de 5,1%.

Nos últimos três meses do ano, o volume total comercializado pela unidade de negócios foi de 496 mil toneladas, queda de 11,3%, com 435 mil toneladas destinadas ao mercado interno dos EUA e 61 mil toneladas para exportação.

No acumulado de 2023, a receita líquida da Operação América do Norte foi de US$ 11,948 bilhões, alta de 0,6%. O Ebitda atingiu US$ 484 milhões (-63,4%). No ano, o volume total de vendas foi de 1,978 milhão de toneladas, queda de 5,7% ante 2022.

Isto é Dinheiro

Gol reduz prejuízo líquido recorrente em 94,3% no 4º trimestre ante 1 ano, para R$ 21,8 mi

A Gol registrou prejuízo líquido recorrente de R$ 21,8 milhões no quarto trimestre de 2023, uma redução de 94,3% em relação aos R$ 381,6 milhões negativos reportados no mesmo período de 2022. No critério não ajustado, houve prejuízo líquido de R$ 1,097 bilhão, revertendo lucro líquido de R$ 230,9 milhões um ano antes.

O prejuízo líquido recorrente exclui efeitos de variação cambial e marcação a mercado do componente derivativo do ESSN, no total de R$ 1,1 bilhão.

O Ebitda recorrente da companhia subiu 38,3% na comparação anual, para R$ 1,615 bilhão, com margem de 32%, 7,3 pontos porcentuais acima do quarto trimestre de 2022. Já o Ebit recorrente somou R$ 1,180 bilhão, crescimento de 67,1% na mesma base comparativa.

A companhia registrou R$ 5,0 bilhões de receita operacional líquida, 6,7% superior ao quarto trimestre de 2022 e 32,6% acima da cifra reportada no último trimestre de 2019. As receitas auxiliares somaram R$ 301 milhões, representando 6,0% da receita líquida total no quarto trimestre de 2023.

Isto é Dinheiro

Magazine Luiza (MGLU3): BTG aumenta participação na varejista; saiba mais

Em comunicado divulgado nesta quinta-feira (28), o Magazine Luiza (MGLU3) informou que fundos sob a gestão do BTG Pactual (BPAC11) aumentaram a participação para 5,79% do total de ações ordinárias da companhia.

No âmbito do aumento de capital privado realizado pelo Magalu, o BTG Pactual subscreveu 424.624.373 ações ordinárias. "Tal subscrição foi realizada por meio de determinados contratos e acordos de derivativos com o BTG cuja contraparte são os acionistas controladores da companhia", informou o Magazine Luiza.

Em adição a posição supracitada, o BTG informa que possui 106.156.093 opções de compra de MGLU3 compradas, por meio de liquidação financeira e 42.462.437 opções de compra de MGLU3 vendidas, por meio de liquidação financeira.

Segundo o BTG, a aquisição da participação acionária tem por objetivo "a mera realização de operações financeiras, e não objetiva alterar a composição do controle ou a estrutura administrativa da companhia". Disse ainda que "não tem o objetivo de atingir qualquer participação acionária em particular".

Magazine Luiza (MGLU3) aprova aumento de capital e propõe grupamento de ações

Na última sexta-feira (22), o Magazine Luiza informou que homologou aumento de capital no valor de R$ 1,25 bilhão, "em razão da verificação da subscrição e integralização de ações a totalidade da subscrição máxima".

Ao todo, segundo o Magalu, foram efetivamente subscritas e integralizadas 641.025.641 ações, ao preço de R$ 1,95 por ação. Desta forma, o capital social do Magazine Luiza passou a ser de R$ 13.802.162.483,70, representado por 7.389.952.489 ações.

A varejista afirmou que os acionistas controladores participaram, conforme divulgado no fim de janeiro, de 66% do total de ações subscritas, com a totalidade das ações disponíveis, e o mercado subscreveu as ações restantes.

O Magazine Luiza lembra que do total de ações disponíveis para os acionistas minoritários, mais de 75% foram subscritas pelo mercado.

Isto é Dinheiro